



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

REGIMENTO GERAL DA UFERSA

Aprovado pela Resolução CONSUNI/UFERSA Nº 010/2007, de 17 de dezembro de 2007.

Alterado pelas Emendas Regimentais Nº 01, de 13 de setembro de 2012; Nº 02, de 13 de setembro de 2012; Nº 03, de 13 de setembro de 2012; Nº 04, de 27 de setembro de 2012; Nº 05, de 19 de dezembro de 2012; Nº 06, de 28 de Junho de 2013; Nº 07, de 04 de Julho de 2013; Nº 08, de 20 de agosto de 2013; e Nº 09, de 31 de janeiro de 2014.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

TÍTULO I. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

TÍTULO II. DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

TÍTULO III. DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES

CAPÍTULO I. DO FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO II. DAS ELEIÇÕES

CAPÍTULO III. DOS RECURSOS

CAPÍTULO IV. DA ASSEMBLÉIA UNIVERSITÁRIA

CAPÍTULO V. DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO

CAPÍTULO VI. DO CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO

CAPÍTULO VII. DO CONSELHO DE CURADORES

CAPÍTULO VIII. DO CONSELHO CONSULTIVO

CAPÍTULO IX. DA SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

TÍTULO IV. DA REITORIA

CAPÍTULO I. DAS PRÓ-REITORIAS

SECÇÃO I. DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

SECÇÃO II. DA PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DA PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

SECÇÃO III. DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

SECÇÃO IV. DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

SECÇÃO V. DA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

SECÇÃO VI. DA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

CAPÍTULO II. ÓRGÃOS DE APOIO E ASSESSORAMENTO

SECÇÃO I. DO GABINETE DO REITOR

SECÇÃO II. DA PROCURADORIA JURÍDICA

SECÇÃO III. DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

SECÇÃO IV. COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO SELETIVO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**SECÇÃO V. COMISSÃO DE SUPERVISÃO DO PESSOAL TÉCNICO
ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO - CISPTAE**

SECÇÃO VI. DA COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

~~**SECÇÃO VII. DA COMISSÃO PRÓPRIA DE LICITAÇÃO**~~

SECÇÃO VIII. DAS ASSESSORIAS ESPECIAIS

SECÇÃO IX. DA OUVIDORIA

SECÇÃO X. DA ASSESSORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**SECÇÃO XI. DO COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO – CGTI**

CAPÍTULO III. DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

~~**SECÇÃO I. DIVISÃO DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO
FINANCEIRA**~~

SECÇÃO II. DA DIVISÃO DE REGISTRO ESCOLAR

~~**SECÇÃO III. DA DIVISÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GERAIS**~~

SECÇÃO IV. DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS

**SECÇÃO V. DA SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA, DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

SECÇÃO VI. DA SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA

CAPÍTULO IV. ÓRGÃOS COMPLEMENTARES

TÍTULO V. DA ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

CAPÍTULO I. DOS DEPARTAMENTOS ACADÊMICOS

SECÇÃO I. DA CÂMARA DEPARTAMENTAL

CAPÍTULO II. DA COORDENAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

CAPÍTULO III. DOS COLEGIADOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

CAPÍTULO IV. DA COORDENAÇÃO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

**CAPÍTULO V. DA CONGREGAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO “*STRICTO SENSU*”**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

**CAPÍTULO VI. DA COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO
“LATO SENSU”**

TÍTULO VI. DOS CURSOS

CAPÍTULO I. DA ADMISSÃO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

CAPÍTULO II. DAS INTEGRALIZAÇÕES CURRICULARES

CAPÍTULO III. DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

**CAPÍTULO IV. DA COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO DA GRADUAÇÃO**

**SECÇÃO I. DA ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO DA GRADUAÇÃO**

**SECÇÃO II. DA APRESENTAÇÃO, JULGAMENTO E ENTREGA DO
TRABALHO**

CAPÍTULO V. DO ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL

SECÇÃO I. DA FINALIDADE DO ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL

**SECÇÃO II. DOS CRITÉRIOS PARA INTEGRAR O CORPO DE
SUPERVISORES DO ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL**

**SECÇÃO III. DOS CRITÉRIOS PARA INTEGRAR O ESTÁGIO PÓS-
DOUTORAL**

**SECÇÃO IV. DOS PERÍODO PARA O DESENVOLVIMENTO DO
ESTÁGIO PÓS-DOUTORAL**

SECÇÃO V. DA AVALIAÇÃO

SECÇÃO VI. DA CERTIFICAÇÃO

SECÇÃO VII. DA INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS

SECÇÃO VIII. DA CONGREGAÇÃO DO PROGRAMA

TÍTULO VII. DA PESQUISA

TÍTULO VIII. DA EXTENSÃO



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**TÍTULO IX. DO REGIME DA ADMINISTRAÇÃO DOS CURSOS E PROGRAMAS
DO ANO LETIVO**

CAPÍTULO I. DO PLANEJAMENTO DE ENSINO

CAPÍTULO II. DO CADASTRAMENTO E MATRÍCULA

CAPÍTULO III. DAS TRANSFERÊNCIAS

CAPÍTULO IV. DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

CAPÍTULO V. DA VERIFICAÇÃO DO REDIMENTO ACADÊMICO

**CAPÍTULO VI. DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E
APERFEIÇOAMENTO**

CAPÍTULO VII. DOS CURSOS DE EXTENSÃO E OUTROS

CAPÍTULO VIII. DOS SISTEMAS DE CRÉDITOS

CAPÍTULO IX. DAS VAGAS

TÍTULO X. DA COMUNIDADE ACADÊMICA

CAPÍTULO I. DO CORPO DOCENTE

SECÇÃO I. DA CARREIRA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR

**SECÇÃO II. DO CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES DO
MAGISTÉRIO SUPERIOR**

SECÇÃO III. DA PROGRESSÃO

SECÇÃO IV. DO REGIME DE TRABALHO

SECÇÃO V. DOS AFASTAMENTOS E AUSÊNCIAS

SECÇÃO VI. DOS DIREITOS E DEVERES

SECÇÃO VII. DAS PENALIDADES APLICÁVEIS AO CORPO DOCENTE

CAPÍTULO II. DO CORPO DISCENTE

SECÇÃO I. DOS DIREITOS E DEVERES DOS DISCENTES

SECÇÃO II. DAS PENAS APLICÁVEIS AO CORPO DISCENTE

SECÇÃO III. DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL

SECÇÃO IV. DOS ÓRGÃOS ESTUDANTIS

CAPÍTULO III. DO CORPO SERVIDOR



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

SECÇÃO I. DA REDISTRIBUIÇÃO

SECÇÃO II. DO AFASTAMENTO

SECÇÃO III. DA DISPENSA E DA EXONERAÇÃO

SECÇÃO IV. DAS ATIVIDADES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS

SECÇÃO V. DA PROGRESSÃO FUNCIONAL

SECÇÃO VI. DO REGIME DISCIPLINAR DO SERVIDOR

SECÇÃO VII. DOS DEVERES

SECÇÃO VIII. DAS PENALIDADES

SECÇÃO IX. DOS RECURSOS

TÍTULO XI. DOS CERTIFICADOS, DIPLOMAS E TÍTULOS

CAPÍTULO I. DOS DIPLOMAS E CERTIFICADOS

**CAPÍTULO II. DOS TÍTULOS HONORÍFICOS E DIGNIDADES
ACADÊMICAS**

TÍTULO XII. DO PATRIMÔNIO, DOS RECURSOS E DO REGIME FINANCEIRO

CAPÍTULO I. DO PATRIMÔNIO

CAPÍTULO II. DO REGIME FINANCEIRO

TÍTULO XIII. DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

TÍTULO XIV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

CAPÍTULO I. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO II. DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**REGIMENTO GERAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO**

**TÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º O presente Regimento Geral disciplina a organização e funcionamento comuns aos diversos órgãos e serviços da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), complementando o Estatuto a que se incorpora.

Parágrafo único. As atividades específicas dos órgãos serão regulamentadas em seus Regimentos Internos, aprovados pelo Conselho Universitário e por resoluções complementares, aprovadas pelo Colegiado competente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**TÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA**

Art. 2º A Universidade Federal Rural do Semi-Árido, para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, estruturar-se-á em Conselhos Superiores, Reitoria, Pró-Reitorias, Departamentos e Colegiados de Curso com finalidades perfeitamente definidas e funções próprias de organização acadêmica.

Parágrafo único. A Universidade contará, ainda, com órgãos suplementares que terão atribuições específicas definidas quando da solicitação de sua criação pelo Reitor ao Conselho Universitário.

Art. 3º A Administração Superior será exercida pelos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Universitária – AU.
- b) Conselho Universitário – CONSUNI.
- c) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.
- d) Conselho de Curadores – CC.
- e) Conselho Consultivo – CONSUL.
- f) Reitoria.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**TÍTULO III
DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS SUPERIORES**

Art. 4º Os Órgãos Colegiados Superiores são a Assembleia Universitária, o Conselho Universitário, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, o Conselho de Curadores e o Conselho Consultivo.

**CAPÍTULO I
DO FUNCIONAMENTO**

Art. 5º Ressalvados os casos expressamente mencionados no Estatuto e neste Regimento Geral, os Órgãos Colegiados da Universidade reunir-se-ão com a presença de metade mais um dos seus membros.

§1º As reuniões dos Colegiados serão convocadas por escrito, pelo presidente, ou por pelo menos metade mais um dos seus membros, com antecedência mínima de 72(setenta e duas) horas para reuniões ordinárias e de 24(vinte e quatro) horas, para as reuniões extraordinárias, mencionando-se os assuntos da pauta.

§2º Após 30(trinta) minutos do horário indicado na convocação, não havendo quorum legal, a reunião deixará de ser realizada e o Presidente fará lavrar um termo constando os nomes dos membros que deixaram de comparecer, sendo assinado pelos presentes.

§3º O Conselheiro que não puder participar da reunião ordinária para a qual foi convocado deverá justificar por escrito à Secretaria do Conselho, até 24(vinte e quatro) horas antes do horário previsto para a reunião, quando deverá ser convocado o suplente imediato de acordo com o Estatuto e este Regimento Geral.

§4º O Conselheiro que não puder participar da reunião extraordinária para a qual for convocado deverá justificar por escrito, imediatamente, sua impossibilidade à Secretaria do Conselho que deverá convocar o suplente imediato de acordo com o Estatuto e este Regimento Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

§5º Perderá o mandato o Conselheiro que, sem causa aceita como justa, pelo Conselho respectivo, faltar a 3(três) reuniões consecutivas ou a 5(cinco) alternadas ou tiver sofrido qualquer infração incompatível com a dignidade da vida universitária, devendo ser substituído pelo suplente, obedecendo a ordem decrescente, completando o mandato.

Art. 6º Nas reuniões extraordinárias só serão discutidos e votados os assuntos que motivaram a convocação, não sendo permitido, em quaisquer circunstâncias, informes, comunicações ou outras matérias que não aquelas explicitadas na pauta da convocação.

Art. 7º As reuniões ordinárias dos Colegiados deliberativos da Universidade constam das seguintes partes:

- I - pauta do dia;
- II - discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- III - comunicações, informes e outras ocorrências.

§1º De cada reunião lavrar-se-á ata, assinada pelo(a) secretário(a), que será discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo presidente e demais membros presentes.

§2º As retificações feitas na ata, se aprovadas, serão registradas na ata da reunião em que ela foi discutida.

Art. 8º Mediante consulta ao plenário, o presidente ou qualquer conselheiro presente a reunião poderá solicitar a retirada de pontos de pauta ou inverter a ordem dos trabalhos.

Art. 9º Mediante consulta ao plenário, o presidente ou qualquer conselheiro presente, pode convidar para a reunião pessoas não integrantes dos Colegiados, com o objetivo específico de esclarecer pontos da pauta ou assistir a reunião na condição de ouvinte.

Art. 10. Nas reuniões dos Colegiados poderá um conselheiro interpelar a presidência solicitando uma questão de ordem.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

§1º Entende-se por questão de ordem a solicitação feita objetivando manter plena observação das normas do Regimento Geral, do Estatuto e da Lei.

§2º As questões de ordem são formuladas em termos claros e precisos, com indicação dos dispositivos cuja observância se considere infringida, devendo as mesmas serem resolvidas, conclusivamente, pelo presidente.

Art. 11. As reuniões da Assembléia Universitária e do Conselho Consultivo serão realizadas com qualquer número de membros não se aplicando a essas reuniões os dispositivos inerentes ao funcionamento dos demais Órgãos Colegiados.

Art. 12. O comparecimento às reuniões dos órgãos Colegiados pretere qualquer outra atividade administrativa, de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 13. O conselheiro que vier a se afastar da Instituição, em definitivo ou por mais de 4(quatro meses), por qualquer motivo, perderá o mandato no Conselho. Também perderá o mandato, o estudante não regularmente matriculado.

Art. 14. Na falta ou impedimento eventual do presidente do Colegiado, a presidência será exercida pelo seu substituto legal e na ausência de ambos, pelo conselheiro docente mais antigo na Instituição, presente à reunião.

Art. 15. Serão consideradas aprovadas as propostas que obtiverem maioria de votos favoráveis dos presentes, salvo disposição expressa no Estatuto ou neste Regimento Geral.

§1º A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma sempre que uma das duas outras não seja requerida, nem esteja expressamente prevista no Estatuto ou neste Regimento Geral.

§2º Além do voto comum, o presidente dos colegiados terá direito ao voto de qualidade.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

§3º Nos casos de empate nas votações dos colegiados, deve se reabrir a discussão três vezes sobre o assunto, culminando em uma nova votação. Persistindo o empate o presidente exercerá o direito ao voto de qualidade.

Art. 16. Além de aprovação, autorização, homologação, despachos e comunicações da secretaria, as deliberações dos órgãos Colegiados serão tomadas através de resoluções, decisões e pareceres baixados pelo presidente.

Art. 17. O Reitor poderá vetar deliberações dos Conselhos até 05(cinco) dias da reunião em que tenha sido aprovada.

§1º Vetada a deliberação, o Reitor convocará o respectivo Conselho para no prazo máximo de 10(dez) dias, da reunião de aprovação, deliberar sobre o veto.

§2º A apreciação do veto será feita em votação secreta, por um quorum de 2/3(dois terços) do total dos membros do Conselho e será decidida pela maioria dos votos dos presentes. Não havendo quorum, será convocada uma nova reunião no prazo máximo de 72(setenta e duas) horas. Não ocorrendo a segunda reunião, por falta de quorum, fica mantido o veto.

**CAPÍTULO II
DAS ELEIÇÕES**

Art. 18. Para compor os Órgãos Colegiados Superiores serão realizadas eleições para membros docentes, técnico-administrativos e discentes de acordo com o que se segue:

I - as eleições serão convocadas com antecedência mínima de 30(trinta) dias e realizadas até 15(quinze) dias antes da data de encerramento dos mandatos;

II - as eleições serão convocadas pelo Reitor, ou seu substituto legal, por meio de edital e homologadas pelo Conselho Universitário em até 10(dez) dias da realização do pleito;

III - todas as eleições serão realizadas por escrutínio secreto, coordenadas por uma comissão eleitoral, composta de 3(três) membros, designada pelo Conselho Universitário;

IV - não serão admitidos votos por procuração ou cumulativos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

V - os candidatos à representação aos órgãos Colegiados deverão fazer sua inscrição junto à secretaria, manifestando na ocasião a aceitação de sua investidura, caso eleitos;

VI - a eleição será feita por votação uninominal nos docentes previamente inscritos, de acordo com o inciso V desse artigo, sendo considerados eleitos os que obtiverem maior número de votos, obedecido o limite estabelecido para a representação docente junto ao Conselho Universitário e Conselho de Curadores;

VII - os votados seguintes aos eleitos de acordo com a classificação da eleição serão considerados suplentes.

Parágrafo único. Poderão ser estabelecidas normas complementares para realização das eleições, através de resoluções, pelo Conselho Universitário.

Art. 19. Do resultado das eleições será lavrada ata contendo quadro sucinto, com indicação individualizada dos resultados obtidos;

Art. 20. Em qualquer cargo ou função que exija processo eletivo, havendo empate usar-se-á como critério para desempate a seguinte ordem: anterioridade na Instituição, anterioridade no serviço público, tempo de participação anterior em Conselhos Superiores da Instituição, idade e titulação mais elevada.

Art. 21. A representação docente junto ao Conselho Universitário será composta de 19(dezenove) docentes do quadro efetivo, eleito por eles e dentre eles, permitida uma recondução.

Parágrafo único. Os suplentes para o Conselho Universitário serão os 8(oito) docentes mais votados, classificados em ordem decrescente tendo em vista o número de votos recebidos, após os titulares eleitos no mesmo pleito.

Art. 22. A representação docente junto ao Conselho de Curadores será composta de 10(dez) docentes do quadro efetivo, eleito por eles e dentre eles, permitida uma recondução.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Parágrafo único. Os suplentes para o Conselho de Curadores serão os 5(cinco) docentes mais votados classificados em ordem decrescente, tendo em vista o número de votos recebidos, após os titulares eleitos no mesmo pleito.

Art. 23. A eleição para os representantes dos técnico-administrativos será através de votação uninominal nos candidatos previamente inscritos, sendo considerados eleitos os que obtiverem maior número de votos, obedecido o limite estabelecido para sua representação junto ao Conselho Universitário, Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão e Conselho de Curadores.

§1º No caso de vacância, falta ou impedimento do representante técnico-administrativo, a representação será exercida pelo suplente.

§2º No caso da vacância ou impedimento da representação técnico-administrativo, do titular e suplente, vier a ocorrer na segunda metade do mandato, a representação será indicada pelo órgão máximo de classe da categoria, somente para conclusão do mandato.

Art. 24. A representação dos técnico-administrativos junto aos órgãos Colegiados obedecerá a seguinte composição:

I - no Conselho Universitário: 3 (três) membros titulares e 3(três) membros suplentes, permitida uma recondução;

II - no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão: 1(um) membro titular e 1(um) membro suplente, permitida uma recondução;

III - no Conselho de Curadores: 1(um) membro titular e 1(um) membro suplente, permitida uma recondução.

Art. 25. A eleição para representação discente junto aos órgãos Colegiados ficará a cargo do Diretório Central dos Estudantes.

§1º No caso de vacância, falta ou impedimento do representante discente, a representação será exercida pelo suplente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

§2º No caso da vacância ou impedimento na representação discente, do titular e suplente, vier a ocorrer na segunda metade do mandato, a representação discente será indicada pelo Diretório Central dos Estudantes, somente para conclusão dos respectivos mandatos.

Art. 26. A representação discente junto aos Órgãos Colegiados obedecerá a seguinte composição:

I - no Conselho Universitário: 3(três) membros titulares e 3(três) membros suplentes permitida uma recondução;

II - no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão: 1/5(um quinto) do total do Colegiado, com igual número de membros suplentes, permitida uma recondução;

III - no Conselho de Curadores: 1(um) membro titular e 1(um) membro suplente, permitida uma recondução.

Art. 27. Só poderão exercer funções de representação estudantil, os alunos integrantes do corpo discente da Universidade, regularmente matriculados em curso de graduação ou de pós-graduação *stricto sensu*.

§1º A perda da condição prevista neste artigo, implicará na extinção automática do mandato.

§2º A representação discente deverá contemplar 2(dois) representantes de graduação e 1(um) de pós-graduação.

Art. 28. A representação da comunidade junto ao Conselho Universitário será composta de 2(dois) membros titulares e de 2(dois) membros suplentes e ao Conselho de Curadores será de 1(um) membro titular e de 1(um) membro suplente e a representação do Ministério da Educação junto ao Conselho de Curadores será de 1(um) membro.

§1º A representação da comunidade será eleita pelo Conselho Universitário, dentre nomes indicados por associações ou entidades de classe que atuem em áreas culturais, científicas, empresariais ou filantrópicas, não podendo a escolha recair em docentes ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

funcionários ativos, discentes de graduação ou de pós-graduação da instituição, permitida uma recondução.

§2º A representação do Ministério da Educação junto ao Conselho de Curadores será feita por solicitação do Reitor ao Ministério da Educação.

Art. 29. As eleições dos Órgãos Colegiados deverão ocorrer até 15(quinze) dias antes da data de encerramento dos mandatos. O início de cada mandato será o dia posterior à data em que se extinguir o mandato vigente.

Parágrafo único. Os mandatos dos representantes discentes terão duração de 1(um) ano, enquanto os demais representantes terão mandatos com duração de 2(dois) anos.

Art. 30. A consulta prévia prevista no artigo 13 inciso XIX do Estatuto da qual participam docentes efetivos, técnico-administrativos efetivos e discentes regularmente matriculados para escolha dos nomes que comporão a lista para nomeação do Reitor e do Vice-Reitor será normatizada através de resolução específica do Conselho Universitário, obedecendo dentre outros os seguintes incisos:

I - as normas da consulta prévia serão estabelecidas pelo Conselho Universitário, até 90(noventa) dias antes de sua realização;

II - na consulta prévia, o nome do candidato a Vice-Reitor acompanhará ao do Reitor;

III - a comissão eleitoral para organizar a consulta prévia deverá ser designada pelo Conselho Universitário;

IV - poderão compor a comissão eleitoral pessoas de reconhecida competência, e/ou autoridade que não pertençam ao quadro da instituição, sendo impedidos de integrar a comissão, além dos candidatos inscritos, cônjuges e parentes até segundo grau, por consanguinidade ou afinidade;

V - a comissão eleitoral será composta por 10(dez) membros, de livre escolha do Conselho Universitário observando o mínimo de 70% (setenta por cento) de membros do corpo docente em sua composição;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

VI - a comissão eleitoral elegerá em sua primeira reunião o presidente e o vice-presidente, que substituirá o presidente em suas ausências ou impedimentos;

VII - a comissão eleitoral deliberará por maioria simples de voto, com a presença de metade mais um dos seus membros;

VIII - em caso de empate o presidente exercerá o direito do voto de qualidade;

IX - na consulta, a votação será secreta e uninominal, em escrutínio único, sendo eleitores os docentes efetivos, servidores efetivos e discentes regularmente matriculados e será considerado o peso de 70% (setenta por cento) para a manifestação de pessoal docente em relação as demais categorias;

X - poderão votar os docentes e técnico-administrativos efetivos afastados para cursos de Pós-graduação, a disposição de outros órgãos, exercendo mandatos eletivos ou de licença de qualquer natureza desde que mantenham o vínculo empregatício com a UFERSA;

XI - o voto será facultativo, não podendo ser efetuado por correspondência ou por procuração;

XII - a lista dos votantes da consulta deverá ser divulgada pela comissão eleitoral até 15(quinze) dias antes da data de sua realização;

XIII - o prazo máximo para contestação ou impugnação de nomes será de 72(setenta e duas) horas após a divulgação da lista;

XIV - somente poderão compor as listas tríplexes docentes integrantes do quadro efetivo, ocupantes dos cargos de professor titular, professor adjunto ou portadores do título de doutor;

XV - o eleitor que estiver enquadrado em mais de uma categoria na comunidade acadêmica só poderá exercer o direito de voto em apenas uma categoria;

XVI - caberá à Pró-Reitoria de Recursos Humanos fornecer a relação nominal, por ordem alfabética, com o número de matrícula, lotação dos docentes e funcionários técnico-administrativos, e a Divisão de Registro Escolar as relações nominais dos discentes regularmente matriculados por curso;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

XVII - para preservação da normalidade e funcionamento das atividades acadêmicas a divulgação em forma de campanha eleitoral pelos candidatos, só poderá ocorrer durante os 30(trinta) dias que antecedem a consulta;

XVIII - o Conselho Universitário homologará o resultado da consulta prévia com base na documentação elaborada pela comissão eleitoral, devendo divulgar tal homologação e encaminhar ao Ministério da Educação, no prazo máximo de até 10(dez) dias após a consulta;

XIX - no caso em que a lista advinda da consulta prévia estiver incompleta, caberá ao Conselho Universitário complementá-la, sempre respeitando a ordem dos candidatos dela advinda;

XX - estabelecido o calendário eleitoral e não havendo candidatos para a consulta prévia, as listas serão elaboradas pelo Conselho Universitário obedecendo à legislação vigente;

XXI - das decisões caberá recurso à comissão eleitoral, e em segunda instância ao Conselho Universitário.

Parágrafo único. O Reitor e Vice-Reitor serão nomeados pelo Presidente da República para um mandato de 4(quatro) anos, contados do dia da posse, podendo haver uma única recondução.

**CAPÍTULO III
DOS RECURSOS**

Art. 31. Das decisões proferidas por autoridades universitárias ou Órgãos Colegiados caberá pedido de reconsideração à própria autoridade ou órgão, ou apresentação de recurso à instância imediatamente superior, obedecendo a seguinte precedência:

a) da Assembléia Departamental para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Conselho Universitário, conforme a natureza da matéria.

b) da Coordenação de curso para a Pró-Reitoria de Graduação.

c) da Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, Pró-Reitoria de Planejamento e Administração e da Pró-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Reitoria de Assuntos Comunitários para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Conselho Universitário conforme natureza da matéria.

d) do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho de Curadores para o Conselho Universitário.

e) do Reitor para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão ou Conselho Universitário, conforme a natureza da matéria.

Art. 32. O Conselho Universitário é a instância administrativa máxima da instituição, exaurindo-se nele os recursos, não cabendo de suas decisões recursos ao Conselho Nacional de Educação, ao Ministério da Educação ou a qualquer outro órgão integrante da Administração Pública Direta ou Indireta relacionado à educação.

Art. 33. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso, será de 5(cinco) dias úteis a contar da data de ciência, pelo interessado, do teor da decisão.

Art. 34. O recurso será interposto à autoridade ou órgão recorrido, que deverá encaminhá-lo à instância superior dentro do prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento.

Parágrafo único. Esgotado o prazo para a remessa do recurso ao órgão recorrido, caberá ao interessado o direito da interposição direta.

Art. 35. Os pedidos de reconsideração e de recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 36. Julgado a reconsideração ou o recurso será o processo devolvido à autoridade ou órgão recorrido, para o cumprimento da decisão proferida.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**CAPÍTULO IV
DA ASSEMBLEIA UNIVERSITÁRIA**

Art. 37. A Assembleia Universitária - AU será constituída:

- I - pelos membros do corpo docente;
- II - pelos membros do corpo discente;
- III - pelos membros do corpo técnico-administrativo;
- IV - pelos Órgãos da administração Universitária.

§1º A Assembleia Universitária, presidida pelo Reitor e por ele convocada reunir-se-á ordinariamente a cada ano para tratar de assuntos relevantes a vida universitária.

§2º A Assembleia Universitária poderá se reunir extraordinariamente quando convocada pelo Reitor ou, por pelo menos 2 (dois) seguimentos da Assembleia Universitária, decidida por suas respectivas assembleias e encaminhada pelos seus órgãos máximos ao Reitor para convocação, no prazo máximo de 10(dez) dias úteis.

Art. 38. As reuniões da Assembleia Universitária serão realizadas com qualquer número de membros não se aplicando a essas reuniões os dispositivos inerentes ao funcionamento dos demais Órgãos Colegiados.

Art. 39. A Assembleia Universitária é convocada para as seguintes finalidades:

- I - ter ciência do relatório apresentado pelo Reitor sobre as atividades desenvolvidas no ano anterior e dos planos fixados para o exercício seguinte;
- II - discutir questões acadêmicas que norteiem os interesses das categorias e suas relações com a dinâmica institucional;
- III - para ato de colação de grau, em qualquer dos cursos, mantidos pela Universidade, entrega de diplomas e outros títulos.

§1º Das decisões da Assembleia Universitária, quando lhe couber, caberá recurso ao Conselho Universitário.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

§2º A Assembleia Universitária será dirigida por uma mesa diretora, integrada pela representação dos órgãos de classe de cada categoria, e presidida pelo Reitor.

**CAPÍTULO V
DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO**

Art. 40. O Conselho Universitário é o órgão superior de deliberação coletiva da Universidade em matéria de administração e política universitária e se compõe:

- I - pelo Reitor, como seu presidente;
- II - pela representação docente composta de 19(dezenove) membros titulares e 8 (oito) membros suplentes do quadro efetivo;
- III - por representação discente composta de 3 (três) membros titulares e 3(três) membros suplentes;
- IV - por representação técnico-administrativa composta de 3 (três) membros titulares e 3(três) membros suplentes do quadro efetivo;
- V - por representação da comunidade composta por 2 (dois) representante da sociedade civil.

Art. 41. O Conselho Universitário reunir-se-á ordinariamente na primeira semana do período letivo, quando será estabelecido um calendário anual de reuniões, fixando-se o tempo máximo entre as reuniões ordinárias de 90(noventa) dias.

Art. 42. O Conselho Universitário poderá ser convocado extraordinariamente pelo Reitor ou pelo menos por metade mais um de seus membros, ressalvadas as reuniões que exigem quorum qualificado.

Art. 43. A organização, o funcionamento, a eleição e a escolha dos membros do Conselho Universitário serão feitas de acordo com o que estabelece o Estatuto e este Regimento Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 44. Compete ao Conselho Universitário:

I - exercer a jurisdição superior, planejar e estabelecer a política geral da Universidade;

II - aprovar o Estatuto, suas alterações e emendas, submetendo-os ao Conselho Nacional de Educação, para aprovação e homologação pelo Ministério da Educação;

III - aprovar, por pelo menos 2/3(dois terços) dos seus membros o Regimento Geral, suas alterações e emendas e publicá-las no Diário Oficial da União;

IV - aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os respectivos Planos Anuais de Ação da Instituição, encaminhados pelo Reitor;

V - aprovar o seu Regimento Interno, bem como os Regimentos internos dos demais órgãos que compõe a administração universitária;

VI - aprovar a criação, agregação, desmembramentos, incorporação ou fusão e extinção de órgãos ou unidades;

VII - aprovar normas para avaliação do desempenho institucional;

VIII - deliberar, em grau de recurso sobre questões relativas ao provimento de cargos do magistério, incluindo a distribuição de vagas, na forma do Estatuto e de acordo com disposições legais, e deliberar sobre questões relativas ao provimento de cargos, remoção e redistribuição de servidores técnico-administrativos;

IX - apreciar os pareceres do Conselho de Curadores e demais órgãos de controle e planejamento de acordo com a legislação em vigor sobre o processo de prestação de contas da instituição;

X - deliberar sobre propostas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão quanto à alteração ou criação de departamentos ou coordenação de cursos, criação de cursos ou organismos para ensino, pesquisa e extensão;

XI - deliberar sobre as alterações do patrimônio da Universidade inclusive sobre alienação de bens;

XII - apreciar recursos contra atos do Reitor e das decisões dos Colegiados Acadêmicos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

XIII - criar comissões permanentes ou temporárias para estudo de assuntos específicos;

XIV - aprovar os símbolos da Universidade;

XV - deliberar sobre representação de natureza didática e das conclusões de inquéritos administrativos em casos de sua competência final;

XVI - julgar em grau de recurso todos os casos que lhe sejam afetos;

XVII - outorgar os títulos de Mérito Universitário: Doutor *Honoris Causa* e de Professor Emérito;

XVIII - criar e conceder prêmios e distinções como recompensa às atividades acadêmica e administrativa;

XIX - aprovar a celebração de acordos e convênios, aceitação de subvenções, legados e donativos, criar fundos especiais e fixar taxas;

XX - elaborar, de acordo com a consulta prévia, da qual participem docentes, técnico-administrativos e discentes, as listas de nomes para escolha e nomeação do Reitor e do Vice-Reitor da Universidade de acordo com a legislação vigente;

XXI - propor à autoridade competente a destituição do Reitor ou do Vice-Reitor ou de ambos, simultaneamente, desde que aprovado por 2/3(dois terços) de seus membros mediante parecer fundamentado de acordo com que dispõe o Regimento Geral;

XXII - deliberar sobre ato do Reitor praticado *ad-referendum* do Conselho;

XXIII - deliberar, com base no parecer do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sobre o número de vagas para ingresso nos cursos da Universidade, observadas a capacidade institucional e as exigências da comunidade;

XXIV - deliberar sobre outras matérias atribuídas a sua competência no Estatuto, neste Regimento Geral, nos Regimentos Internos, bem como sobre as questões omissas.

Art. 45. A Unidade de Auditoria Interna está vinculada ao Conselho Universitário.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

Art. 46. No exercício da jurisdição superior, o Conselho Universitário levará em conta o Estatuto, este Regimento Geral, e demais documentos deles emanados, bem como as orientações emanadas do poder público.

**CAPÍTULO VI
DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

Art. 47. O Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CONSEPE, órgão superior de deliberação coletiva, autônomo em sua competência, responsável pela coordenação de todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, será integrado pelos seguintes membros:

- I - Reitor, como presidente;
- II - Pró-Reitor de Graduação;
- III - Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação;
- IV - Pró-Reitor de Extensão e Cultura;
- V - Chefes de Departamentos Acadêmicos;
- VI - Coordenadores de Cursos de Graduação;
- VII - Coordenadores de Curso de Pós-Graduação *Stricto sensu*;
- VIII - Representação discente composta por 1\5(um quinto) do total do Colegiado, com igual número de suplentes, sendo 1\3(um terço) composta de alunos de pós-graduação *Stricto Sensu*;
- IX - Representação técnico-administrativa composta por 1 (um) membro titular e 1(um) membro suplente;
- X - Diretor da Divisão de Registro Escolar.

Art. 48. A organização, o funcionamento, a eleição e a escolha dos membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão serão feitas de acordo com o que estabelece o Estatuto e esse Regimento Geral.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 49. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão reunir-se-á ordinariamente, de acordo com o calendário estabelecido pelo Conselho, em sua primeira reunião ordinária, uma vez a cada mês dentro do período letivo, mediante convocação do seu presidente.

Art. 50. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão reunir-se-á extraordinariamente, a qualquer tempo, quando convocado por seu presidente ou pelo menos por metade mais um do número total de conselheiros.

Art. 51. Compete ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

I - estabelecer a política e definir prioridades da Universidade nas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, impedindo a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes, apreciando, dentre outros os planos anuais elaborados pelas Pró-Reitorias de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação e de Extensão e Cultura;

II - exercer, como órgão deliberativo e consultivo, a jurisdição universitária nos campos do ensino, pesquisa e extensão;

III - elaborar o seu próprio Regimento e encaminhar ao Conselho Universitário para apreciação e aprovação;

IV - fixar normas complementares, com base neste Regimento Geral e na legislação vigente, sobre matéria didático-pedagógica, pesquisa, extensão, transferências de discentes, revalidação e equivalência de diploma estrangeiro ou de estudos, e de outros assuntos de sua competência específica;

V - deliberar sobre calendários escolares, programas de disciplina e planos de ensino;

VI - deliberar e propor ao Conselho Universitário sobre a criação, desmembramento, fusão, ampliação, redução, suspensão temporária ou extinção de Departamentos Acadêmicos e Cursos de Graduação ou Pós-Graduação;

VII - constituir comissões especiais ou nomear professores para o estudo de assuntos relacionados ao ensino, à pesquisa e à extensão da Instituição, ou sobre os quais deva pronunciar-se;

VIII - julgar recursos das decisões proferidas por Assembléia Departamental;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

IX - deliberar sobre as propostas dos Departamentos referentes à distribuição de vagas e a contratação de docentes;

X - aprovar os relatórios dos Departamentos e encaminhá-los ao Reitor para incorporação ao relatório de gestão da Instituição;

XI - propor ao Reitor convênios ou acordos com entidades, em qualquer âmbito, para atividades de ensino, pesquisa e/ou extensão;

XII - encaminhar ao Conselho Universitário, dentro dos prazos legais, devidamente instruídas, as representações contra atos do Reitor e dos membros dos corpos docente e discente;

XIII - deliberar, originalmente ou em grau de recurso, sobre qualquer outra matéria de sua esfera de competência não prevista nesse Estatuto, neste Regimento Geral e nos demais Regimentos Internos, obedecendo às Leis vigentes;

XIV - deliberar, em grau de recurso, sobre matéria de sua competência oriunda dos Departamentos;

XV - emitir parecer para deliberação do Conselho Universitário sobre vagas para ingresso nos cursos da Universidade.

**CAPÍTULO VII
DO CONSELHO DE CURADORES**

Art. 52. O Conselho de Curadores, órgão superior de acompanhamento e fiscalização das atividades de natureza econômica, financeira, contábil e patrimonial da Universidade será integrado pelos seguintes membros:

I - por representação docente composta de 10(dez) docentes titulares e 5 (cinco) docentes suplentes do quadro efetivo, eleito por eles e dentre eles, em votação secreta e uninominal, com mandato de 2(dois) anos, permitida uma recondução;

II - por 1 (um) representante do Ministério da Educação, por este indicado, com mandato de 2 anos, permitida uma recondução;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

III - por representação da comunidade composta de 1 (um) membro titular e 1(um) membro suplente, eleito pelo Conselho Universitário, em votação secreta dentre os nomes indicados por associações ou entidades de classe que atuem em áreas culturais, científicas, empresariais ou filantrópicas não podendo os indicados serem docentes ou funcionários ativos, discentes de graduação ou de pós-graduação da Instituição, com mandato de 2(dois) anos, permitida uma recondução;

IV - por representação técnico-administrativo composta de 1 (um) membro titular e 1(um) membro suplente do quadro efetivo, eleito por eles e dentre eles, com mandato de 2(anos), permitida uma recondução;

V - por representação discente composta de 1 (um) membro titular e 1(um) membro suplente, eleito por eles e dentre eles, com mandato de 1(ano), permitida uma recondução.

§1º Os suplentes docentes em número de 5 (cinco) serão os mais votados, classificados em ordem decrescente após os titulares eleitos.

§2º É vetada aos membros do Conselho de Curadores a participação em outros Órgãos Colegiados ou Comissões Permanentes sejam como titulares ou suplentes, bem como a função de cargos de direção ou função gratificada no âmbito da Universidade.

§3º No caso de ocorrência de vacância na representação discente titular e suplente na primeira metade do mandato o Diretório Central dos Estudantes deverá proceder a uma nova eleição no prazo máximo de 30(trinta) dias, com mandato de 1 (um) ano, permitida uma recondução.

§4º No caso de ocorrência de vacância na representação discente, titular e suplente, na segunda metade do mandato a representação discente será indicada pelo Diretório Central dos Estudantes somente para terminar o mandato.

Art. 53. As reuniões do Conselho de Curadores serão dirigidas por um presidente eleito entre seus pares, por maioria simples, para o mandato de 1 (um) ano, devendo sua escolha recair em um dos seus membros.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

Art. 54. O Conselho de Curadores reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre, para avaliar o desempenho da Instituição quanto à execução orçamentária, financeira e patrimonial, e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente, por metade mais um do total de seus membros ou ainda por solicitação fundamentada do Reitor.

Art. 55. A organização, o funcionamento, a eleição e a escolha dos membros do Conselho de Curadores serão feitas de acordo com o que estabelece o Estatuto e este Regimento Geral.

Art. 56. Ao Conselho de Curadores compete:

I - eleger seu Presidente e Vice-Presidente, que terão mandato de 01(um) ano, sendo permitida uma recondução;

II - elaborar o seu próprio regimento e encaminhar ao Conselho Universitário para apreciação e aprovação;

III - acompanhar e fiscalizar os atos e fatos da gestão inerentes à execução de natureza orçamentária, financeira e patrimonial, além dos recursos financeiros oriundos de rendas internas, contratos, convênios ou ajustes de qualquer natureza;

IV - apresentar anualmente ao Conselho Universitário, para apreciação, o seu parecer sobre o processo de prestação de contas anual da UFERSA, até 60(sessenta) dias após o término do exercício financeiro.

**CAPÍTULO VIII
DO CONSELHO CONSULTIVO**

Art. 57. O Conselho Consultivo, órgão de interação da UFERSA com a comunidade externa, constituindo-se em espaço privilegiado de interlocução com os setores da sociedade, proporcionando ações harmoniosa e dinâmica, terá a seguinte constituição:

I - Reitor, como presidente;

II - Ex-Reitores da UFERSA;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

- III - Ex-Diretores da ESAM;
- IV - Reitor da UERN;
- V - Reitor da UFRN;
- VI - Chanceler da MATER CHRISTI;
- VII - Presidente da Associação dos Docentes da UFERSA;
- VIII - Presidente da Associação dos Servidores da UFERSA;
- IX - Presidente do Conselho Estadual da Educação;
- X - Prefeito Municipal de Mossoró;
- XI - Presidente da Câmara Municipal de Mossoró;
- XII - Presidente da ACIM;
- XIII - Presidente da CDL;
- XIV - Presidente da FETARN;
- XV - Presidente do DCE;
- XVI - Representante do Governo do Estado do RN;
- XVII - Representante do Ministério da Agricultura;
- XVIII - Presidente da FETRAF;
- XIX - Representante do Ministério Público;
- XX - Representante dos Movimentos Sociais;
- XXI - Presidente da FIERN;
- XXII - Representante das Instituições Privadas de Educação Superior de Mossoró.

§1º O Conselho Consultivo será presidido pelo Reitor e na ausência deste pelo Vice-Reitor.

§2º A critério do Reitor serão convidadas outras representações.

§3º O Conselho Consultivo reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, sempre no primeiro trimestre ou extraordinariamente por convocação do seu presidente.

§4º Quando da extinção de qualquer um dos órgãos sua representação ficará automaticamente extinta junto a este Conselho.

§5º Os representantes junto ao Conselho Consultivo serão indicados por seus órgãos por solicitação do Reitor.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

§6º A representação dos movimentos sociais será escolhida dentre os nomes indicados, pelo Reitor.

Art. 58. As reuniões do Conselho Consultivo serão realizadas com qualquer número de membros não se aplicando a essas reuniões os dispositivos inerentes ao funcionamento dos demais Órgãos Colegiados.

Art. 59. Ao Conselho Consultivo compete:

- I - auxiliar a UFERSA na proposição de políticas institucionais;
- II - sugerir ao Conselho Universitário elaboração de normas institucionais referentes às relações entre a UFERSA e a sociedade;
- III - tomar conhecimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do relatório de gestão do ano anterior e do plano de atividade para o ano seguinte;
- IV - propor ações que promovam a melhoria da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFERSA;
- V - estimular, apoiar e sugerir estudos e pesquisas sobre assuntos e temas relevantes para o desenvolvimento local, estadual e regional, com ênfase para o semiárido;
- VI - estimular parcerias com o poder público municipal e estadual e outros órgãos no sentido de minimizar a problemática socioeconômica local;
- VII - auxiliar, estimular, apoiar e propor ações na busca de captação de recursos extraorçamentários;
- VIII - propor ações no sentido que a UFERSA venha cooperar no fortalecimento da capacitação para o desenvolvimento sustentável, mediante o aprimoramento da compreensão científica por meio do intercâmbio de conhecimentos científicos e tecnológicos e mediante a intensificação do desenvolvimento, da adaptação e da transferência de tecnologia.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**CAPÍTULO IX
DA SECRETARIA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS**

Art. 60. A Secretaria dos Órgãos Colegiados, subordinada diretamente ao Reitor, ocupa-se dos serviços dos Órgãos Colegiados compostos pelo Conselho Universitário, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho de Curadores.

§1º A Secretaria dos Órgãos Colegiados será exercida por um (a) Secretário(a), de livre escolha do Reitor.

§2º Não poderá exercer a função de secretário (a) dos Órgãos Colegiados membros conselheiros.

Art. 61. Compete à Secretaria dos Órgãos Colegiados:

I - acompanhar as datas de posse dos conselheiros, observando o cumprimento dos mandatos;

II - comunicar aos Presidentes dos Conselhos a data de realização das eleições para a composição dos novos Conselhos em um prazo mínimo de 45 dias dos encerramentos de mandatos dos seus conselheiros;

III - registrar a presença e ausência dos conselheiros, objetivando cumprir o número máximo de faltas estabelecido para os mesmos, arquivando as justificativas;

IV - arquivar documentos apreciados pelos Conselhos para fins de consultas e informações;

V - distribuir aos Conselheiros e aos setores pertinentes as resoluções, decisões e pareceres emanados dos Órgãos Colegiados;

VI - ordenar as propostas de pauta advinda dos presidentes dos Conselhos e secretariar as sessões de cada Conselho;

VII - instruir e encaminhar processos submetidos à consideração dos Órgãos Colegiados;

VIII - orientar docentes, técnico-administrativos e discentes a respeito de encaminhamento de documentos para inclusão de pauta;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

IX - preparar, quando devidamente autorizadas pelos presidentes dos Conselhos, as convocações dos Colegiados Superiores;

X - redigir as atas das sessões, apresentando-as para apreciação e deliberação na sessão ordinária seguinte;

XI - redigir resoluções, decisões, pareceres, declarações, exposições de motivos, resultantes das deliberações dos Órgãos Colegiados e outros documentos oficiais de tramitação interna e externa;

XII - promover a publicidade de todos os atos dos Colegiados, e encaminha-los para divulgação no site da Instituição.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**TÍTULO IV
DA REITORIA**

Art. 62. A Reitoria é integrada por:

I - Pró-Reitorias:

a) Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC;

b) Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN; (Redação dada pela Emenda Regimental N° 06, de 28 de junho de 2013).

c) Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD;

d) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PROPPG;

e) Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - PROGEPE; (Redação dada pela Emenda Regimental N° 06, de 28 de junho de 2013).

f) Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários - PROAC;

g) Pró-Reitoria de Administração - PROAD. (Incluído pela Emenda Regimental N° 06, de 28 de junho de 2013).

II - Órgãos de Apoio e Assessoramento:

a) Gabinete do Reitor;

b) Procuradoria Jurídica;

c) Comissão Própria de Avaliação - CPA;

d) Comissão Permanente de Processo Seletivo - CPPS;

e) Comissão Interna de Supervisão do Pessoal Técnico-administrativo em Educação - CISPTAE;

f) Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD;

g) (Revogado pela Emenda Regimental N° 06, de 28 de junho de 2013).

h) Assessorias Especiais;

i) Ouvidoria;

j) Assessoria das Relações Internacionais.

III - Órgãos da Administração Geral:

a) (Revogado pela Emenda Regimental N° 06, de 28 de junho de 2013).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

b) Divisão de Registro Escolar - DIRESC;

c) (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

d) Sistemas de Bibliotecas; (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

e) Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação - SUTIC;

f) Superintendência de Infraestrutura - SIN;

IV - Órgãos Suplementares.

Art. 63. As Pró-Reitorias têm por finalidade a descentralização administrativa, e terão sua constituição e suas atribuições fixadas no Regimento Geral, Regimento da Reitoria e nos respectivos Regimentos Internos.

Art. 64. Os demais órgãos da Reitoria terão sua composição, organização, atribuições e funcionamento explicitados no Regimento Geral, Regimento da Reitoria e nos respectivos Regimentos Internos.

Parágrafo único. Os órgãos que integram a Reitoria poderão ser desdobrados, fundidos ou transformados, mediante proposta do Reitor, aprovada pelo Conselho Universitário.

Art. 65. O Reitor e Vice-Reitor serão escolhidos através de lista tríplice votada pelo Conselho Universitário antecedida de consulta prévia a comunidade Universitária obedecendo ao que estabelece o artigo 30 e seus incisos deste Regimento Geral.

Art. 66. A Reitoria será exercida pelo Reitor e nas suas faltas ou impedimentos pelo Vice-Reitor.

§1º No caso de ausência do Reitor e do Vice-Reitor, assumirá o docente mais antigo do quadro efetivo da Instituição.

§2º No caso de vacância no cargo de Reitor, durante a primeira metade de seu mandato, assumirá o Vice-Reitor que no prazo máximo de 60(sessenta) dias, a contar da data



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

de vacância promoverá a escolha do novo Reitor obedecidas as normas estabelecidas no Estatuto da UFERSA e este Regimento Geral.

§3º No caso de vacância do Reitor, durante a segunda metade de seu mandato, assumirá o Vice-Reitor até completar o seu mandato.

§4º No caso de vacância de Vice-Reitor, independentemente do período em que ocorrer a vacância, assumirá o docente mais antigo no quadro da Instituição, para completar o mandato.

Art. 67. O Reitor poderá vetar deliberações do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, até 05(cinco) dias da reunião em que tenha sido aprovada.

§1º Vetada a deliberação, o Reitor convocará o respectivo Conselho para, em reunião, a realizar-se no prazo máximo de 10(dez) dias, da reunião de aprovação, deliberar sobre o veto.

§2º A apreciação do veto será feita por um quorum de 2/3(dois terços) do total dos membros do Conselho e será decidida pela maioria dos votos dos presentes. Não havendo quorum, será convocada mais uma única vez, uma reunião no prazo máximo de 72(setenta e duas) horas.

Art. 68. Compete ao Reitor:

I - representar a Universidade, coordenar e superintender todas as atividades universitárias;

II - promover a elaboração da proposta de gestão orçamentária para apreciação e aprovação do Conselho Universitário;

III - administrar as finanças da Universidade;

IV - coordenar a elaboração e submeter para apreciação e aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão os planos anuais de atividades elaboradas pelas respectivas Pró-Reitorias;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

V - nomear, distribuir, remover, licenciar, exonerar ou dispensar, conceder aposentadoria, licenças e afastamentos e praticar outros atos, da mesma natureza, na forma prevista em Lei;

VI - baixar atos de remoção, no âmbito da Universidade, e de distribuição de docentes da Universidade para outras Instituições de Ensino Superior mantidas pela União e de subscrever os de redistribuição destas para a UFRSA, obedecendo ao Regimento Geral, ao inciso VIII do art. 13 do Estatuto e Resoluções específicas;

VII - exercer o poder disciplinar no âmbito de toda a Universidade;

VIII - exercer o poder de veto das deliberações do Conselho Universitário e do de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IX - outorgar graus e assinar diplomas conferidos pela UFRSA;

X - firmar convênios entre a Universidade e entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais ou internacionais podendo para tanto delegar poderes, quando necessário;

XI - tomar, em casos excepcionais, decisões *ad referendum* do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho Universitário, vetados os casos relativos ao estabelecimento de normas e atos eleitorais, alterações de Resoluções, Regimentos e Estatuto, distribuição de vagas de docentes, devendo submeter tais decisões, no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, da data do ato, ao respectivo Conselho para a devida apreciação;

XII - a não ratificação das decisões acarretará a nulidade e ineficácia da medida desde o início de sua vigência;

XIII - instituir comissões especiais, de caráter permanente ou temporário para estudo de problemas específicos;

XIV - delegar, quando assim julgar necessário, parte de suas atribuições ao Vice-Reitor e aos demais auxiliares;

XV - submeter ao Conselho de Curadores e demais órgãos de controle, de acordo com a legislação vigente, a prestação de contas anual da Universidade;

XVI - encaminhar ao Conselho Universitário, recursos de docentes e discentes no prazo máximo de 10(dez) dias úteis;

XVII - baixar resoluções e portarias decorrentes das decisões dos órgãos Colegiados;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

XVIII - cumprir e fazer cumprir a legislação determinada pela Constituição Federal, Leis, Decretos, Portarias, pelo Estatuto da UFERSA, por este Regimento Geral e pelas deliberações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Universitário;

XIX - tornar público, através de seus assessores, os atos da gestão no site da Instituição, através de murais, os relatórios gerenciais sobre a arrecadação e aplicação dos recursos públicos;

XX - desempenhar as demais atribuições inerentes ao cargo de Reitor.

**CAPÍTULO I
PRÓ-REITORIAS**

Art. 69. As Pró-Reitorias são os Órgãos responsáveis pela formulação e implantação das políticas nas áreas de recursos humanos, de administração, de ensino, pesquisa, extensão e pela coordenação geral do sistema acadêmico, em áreas específicas de atuação.

Art. 70. Os Pró-Reitores deverão executar, supervisionar, coordenar e controlar todas as atividades relacionadas, respectivamente, com cada uma das Pró-Reitorias.

Parágrafo único. As Pró-Reitorias serão dirigidas por um Pró-Reitor e pelo seu Adjunto, com as mesmas atribuições, ambos nomeados pelo Reitor. [\(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 05, de 19 de dezembro de 2012\).](#)

**SECCÃO I
DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA**

Art. 71. A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura tem como objetivo intensificar relações transformadoras entre a Instituição e a sociedade, por meio de processos educativo, cultural, científico e artístico.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

§1º As atividades de extensão e cultura serão normatizadas pelo Estatuto da UFERSA, por este Regimento Geral e pelo Regimento interno proposto pelo Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§2º A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, como atividade humanística, deve proporcionar à comunidade conhecimentos de arte, ciência e técnica, em caráter permanente e recíproco.

Art. 72. Cabe à Instituição assegurar o desenvolvimento de programas e projetos de extensão e cultura, através da consignação em seu orçamento, de recursos para este fim, ou mediante parcerias com instituições ou organizações não governamentais.

Parágrafo único. A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura também poderá promover ações que possibilitem a captação de recursos para realização de atividades de extensão e cultura.

Art. 73. Compete ao Pró-Reitor de Extensão e Cultura:

I - prestar assistência ao Reitor no cumprimento da política extensionista e cultural traçada para a UFERSA;

II - estimular e disciplinar a extensão e cultura no âmbito da Universidade;

III - propor e elaborar convênios para prestação de serviços;

IV - elaborar relatórios semestrais e divulgar dados sobre as atividades de extensão e cultura da UFERSA;

V - fazer cumprir o Estatuto e Regimento Geral da UFERSA, Regimento Interno da Pró-Reitoria e as resoluções e decisões emanadas dos Conselhos Superiores;

VI - elaborar semestralmente o programa de atividades a ser submetido ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para apreciação e deliberação.

Art. 74. São funções da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura:

I - opinar sobre normas complementares, a serem baixadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, envolvendo atividades de extensão e cultura;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

II - aprovar projetos e planos de cursos e serviços de extensão e cultura visando difundir conhecimentos e técnicas de trabalho para elevar a eficiência e os padrões culturais da comunidade;

III - deliberar sobre propostas, indicações, representações ou consultas de interesses da Universidade em matéria de extensão e cultura;

IV - emitir parecer sobre criação, expansão, modificação e extinção de cursos de graduação e de pós-graduação (*stricto sensu* e especialização) que serão apreciados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

V - manter um programa de oferta de estágios, tanto no âmbito interno como externo a instituição que deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

VI - coordenar, supervisionar e propor convênio para a implantação de um sistema de atendimento, de âmbito interno, aos produtores e criadores;

VII - coordenar, supervisionar e publicar material bibliográfico informativo, periódicos (jornais, revistas, boletins técnicos, etc.) objetivando manter a comunidade interna e externa informada sobre as atividades que estão sendo desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Instituição;

VIII - promover, juntamente com as Pró-Reitorias de Ensino de Graduação e de Pesquisa e Pós-graduação, a Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFERSA e outros eventos similares;

IX - planejar, junto aos Departamentos, órgãos suplementares e a comunidade discente, cursos de extensão universitária, seminários, ciclos de conferências, simpósios, debates e palestras;

X - expedir certificados ou declarações de participação e rendimento de alunos em cursos de extensão e estágios, que serão assinados conjuntamente com o Reitor da UFERSA;

XI - promover o levantamento do mercado de trabalho profissional objetivando atender a inserção dos egressos;

XII - orientar alunos na integração de carreiras prioritárias para desenvolvimento regional e nacional;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

XIII - assessorar científica, educacional e tecnicamente instituições e órgãos governamentais ou privados, de âmbito local, regional ou nacional, e elaborar projetos por estes solicitados;

XIV - sugerir ao Conselho Universitário a criação de prêmios artístico-culturais e literários;

XV - promover a participação dos alunos em iniciativas que contribuam para a elevação dos padrões artísticos e culturais da comunidade.

SECÇÃO II

**DA PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E
DA PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO**

(Redação dada pela Emenda Regimental N° 06, de 28 de junho de 2012)

Art. 75. A Pró-Reitoria de Planejamento é a unidade diretamente subordinada à Reitoria responsável pela direção das atividades relativas à elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento institucional e pela gestão das áreas orçamentária, financeira e contábil da UFERSA. *(Redação dada pela Emenda Regimental N° 06, de 28 de junho de 2012).*

Art. 75-A. Compete ao Pró-Reitor de Planejamento: *(Incluído pela Emenda Regimental N° 06, de 28 de junho de 2012).*

I – assessorar o Reitor quanto à política de planejamento e coordenação geral da UFERSA;

II – supervisionar, coordenar, acompanhar, controlar e executar as atividades da Pró-Reitoria;

III – emitir pareceres sobre assuntos de sua competência;

IV – praticar todos os demais atos de sua atribuição, ainda que não especificados neste artigo.

Art. 75-B. São funções da Pró-Reitoria de Planejamento: *(Incluído pela Emenda Regimental N° 06, de 28 de junho de 2012).*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

I – assessorar a Reitoria no planejamento, programação e desenvolvimento das atividades institucionais em matéria de sua competência;

II – promover e coordenar avaliações e estudos sobre a UFERSA, visando à produção de dados que auxiliem a tomada de decisão sobre o desenvolvimento da Instituição;

III – coordenar o processo de planejamento da Instituição;

IV – coordenar a elaboração, acompanhar e avaliar a execução do Plano de Desenvolvimento Institucional;

V – formular indicadores que orientem o processo de planejamento, controle e avaliação da Universidade;

VI – elaborar, analisar e avaliar programas e projetos da Universidade, quando solicitado pela Reitoria;

VII – elaborar, consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional, a proposta orçamentária anual da Instituição, ouvidos os diversos setores da Universidade, para apreciação e deliberação do Conselho Universitário;

VIII – coordenar as atividades relacionadas à gestão orçamentária, financeira e contábil da Universidade;

IX – desempenhar outras atribuições de sua competência, ainda que não especificadas neste artigo.

Art. 75-C. A Pró-Reitoria de Planejamento terá a seguinte estrutura administrativa: [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012\).](#)

I – Gabinete do Pró-Reitor;

II – Divisão de Planejamento e Avaliação Institucional;

III – Divisão de Orçamento;

IV – Divisão de Contabilidade e Finanças;

V – Divisão de Convênios e Termos de Cooperação.

Art. 75-D. O Gabinete do Pró-Reitor é constituído por: [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012\).](#)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

I – Assessoria Técnica;

II – Secretaria Administrativa;

III – À Assessoria Técnica compete auxiliar o Pró-Reitor de Planejamento na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do planejamento; na gestão orçamentária e financeira da Universidade e nas suas demais atribuições;

IV – A Secretaria Administrativa é responsável pelos serviços de apoio administrativo necessários ao Gabinete do Pró-Reitor, tais como:

a) controle do protocolo, tramitação interna de documentos, distribuição e expedição de processos;

b) manutenção da disponibilidade de materiais de consumo e equipamentos;

c) controle e atesto da prestação de serviços;

d) controle de comunicação e da agenda do Pró-Reitor;

Art. 75-E. A Divisão de Planejamento e Avaliação Institucional é responsável pela coordenação do planejamento institucional, pela elaboração de diagnósticos e estudos, e pelo acompanhamento e avaliação da execução do planejamento da Universidade. [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012\).](#)

§1º À Divisão de Planejamento e Avaliação Institucional compete:

I - coordenar a elaboração do planejamento da Universidade, e acompanhar e avaliar permanentemente a sua implementação;

II - promover a coordenação de diagnósticos institucionais e de estudos visando orientar o processo de desenvolvimento da Universidade;

III - coordenar a elaboração de planos, programas e projetos de competência da Pró-Reitoria;

IV - coordenar a elaboração, a implementação, o controle e a avaliação do Plano de Desenvolvimento Institucional;

V - assessorar as demais unidades administrativas em relação à elaboração, execução e controle de planos e projetos de desenvolvimento institucional;

VI - coordenar a elaboração do relatório de gestão e a prestação de contas do Reitor;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

VII - analisar e dar parecer em assuntos de sua competência, quando solicitado pelo Pró-Reitor;

VIII - desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Pró-Reitor, nas áreas de sua competência.

§ 2º Ao Setor de Informações Institucionais, vinculado à Divisão de Planejamento e Avaliação Institucional, compete:

I - coletar, armazenar, analisar e divulgar os dados gerenciais e informações de interesse dos processos de planejamento, administração e de avaliação de desempenho institucional;

II - promover o planejamento de atividades sistematizadas, relacionadas à geração, veiculação, uso, armazenagem e recuperação de informações institucionais;

III - registrar, consolidar e atualizar as informações institucionais nos sistemas de gestão da UFERSA e do Ministério da Educação;

IV - desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Pró-Reitor, nas áreas de sua competência.

Art. 75-F. A Divisão de Orçamento é responsável pela análise de custos, elaboração, acompanhamento e avaliação do planejamento econômico-financeiro da Universidade. [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012\).](#)

Parágrafo único. À Divisão de Orçamento compete:

I - coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual da Instituição;

II - acompanhar, controlar e avaliar a execução do orçamento da Universidade;

III - analisar e propor ajustes ao orçamento institucional;

IV - promover estudos dos custos da Universidade, buscando o permanente aumento da eficiência das despesas institucionais;

V - propor critérios de rateio do orçamento;

VI - gerenciar a distribuição de cotas orçamentárias entre as unidades administrativas;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

VII - analisar e emitir pareceres em pedidos de suplementação de recursos orçamentários para outras unidades;

VIII - executar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Pró-Reitor, nas suas áreas de competências.

Art. 75-G. A Divisão de Contabilidade e Finanças é a unidade responsável pela coordenação, supervisão, controle e execução das atividades relacionadas com o sistema de administração financeira e contábil da Universidade. [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012\).](#)

§ 1º À Divisão de Contabilidade e Finanças compete:

I - manter atualizados os registros e prestar informações de natureza contábil, orçamentária, financeira e patrimonial de forma a subsidiar a tomada de decisão da Reitoria e o planejamento orçamentário da UFERSA;

II - zelar pelas medidas e providências que devam ser observadas por todas as unidades administrativas, tendo em vista sua adequação às normas de administração financeira e contábil em consonância com o sistema de contabilidade federal;

III - fornecer com presteza e em tempo hábil informações às instâncias superiores e aos órgãos de controle do poder público;

§ 2º A Divisão de Contabilidade e Finanças é constituída por:

I - Direção;

II - Setor Financeiro;

III - Setor Orçamentário;

IV - Setor de Contabilidade.

§ 3º À Diretoria da Divisão de Contabilidade e Finanças compete dirigir, coordenar, controlar e supervisionar todas as atividades relacionadas à escrituração contábil, financeira orçamentária e patrimonial da Instituição de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público.

§ 4º Ao Setor Financeiro da Divisão de Contabilidade e Finanças compete:

I - coordenar e controlar os assuntos relativos à execução financeira;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

- II - emitir documentos inerentes à execução financeira;
- III - efetuar a liquidação/apropriação das despesas para pagamentos de fornecedores;
- IV - efetuar pagamento da folha de pessoal;
- V - efetuar recolhimentos de tributos;
- VI - formalizar processos de suprimento de fundos;
- VII - realizar mensalmente a conciliação das contas do ativo financeiro;
- VIII - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

§ 5º Ao Setor Orçamentário da Divisão de Contabilidade e Finanças compete:

- I - coordenar e controlar os assuntos relativos à execução orçamentária;
- II - emitir notas de empenhos e demais documentos inerentes à execução orçamentária
- III - manter atualizado o controle do saldo orçamentário da Instituição;
- IV - exercer outras atividades atribuídas pela Diretoria.

§ 6º Ao Setor de Contabilidade da Divisão de Contabilidade e Finanças compete:

- I - assistir a Diretoria em assuntos de contabilidade;
- II - analisar os balancete e demonstrativos das unidades gestoras e do órgão, verificando os resultados obtidos e a sua conformidade com as normas em vigor, emitindo parecer sobre as contas analisadas;
- III - elaborar os demonstrativos referentes à execução orçamentária e financeira e informações contábeis, em conformidade com as exigências dos órgãos de controle externo e interno, para juntada ao processo de prestação de contas anual do Reitor;
- IV - manter-se atualizados com o plano de contas dos sistemas informatizados federais;
- V - acompanhar e assegurar a manutenção da regularidade fiscal da Universidade de forma a garantir a expedição das certidões negativas de débitos, pelos órgãos competentes;
- VI - exercer outras atividades que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

Art. 75-H. A Divisão de Convênios e Termos de Cooperação é responsável pela formalização, acompanhamento da execução, controle e avaliação dos convênios, termos de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

cooperação e outros instrumentos de mesmo gênero, celebrados pela Universidade, que envolvam transferência de recursos financeiros. [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012\).](#)

Parágrafo único. À Divisão de Convênios e Termos de Cooperação compete:

I - promover a análise da viabilidade de projetos, convênios e outros instrumentos do mesmo gênero, em que haja previsão de repasses financeiros entre a UFERSA e os demais partícipes;

II - assessorar, no âmbito de sua competência, a elaboração de projetos destinados à obtenção de financiamento;

III - formalizar convênios, termos de cooperação e outros instrumentos jurídicos congêneres, que envolvam a transferência de recursos financeiros entre a UFERSA e demais partícipes;

IV - acompanhar e avaliar o cumprimento do objeto e a correta execução orçamentária e financeira dos convênios e termos de cooperação firmados pela UFERSA, como concedente ou como conveniente;

V - realizar o encaminhamento de prestações de contas aos órgãos concedentes e de controle, quando for o caso;

VI - emitir pareceres sobre prestações de contas apresentadas por outros partícipes de convênios firmados com a UFERSA;

VII - executar outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Pró-Reitor, nas suas áreas de competências.

Art. 76. A Pró-Reitoria de Administração, diretamente subordinada à Reitoria, é a unidade responsável pela supervisão e coordenação das áreas de materiais, contratos, patrimônio, almoxarifado, transportes e arquivo da UFERSA. [\(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012\).](#)

I - [\(Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012\).](#)

II - [\(Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012\).](#)

III - [\(Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012\).](#)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

IV - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012).

V - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012).

Art. 76-A. Compete ao Pró-Reitor de Administração: (Incluído pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012).

I – supervisionar e coordenar as atividades de administração de materiais, contratos, patrimonial, almoxarifado, transportes e arquivo;

II – emitir pareceres sobre assuntos de sua competência;

III – praticar todos os demais atos de suas atribuições relacionados à Administração, ainda que não especificados neste artigo.

Art. 76-B. A Pró-Reitoria de Administração tem a seguinte estrutura administrativa: (Incluído pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012).

I – Gabinete do Pró-Reitor;

II – Divisão de Compras;

III – Divisão de Contratos;

IV – Divisão de Licitações;

V – Divisão de Materiais;

VI – Divisão de Transportes;

VII – Divisão de Arquivo e Protocolo.

Art. 76-C. O Gabinete do Pró-Reitor de Administração é constituído por: (Incluído pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012).

I – Assessoria Técnica;

II – Secretaria Administrativa;

III – À Assessoria Técnica compete auxiliar o Pró-Reitor de Administração na gestão da informação e na análise técnica dos atos administrativos relativos às atividades da PROAD;

IV – A Secretaria Administrativa é responsável pelos serviços de apoio administrativo necessários ao gabinete do Pró-Reitor tais como:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

- a) manutenção da disponibilidade de materiais de consumo e equipamentos;
- b) controle do protocolo;
- c) controle de comunicação e da agenda do Pró-Reitor.

Art. 76-D. A Divisão de Compras é responsável pelo planejamento, coordenação e execução das compras institucionais de suprimentos de bens de consumo e de bens móveis e imóveis. [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012\).](#)

§ 1º À Divisão de Compras compete o planejamento e a formalização dos processos licitatórios em sua fase interna, incluindo a elaboração dos respectivos editais e termos de referência necessários à aquisição de bens, com base nas informações técnicas fornecidas pelos setores demandantes.

§ 2º A Divisão de Compras é constituída por:

I - Setor de Compras responsável pelo planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação dos processos de compras de materiais.

II - Setor de Registro de Preços responsável pelo acompanhamento e o gerenciamento das atas de registro de preços emitidas pela UFRSA e aos pedidos de adesão às atas de outros órgãos.

III - Setor de Importação responsável pela efetuação dos processos de compras por importação.

IV - Setor de Cadastro responsável pelo cadastramento e a manutenção atualizada dos sistemas de cadastros de materiais e serviços a serem adquiridos e contratados respectivamente, pela Universidade conforme a natureza orçamentária da despesa e as suas respectivas especificações técnicas.

Art. 76-E. A Divisão de Contratos é responsável pelo planejamento, coordenação elaboração e gestão dos processos licitatórios referentes às contratações de serviços e obras. [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012\).](#)

§ 1º A Divisão de Contratos compete:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

I - planejar e formalizar os processos licitatórios em sua fase interna, necessários à contratação de serviços e obras;

II - formalizar a contratação de obras e serviços, termos aditivos e outros instrumentos jurídicos, com base nas informações técnicas fornecidas pelos setores demandantes;

III - acompanhar a execução dos contratos vigentes;

IV - cadastrar contratos nos sistemas de informação e de gestão da UFERSA e do Governo Federal;

V - publicar extratos de contratos celebrados no Diário Oficial da União;

VI - executar outras atividades que lhes forem atribuídas pelo Pró-Reitor.

§ 2º A Divisão de Contratos é constituída por:

I - Setor de Contratos de Obras responsável pelo acompanhamento da execução dos contratos de obras e serviços de engenharia nos aspectos temporais e financeiros;

II - Setor de Contratos Continuados responsável acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços continuados, bem como a supervisão dos contratos de terceirização de serviços;

III - Setor de Contratos Diversos responsável pelo acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços não continuados, e àqueles realizados por Contratação Direta.

Art. 76-F. A Divisão de Licitações é responsável pela execução dos processos licitatórios de compras em sua fase externa, por meio de processos elaborados pela Divisão de Compras e pela Divisão de Contratos da UFERSA. [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012\).](#)

§ 1º À Divisão de Licitações compete o planejamento, a realização, o acompanhamento e o julgamento dos processos licitatórios destinados à aquisição de bens e contratação de serviços segundo o regramento da legislação vigente, e ainda o cadastro e permanente atualização do cadastro de fornecedores.

§ 2º A Divisão de Licitações é constituída por:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

I - Comissão Permanente de Licitações responsável pela à realização de licitações de obras e serviços nas modalidades Concorrência, Tomada de Preços e Convite em todas as suas fases.

II - Setor de Pregões responsável pela a realização de procedimentos licitatórios na modalidade Pregão nas formas eletrônica ou presencial em todas as suas fases.

Art. 76-G. A Divisão de Materiais é responsável pelo controle patrimonial dos bens móveis e imóveis, pela gerência física dos mesmos e ainda, pela execução das atividades relacionadas à logística do abastecimento institucional de materiais de consumo. [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012\).](#)

§ 1º À Divisão de Materiais compete planejar, coordenar, controlar, dirigir e supervisionar as atividades relacionadas à gestão dos bens patrimoniais móveis e imóveis da UFERSA, bem como pela logística de recebimento, conferência, armazenamento e respectiva distribuição de bens de consumo às unidades solicitantes da UFERSA.

§ 2º A Divisão de Materiais é constituída por:

I – Setor de Patrimônio, que possui como atribuições:

- a) controlar o registro contábil de bens móveis e imóveis, através do lançamento dos dados patrimoniais nos sistemas de informação e de gestão de registro de bens patrimoniais;
- b) controlar e manter atualizada a base de dados institucional para fins de cadastro de bens próprios ou de terceiros;
- c) propor ao Reitor a abertura de processos para alienação de bens;
- d) emitir o Relatório Mensal de Bens – RMB;
- e) emitir inventários anuais dos bens móveis e imóveis;
- f) executar outras atividades relativas à área que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

II – Setor de Almoxarifado, que possui como atribuições:

- a) controlar a entrada e saída de materiais, através do respectivo registro nos sistemas de informação e gestão;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

- b) realizar a cobrança da entrega dos bens adquiridos junto aos respectivos fornecedores e o cumprimento das obrigações;
- c) realizar as respectivas notificações de não cumprimento das obrigações para fins de aplicação de sanções administrativas;
- d) analisar a legalidade dos documentos do Setor para fins de encaminhamento para pagamento;
- e) emitir o Relatório Mensal de Almoxarifado – RMA;
- f) elaborar o inventário anual de estoques;
- g) executar outras atividades relativas à área que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Art. 76-H. A Divisão de Transportes é responsável pelo planejamento, coordenação e execução das atividades relacionadas à gestão dos transportes da UFERSA, bem como pela guarda patrimonial dos mesmos. *(Incluído pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2012).*

§ 1º À Divisão de Transportes compete o planejamento e a coordenação das atividades relacionadas à gestão dos transportes da UFERSA e ainda:

- I - planejar e acompanhar os serviços de transporte no âmbito das ações da UFERSA;
- II - coordenar, supervisionar e administrar todas as atividades inerentes à manutenção dos veículos destinados à condução de pessoas a serviço da Universidade;
- III - coordenar e supervisionar atividades relacionadas ao rodízio de motoristas no âmbito da Universidade.
- IV - notificar as irregularidades constatadas, orientando quanto aos procedimentos a serem adotados para regularização das mesmas;
- V - receber as notificações de trânsito, abrir processo notificando e orientando a unidade/órgão, quanto aos procedimentos a serem adotados para identificação do condutor e pagamento da multa;
- VI - acompanhar o controle de movimentação dos veículos da UFERSA;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

VII - tomar as providências cabíveis e encaminhar para o conhecimento da PROAD todos os acontecimentos envolvendo veículos da UFERSA, tais como: acidente de trânsito; roubo/furto; alterações de características; e disponibilização de veículos para alienação.

§ 2º A Divisão de Transportes é constituída por:

I – Setor de Manutenção da Frota responsável pela manutenção física dos veículos disponibilizados para uso e possui como atribuições:

a) zelar pela realização de manutenções preventivas e corretivas dos veículos disponibilizados para condução dos docentes, discentes e técnicos administrativos em atividades de interesse da UFERSA;

b) manter sistemas de controle individual de cada veículo, contemplando todas as informações necessárias para o acompanhamento preciso das condições mecânicas e equipamentos de uso obrigatório;

c) controlar o vencimento, solicitar o pagamento e manter a guarda de toda a documentação obrigatória dos veículos da frota da Universidade;

d) executar outras atividades relativas à área que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

II – Setor de Administração da Frota responsável pela gestão da logística de transportes da Universidade, e possui como atribuições:

a) atender as solicitações de transportes com base em informações registradas no sistema de autorização de transporte mantendo-os permanentemente atualizados;

b) coordenar, supervisionar e administrar todas as atividades relativas à gestão dos condutores dos veículos oficiais da UFERSA;

c) coordenar, supervisionar e administrar todas as atividades inerentes à aquisição de combustíveis e lubrificantes para veículos e equipamentos no âmbito da UFERSA;

d) executar outras atividades relativas à área que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Art. 76-I. A Divisão de Arquivo e Protocolo é responsável pelo planejamento, coordenação e organização do sistema de arquivos da UFERSA incluído os serviços de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

Gestão Eletrônica de Documentos, bem como os serviços de informação e o fluxo, emissão e recebimento de todas as correspondências institucionais. (Incluído pela Emenda Regimental N° 06, de 28 de junho de 2012).

§ 1º À Divisão de Arquivo e Protocolo compete planejar, coordenar, controlar, dirigir e supervisionar as atividades relacionadas à gestão dos arquivos e protocolo da UFERSA, tanto na sua forma física, como eletrônica, e ainda pelos serviços de correspondências internas e externas.

§ 2º A Divisão de Arquivo e Protocolo é constituída por:

I – Setor de Arquivo Geral, que possui como atribuições:

- a) planejar, coordenar, executar e avaliar a implantação de programas de gestão de documentos;
- b) aplicar os códigos e planos de classificação, assim como a tabela de temporalidade e destinação de documentos;
- c) acompanhar a transferência, o recolhimento e a doação de documentos, procedendo ao registro de sua entrada e o encaminhamento às unidades competentes;
- d) executar e avaliar as atividades relacionadas com a recepção, a conferência, o arranjo, a descrição e a guarda dos documentos permanentes;
- e) executar atividades relativas a cópias, transcrição e à autenticação de documentos sob a sua guarda;
- f) desenvolver as atividades de consulta e de divulgação, viabilizando o acesso aos documentos sob a sua guarda, promovendo o acesso à informação;
- g) implantar, coordenar e controlar os documentos normativos e institucionais da UFERSA através da gestão documental do Arquivo Geral e setoriais;
- h) coordenar os serviços de manutenção, higienização, conservação do acervo e de desenvolvimento do Arquivo Geral da UFERSA;
- i) prestar assessoria e treinamentos referentes à gestão documental e demais assuntos arquivísticos aos diversos setores da UFERSA;
- j) implementar e coordenar o Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) na Instituição;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

k) orientar comissões quanto à avaliação documental, quando da análise e deliberação final referente aos prazos de guarda e destinação final dos documentos produzidos pela Universidade;

l) exercer outras atividades de responsabilidade do Setor.

II – Setor de Correspondências, que possui como atribuições:

a) receber, registrar e distribuir as correspondências externas recebidas via Correios;

b) receber e distribuir as correspondências das diversas unidades da UFERSA e dos servidores;

c) receber e encaminhar os processos administrativos via malote ou por outro meio quando for o caso;

d) controlar as correspondências, inclusive telegramas e sua postagem no correio;

e) responsabilizar-se pela guarda das correspondências até que sejam entregues a unidade de destino;

f) receber, conferir e registrar toda documentação e correspondências encaminhadas pela UFERSA ou para esta, a fim de que sejam entregues ao seu destinatário;

g) receber, selecionar e preparar a correspondência para expedição via Correios, de acordo com as normas e procedimentos determinados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT;

h) exercer outras atividades de responsabilidade do Setor.

III – Setor de Protocolo Geral, que possui como atribuições:

a) receber, conferir, autuar, cadastrar e classificar os documentos de acordo com o Código de Classificação de Assuntos adotado pela UFERSA;

b) registrar em sistema eletrônico a tramitação dos processos enviados ou recebidos para arquivamento;

c) prestar informações as partes interessadas sobre a tramitação de seus processos;

d) prestar informações, verbalmente ou por escrito, sobre os feitos distribuídos, quando solicitadas;

e) manter registro informatizado dos processos que tramitam no setor;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

f) gerenciar o tramite e distribuição de processos autuados para os diversos setores da UFERSA;

g) exercer outras atividades de responsabilidade do Setor.

Art. 77. (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

**SECÇÃO III
DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

Art. 78. A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) é vinculada diretamente a Reitoria, sendo o órgão executivo, supervisor e controlador das atividades acadêmicas da Universidade.

Art. 79. Compete ao Pró-Reitor de Graduação:

I - dirigir, fiscalizar e assistir as atividades da Pró-Reitoria de Graduação;

II - encaminhar o planejamento anual do Ensino ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, elaborado juntamente com os Coordenadores de Cursos de Graduação, depois de ouvidos os Departamentos Acadêmicos, para a aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

III - remeter propostas relativas ao ensino ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ou outros colegiados da Universidade para aprovação e deliberação;

IV - manter estreitas relações com o corpo docente, no trato de assuntos didáticos em comum;

V - assinar, juntamente com o Reitor, os diplomas relativos aos Cursos de graduação;

VI - coordenar o Programa de Intercâmbio Mobilidade Acadêmica entre as Universidades Federais;

VII - divulgar os expedientes provenientes do Ministério da Educação para a comunidade acadêmica;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

VIII - por escolha do Reitor, exercer o papel de pesquisador institucional da Universidade;

IX - realizar reuniões com os coordenadores de curso de graduação, objetivando manter a qualidade do ensino na instituição;

X - elaborar relatórios semestrais das atividades e divulgar dados sobre a Pró-Reitoria de Graduação da UFRSA;

XI - fazer cumprir o Estatuto e Regimento Geral da UFRSA, Regimento Interno da Pró-Reitoria e as resoluções e decisões emanadas dos Conselhos Superiores;

XII – solicitar ao CONSUNI a instituição de uma comissão para escolha do Coordenador e Vice-Coordenador de cursos de graduação.

XIII - presidir, convocar e coordenar as reuniões do colegiado de curso de graduação.

Art. 80. São funções da Pró-Reitoria de Graduação

I - prestar apoio didático-pedagógico durante a elaboração de projetos de criação de cursos de graduação;

II - emitir parecer final ao CONSEPE sobre a viabilidade da abertura de cursos de graduação;

III - coordenar a distribuição dos espaços destinados às atividades acadêmicas, a fim de garantir os melhores índices de utilização das áreas construídas;

IV - atender e assistir os professores na utilização dos recursos audiovisuais durante o exercício de suas atividades acadêmicas;

V - requisitar aos diferentes setores informações para o devido preenchimento do censo anual (Censo SiedSup);

VI - promover, segundo as normas estabelecidas, a distribuição das quotas de bolsas de monitoria por Curso, assim como colaborar com as solicitações de monitoria voluntária;

VII – sugerir ao CONSUNI a criação de prêmios relativos ao ensino de graduação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**SECÇÃO IV
DA PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Art. 81. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG) é vinculada diretamente a Reitoria, sendo o órgão executivo, supervisor e controlador das atividades acadêmicas de pós-graduação da UFERSA.

Art. 82. Compete ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação:

I - supervisionar as atividades de Pesquisa e Pós-Graduação no âmbito das Seções correspondentes;

II - assessorar o Reitor e os órgãos colegiados da UFERSA sobre assuntos de sua competência;

III - elaborar relatórios semestrais e divulgar dados sobre os programas de Pós-Graduação da UFERSA;

IV - assessorar o Reitor bem como os Conselhos Superiores em assuntos que digam respeito a planejamento, coordenação e execução de planos de pesquisa;

V - elaborar relatórios semestrais das atividades e divulgar dados da Pró-reitoria de Pós-graduação da UFERSA;

VI - assinar, juntamente com o Reitor, os diplomas relativos aos Cursos de pós-graduação;

VII - fazer cumprir o Estatuto e Regimento Geral da UFERSA, Regimento Interno da Pró-Reitoria e as resoluções e decisões emanadas dos Conselhos Superiores;

VIII - elaborar, em consonância com a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, com a Pró-reitoria de Recursos Humanos e os Departamentos, o plano de pesquisa e de treinamento do pessoal docente, submetendo-o ao Conselho de Ensino e Extensão e ao Conselho Universitário;

IX - normalizar a apresentação das propostas de cursos de Pós-Graduação julgados necessários, no âmbito da UFERSA, encaminhando-as, para apreciação e aprovação, aos órgãos competentes;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

- X - encaminhar o credenciamento de cursos de Pós-Graduação;
- XI - coordenar a preparação de relatório anual relativo aos programas de Pós-Graduação;
- XII - avaliar a execução dos programas de Pós-Graduação da UFERSA, com base em avaliações semestrais, encaminhando o seu parecer ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- XIII - divulgar interna e externamente as atividades de pós-graduação da UFERSA;
- XIV - promover o desenvolvimento de pesquisas estabelecidas no plano global da UFERSA;
- XV - controlar e fiscalizar as bolsas de estudos consignadas aos programas de pós-graduação;
- XVI - acompanhar, controlar e fiscalizar as atividades do pós-graduando vinculadas funcionalmente à Instituição, emitindo parecer para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, quando da solicitação de renovação de liberação;
- XVII - oficializar aos pós-graduandos com relação à exiguidade do tempo que lhes resta, considerando-se o prazo de liberação da UFERSA;
- XVIII - presidir, convocar e coordenar as reuniões do colegiado de cursos de Pós-graduação.

Art. 83. São funções da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação:

- I - prestar assistência ao Reitor no cumprimento da política de pesquisa e pós-graduação traçada pela UFERSA;
- II - promover o levantamento periódico das necessidades da UFERSA, em relação ao aperfeiçoamento, especialização e demais cursos, para capacitação docente;
- III - promover o levantamento periódico das ofertas de aperfeiçoamento, especialização e demais cursos de capacitação docente;
- IV - orientar a obtenção e indicação de bolsas e financiamentos para alunos de pós-graduação;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

V - promover a divulgação de informações dos cursos de pós-graduação oferecidos por outras instituições;

VI - coordenar o processo de liberação de docentes ou técnico-administrativos para cursar pós-graduação e emitir parecer sobre os mesmos para deliberação do Conselho Universitário, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

VII - expedir instruções, avisos e circulares aos diversos setores, docentes e/ou técnico-administrativos envolvidos em pesquisa e treinamento;

VIII - coordenar e supervisionar os planos de pesquisas no âmbito da UFERSA, de forma a integrar os Cursos e os Departamentos, utilizando e ampliando recursos materiais e humanos da Instituição;

IX - estabelecer normas gerais de disciplina e controle de projetos de pesquisa, bem como convênios que a UFERSA venha a celebrar, julgando-os sob o ponto de vista de sua viabilidade;

X - promover meios, objetivando incrementar a pesquisa, inclusive a divulgação de editais;

XI - elaborar estudos para definição da política de pesquisa a ser aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e oferecer parecer sobre projetos de pesquisa a serem desenvolvidos;

XII - promover a realização de convênios e intercâmbios com outras entidades que mantenham programas de pós-graduação;

XIII - procurar fontes propiciadoras de recursos financeiros e outros meios, indispensáveis à execução dos planos de pesquisa;

XIV - coordenar os programas de iniciação científica;

XV - sugerir ao CONSUNI a criação de prêmios relativos à pesquisa e pós-graduação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**SECÇÃO V
DA PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

(Redação dada pela Emenda Regimental N° 07, de 04 de julho de 2012).

Art. 84. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEPE é o órgão vinculado à Reitoria que tem como missão planejar, coordenar e supervisionar a execução e avaliação das ações de administração de pessoal, desenvolvimento e atenção à saúde dos servidores da Universidade Federal Rural do Semiárido – UFERSA. (Redação dada pela Emenda Regimental N° 07, de 04 de julho de 2012).

Art. 84-A. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas será assim constituída: (Incluído pela Emenda Regimental N° 07, de 04 de julho de 2012).

- I – Gabinete do Pró-Reitor;
- II – Divisão de Administração de Pessoal;
- III – Divisão de Desenvolvimento de Pessoal;
- IV – Divisão de Atenção à Saúde do Servidor.

§ 1º O Pró-Reitor de Gestão de Pessoas será substituído em suas eventuais faltas e/ou impedimentos pelo Pró-Reitor Adjunto e na ausência deste, por um servidor da unidade escolhido pelo Pró-Reitor.

§ 2º Os Diretores de Divisão serão substituídos em suas eventuais faltas, e/ou impedimentos, por um dos chefes de seção da respectiva divisão e na ausência deste, por um servidor da unidade escolhido pelo Pró-Reitor.

Art. 84-B. Compete ao Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: (Incluído pela Emenda Regimental N° 07, de 04 de julho de 2012).

- I – assessorar o Reitor quanto aos assuntos inerentes à política de pessoal;
- II – coordenar, supervisionar e executar as atividades da Pró-Reitoria;
- III – desempenhar demais atividades inerentes ao escopo de atribuições da Pró-Reitoria.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 84-C. O Gabinete do Pró-Reitor é constituído por: [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 07, de 04 de julho de 2012\)](#).

I – Assessoria Técnica, responsável por apoiar o planejamento, a coordenação e a execução das ações de administração de pessoal, desenvolvimento e atenção à saúde dos servidores da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA.

II – Secretaria Administrativa, responsável por assessorar as rotinas administrativas inerentes ao Gabinete do Pró-Reitor, tais como:

- a) coordenar a rotina de atendimento da PROGEPE;
- b) receber, encaminhar e arquivar documentos;
- c) controlar o trâmite de processos na Pró-Reitoria;
- d) entregar correspondências e despachos da PROGEPE;
- e) atender a demanda referente à emissão de crachás e carteiras funcionais;
- f) solicitar, requisitar e controlar materiais de consumo e bens patrimoniais para a PROGEPE;
- g) redigir correspondências oficiais;
- h) fazer as requisições de transportes, diárias e passagens;
- i) manter os arquivos físicos e virtuais organizados e atualizados.

Art. 84-D. A Divisão de Administração de Pessoal – DAP é responsável por planejar, coordenar, dirigir, acompanhar e avaliar as atividades relacionadas com o controle de cargos, lotação, legislação de pessoal, pagamento e registro funcional dos servidores da UFERSA, em articulação permanente com o Sistema de Pessoal da Administração Federal. [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 07, de 04 de julho de 2012\)](#).

§1º A DAP é constituída por: Seção de Pagamento de Pessoal – SPP, Seção de Cargos, Cadastro e Movimentação de Pessoal – SCCMP, Seção de Aposentadoria e Pensão – SAP e Seção de Legislação e Normas – SLN.

§ 2º À Seção de Pagamento de Pessoal – SPP compete:

I - calcular e implementar remunerações e descontos dos servidores, inclusive Adicionais e Auxílio Per Capita Saúde Suplementar;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

II - prestar informações, no que se refere às remunerações dos servidores, aos órgãos competentes, quando solicitado;

III - fornecer documentos relativos às informações financeiras para o próprio servidor;

IV - cadastrar e encaminhar documentação para o Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, visando ao fiel cumprimento das ações judiciais de servidores ativos, aposentados e pensionistas;

V - efetuar e conferir cálculos pertinentes às ações judiciais e exercícios anteriores;

VI - imprimir relatórios da folha de pagamento e encaminhá-los à Divisão de Contabilidade e Administração Financeira - DICAFI;

VII - gerar e enviar a GFIP para a Previdência Social;

VIII - gerar, analisar, homologar e enviar a DIRFGOV e RAIS para os órgãos competentes.

§ 3º À Seção de Cargos, Cadastro e Movimentação de Pessoal – SCCMP compete:

I - realizar o cadastro e o controle de dependentes e benefícios;

II - realizar o controle de férias;

III - cadastrar e atualizar informações sobre processos de licenças, afastamentos, progressões, aposentadorias, vacância, acumulação de cargos e exoneração;

IV - fornecer declarações sobre a vida funcional dos servidores;

V - manter atualizadas as pastas funcionais dos servidores;

VI - informar, quando solicitado, a situação funcional de cada servidor;

VII - instruir os processos de admissão e desligamento;

VIII - confeccionar fichas de controles dos atos de admissão e desligamento e enviá-los para a Controladoria Geral da União – CGU;

IX - responder às diligências da CGU;

X - registrar os servidores nos sistemas SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos) e SIGRH (Sistema de Gestão de Recursos Humanos);

XI - controlar o arquivo funcional.

§ 4º À Seção de Aposentadoria e Pensão – SAP compete:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

- I - realizar o levantamento de tempo de serviço para fins de aposentadoria;
- II - expedir certidões de tempo de serviço;
- III - instruir os processos de aposentadoria e pensão;
- IV - elaborar as portarias dos atos de concessão de aposentadoria e pensão;
- V - confeccionar ficha de controle de aposentadoria e enviar para CGU;
- VI - responder às diligências da CGU;
- VII - recadastrar os servidores aposentados e pensionistas.

§ 5º À Seção de Legislação e Normas - SLN compete:

- I - realizar consultas e análises de normas jurídicas pertinentes aos servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas da UFERSA;
- II - buscar e disseminar atualizações referentes à legislação e normas da área de pessoal;
- III - elaborar conjuntamente com o Pró-Reitor, despachos demandados por processos encaminhados à PROGEPE;
- IV - auxiliar a PROGEPE na elaboração de documentação exigida pelos órgãos competentes, conforme legislação vigente;
- V - realizar atualizações, adequações e controle das normas internas da PROGEPE.

Art. 84-E. A Divisão de Desenvolvimento de Pessoal – DDP é responsável pelas ações e programas que visam o desenvolvimento dos servidores da Instituição, tendo como competências planejar, coordenar, dirigir, acompanhar e avaliar as atividades relacionadas a esse fim. *(Incluído pela Emenda Regimental Nº 07, de 04 de julho de 2012).*

§ 1º A Divisão de Desenvolvimento de Pessoal é constituída por: Seção de Capacitação e Aperfeiçoamento – SCA, a Seção de Acompanhamento e Avaliação – SAA e a Seção de Recrutamento e Seleção – SRS.

§ 2º À Seção de Capacitação e Aperfeiçoamento – SCA compete:

- I - planejar, dirigir, coordenar e acompanhar o processo de Capacitação e Aperfeiçoamento de Pessoal da UFERSA;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

II - coordenar o processo de levantamento de necessidades de capacitação e aperfeiçoamento das várias unidades da UFERSA;

III - elaborar, divulgar e executar o programa de capacitação e aperfeiçoamento visando ao atendimento das necessidades identificadas e priorizadas;

IV - recrutar, selecionar, acompanhar e avaliar servidores públicos federais para que desenvolvam atividades de instrutoria interna em eventos de capacitação e aperfeiçoamento;

V - avaliar a eficiência das atividades de capacitação e aperfeiçoamento promovidas na UFERSA, bem como as atividades de formação realizadas pelos servidores em outras organizações;

VI - realizar estudos para o aperfeiçoamento dos procedimentos relacionados com a capacitação e aperfeiçoamento de pessoal na UFERSA;

VII - manter atualizado um sistema de registro de dados relativos à capacitação dos servidores da UFERSA;

VIII - efetivar o registro e manter atualizadas as informações de desempenho físico das ações de capacitação, junto aos sistemas de controle e monitoramento do Ministério da Educação;

IX - providenciar as ações necessárias ao registro, controle e expedição de certificados, declarações, certidões e atestados de participação ou condução de cursos e atividades afins;

X - propor e examinar contratos e convênios com entidades públicas ou privadas para fins de capacitação dos servidores;

XI - realizar o acompanhamento dos multiplicadores das ações de capacitação.

§ 3º À Seção de Acompanhamento e Avaliação – SAA compete:

I - planejar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de acompanhamento e avaliação de pessoal da UFERSA;

II - acompanhar os servidores durante o estágio probatório e nos casos de remoção e remanejamento;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

III - realizar diagnóstico de desempenho de servidores apontados pelas várias unidades visando à proposição de medidas que possibilitem uma melhor adaptação do mesmo ao trabalho;

IV - avaliar a eficácia de ações de capacitação, em termos de mudanças de comportamento e resultados alcançados em nível das unidades;

V - desenvolver estudos e pesquisas sobre modelos e metodologias de avaliação de desempenho;

VI - realizar estudos que permitam a análise do potencial dos servidores técnico-administrativos, com vistas à sua lotação, após a nomeação.

§ 4º À Seção de Recrutamento e Seleção – SRS compete:

I - assessorar a Comissão Permanente de Processo Seletivo – CPPS, no processo de planejamento e realização dos concursos para docentes e técnico-administrativos, bem como, nos processos seletivos para professor substituto da UFERSA;

II - realizar o dimensionamento das necessidades de pessoal da Universidade, e mantê-lo atualizado após sua elaboração;

III - efetivar o registro e manter atualizadas as informações referentes aos concursos, junto aos sistemas de controle e monitoramento do Ministério da Educação;

IV - acompanhar os resultados dos concursos realizados, a fim de efetuar as convocações para o ato de nomeação;

V - planejar, dirigir, coordenar e acompanhar as atividades de recrutamento e seleção de estagiários, desenvolvidas pela DDP.

Art. 84-F. A Divisão de Atenção à Saúde do Servidor – DASS é responsável por planejar, implementar, organizar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar programas e ações voltadas à qualidade de vida no trabalho. [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 07, de 04 de julho de 2012\).](#)

§ 1º A Divisão de Atenção à Saúde do Servidor é constituída por: Seção de Apoio Psicossocial – SEAPS e Seção de Assistência à Saúde e Segurança do Trabalho – SASST.

§ 2º À Seção de Apoio Psicossocial – SEAPS compete:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

- I - elaborar e implementar projetos e programas de promoção social;
 - II - elaborar, coordenar, acompanhar e avaliar os projetos e programas de assistência social;
 - III - propor e executar projetos de valorização da cidadania como fonte de potencialidades e recursos estratégicos;
 - IV - propor, implementar, coordenar e acompanhar a execução de programas de esporte, cultura e lazer dos servidores da UFERSA;
 - V - realizar campanhas de solidariedade;
 - VI - promover o voluntariado;
 - VII - identificar e sistematizar instrumentos de proposição de melhorias em áreas definidas pelos servidores;
 - VIII - implementar programas e ações voltados à melhoria da qualidade de vida dos servidores;
 - IX - realizar visitas domiciliares aos servidores com equipe multiprofissional;
 - X - realizar atendimento psicológico aos servidores.
- § 3º À Seção de Assistência à Saúde e Segurança do Trabalho - SASST compete:
- I - elaborar e dispor regulamentos referentes às ações de saúde e segurança no trabalho conforme legislação vigente;
 - II - assessorar na definição de políticas, no estabelecimento de prioridades e no acompanhamento e avaliação das ações de saúde e segurança do servidor;
 - III - programar, coordenar e avaliar as ações de saúde e segurança no trabalho definidas para os servidores;
 - IV - promover, organizar e executar programas educativos relacionados à saúde e segurança no trabalho;
 - V - realizar e atualizar o levantamento dos riscos do ambiente de trabalho procurando desenvolver intervenções de caráter preventivo, direcionadas a identificação, eliminação e/ou controle dos riscos à saúde e segurança dos servidores;
 - VI - acompanhar o monitoramento clínico ocupacional dos servidores, lotados em ambientes insalubres, perigosos, danosos ou com exposição a RX;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

VII - visitar os setores de trabalho com o objetivo de divulgar as ações e esclarecer dúvidas sobre saúde e segurança do servidor;

VIII - monitorar os exames periódicos dos servidores;

IX - analisar, acompanhar e controlar a documentação relativa ao benefício de assistência à saúde suplementar;

X - monitorar as demandas relativas aos afastamentos, exames periódicos e perícias médicas.

Art. 85. [\(Revogado pela Emenda Regimental Nº 07, de 04 de julho de 2012\).](#)

Art. 86. [\(Revogado pela Emenda Regimental Nº 07, de 04 de julho de 2012\).](#)

**SECÇÃO VI
DA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS**

Art. 87. A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários é o órgão destinado a planejar, promover, coordenar, estimular, supervisionar, controlar e avaliar as atividades comunitárias, especialmente as de assistência ao estudante, desenvolvidas pela UFERSA.

Art. 88. Compete ao Pró-Reitor de Assuntos Comunitários:

I - prestar assistência ao Reitor no cumprimento da política de assuntos comunitários traçada pela UFERSA;

II - propor parcerias com o fim de desenvolver as atividades de assuntos comunitários;

III - oferecer aos discentes oportunidades na participação em programas de melhoria da vida comunitária;

IV - fazer cumprir o Estatuto e Regimento Geral da UFERSA, Regimento Interno da Pró-Reitoria e da Vila Acadêmica e as resoluções e decisões emanadas dos Conselhos Superiores;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

V - responsabilizar-se pela organização e disciplina na Vila Acadêmica;

VI - elaborar relatórios semestrais e divulgar dados sobre a Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários da UFERSA.

Art. 89. São funções da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários:

I - elaborar anualmente o programa e relatórios de atividades a ser submetido ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para apreciação e deliberação;

II - propor e executar projetos de melhoria para o bem-estar e convivência na vila acadêmica;

III - estudar e executar programas de apoio à moradia aos alunos que não residem na vila acadêmica;

IV - assistir os órgãos de classe dos discentes na realização de suas atividades acadêmicas;

V - assessorar na assistência médica-odontológica, psicológica, ambulatorial e de análise, ao corpo discente;

VI - administrar os programas de bolsas de graduação em diversas categorias, à exceção do programa de monitoria;

VII - distribuição dos discentes bolsistas nos diversos Setores da UFERSA;

VIII - divulgar junto à comunidade universitária os programas e atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria.

CAPÍTULO II

ÓRGÃOS DE APOIO E ACESSORAMENTO

SECÇÃO I

DO GABINETE DO REITOR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 90. O Gabinete do Reitor é um órgão de assessoramento ao Reitor, responsável pela coordenação, articulação, divulgação e arquivamento dos atos do gestor, bem como da correspondência recebida.

Art. 91. O Gabinete do Reitor é composto de:

- I - Chefe de Gabinete;
- II - Secretaria do Gabinete;
- III – Auxiliares.

Parágrafo único. O Chefe de Gabinete do Reitor e todos os outros servidores que compõe a chefia de gabinete do Reitor são de livre escolha do Reitor.

Art. 92. Compete ao chefe de Gabinete do Reitor:

- I - assistir o Reitor em suas funções e atribuições;
- II - coordenar o fluxo de informações de interesse do Reitor;
- III - coordenar a divulgação de assuntos de interesse do Reitor;
- IV - coordenar os despachos do Reitor;
- V - articular as relações e ligações entre o Reitor e as demais autoridades da Instituição, bem como com a sociedade em geral;
- VI - despachar quaisquer tarefas ou desincumbir-se de encargos e atribuições determinadas pelo Reitor, visando o bom andamento, a regularidade e a eficiência dos serviços de sua responsabilidade;
- VII - emitir, receber e arquivar todo e qualquer documento dirigido à Instituição, distribuindo, quando for o caso, cópias (ou o original, quando for o caso) para as demais autoridades da Instituição ou fora dela;
- VIII - gerar, manter arquivado e tornar público os documentos que expressem os atos do Reitor.

Art. 93. São funções da Chefia de Gabinete:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

- I - autorizar a utilização dos serviços de comunicação, digitação e reprografia a serem executados pela secretaria geral;
- II - manter sob a sua guarda a correspondência do Reitor;
- III - assinar expediente de ordem do Reitor e os do próprio Gabinete;
- IV - preparar os despachos do Reitor ou oferecer informações para sua decisão;
- V - representar o Reitor em cerimônias, solenidades e atos oficiais, quando especialmente designado;
- VI - elaborar, com auxílio da secretária de gabinete, a agenda de audiências do Reitor;
- VII - autorizar a utilização de veículos alocados ao Gabinete do Reitor;
- VIII - distribuir o expediente endereçado ao Reitor para ser devidamente instruído ou informado, exceto os de natureza pessoal e sigilosa;
- IX - autorizar toda matéria de divulgação distribuída para publicação oriunda do Gabinete do Reitor;
- X - responsabilizar-se pela correspondência oficial expedida pela Reitoria, incluindo a destinada às Coordenações, Pró-Reitorias, Divisões e Setores;
- XI - responsabilizar-se pela publicação de matérias da Instituição no Diário Oficial da União.

SECCÃO II
DA PROCURADORIA JURÍDICA

Art. 94. A Procuradoria Jurídica, órgão que tem por finalidade defender a Universidade nos feitos judiciais em que ela for parte e, assessorar, juridicamente, sua administração, competindo-lhe de forma específica:

- I - preparar informações que devem ser prestadas à Advocacia Geral da União em mandados de segurança e demais casos;
- II - assessorar o Reitor em todos os assuntos cujas decisões envolvam matéria jurídica;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

III - assessorar os diversos órgãos, unidades e autoridades da Universidade nos assuntos de ordem jurídica;

IV - colaborar na redação de projetos, de normas, atos e outros documentos que envolvam matéria jurídica, responsabilizando-se pela redação de contratos, pela expedição de pareceres de licitação, de processos de aposentadoria ou de sindicância, bem como qualquer outro documento que exija o conhecimento jurídico para o bom funcionamento da administração.

Art. 95. A Procuradoria Jurídica terá os seus serviços executados por um Procurador, concursado e vinculado à Advocacia Geral da União.

Parágrafo único. A função de defender a Universidade em juízo, nas causas em que a mesma for parte como autora, ré ou terceira interveniente, é de competência da Advocacia Geral da União.

**SECÇÃO III
DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO - CPA**

Art. 96. A Avaliação Institucional será coordenada por Comissão Própria de Avaliação (CPA), prevista no art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a quem compete propor, ao Conselho Universitário, diretrizes para essa finalidade, bem como fornecer a ele e ao Reitor análises qualitativas e quantitativas sobre o desempenho da Universidade, no que se refere às atividades.

Art. 97. A Comissão Própria de Avaliação terá por atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas ao INEP;

Art. 98. A Comissão Própria de Avaliação atuará com autonomia em relação aos Conselhos e demais Órgãos Colegiados existentes na instituição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 99. O número de membros, as atribuições e a estrutura administrativa da CPA serão definidos em regimento próprio, obedecendo a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados, na qual será apreciada e deliberada pelo Conselho Universitário.

Art. 100. Comporão a CPA membros indicados pelo Reitor e apreciados e deliberados pelo Conselho Universitário, dentre os integrantes da carreira docente e técnico-administrativo da UFERSA que tenham se destacado nas atividades acadêmicas, de maneira a assegurar a representação adequada das diferentes áreas do conhecimento.

Parágrafo único. A representação estudantil deveser indicada pelo Diretório Central dos Estudantes.

Art. 101. Para elaborar relatórios anuais sobre o desempenho dos diversos setores da Universidade a CPA poderá valer-se de:

- I - avaliações quinquenais dos docentes;
- II - avaliações permanentes feitas pelos Conselhos em seu âmbito.

Art. 102. Para melhor cumprir seus objetivos, a CPA poderá, a qualquer tempo, solicitar informações aos Departamentos, Coordenações e outros setores, bem como fazer uso de pareceres de consultores estranhos à Universidade.

Art. 103. A CPA deveser promover a ampla divulgação de sua composição e de suas atividades.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**SECÇÃO IV
DA COMISSÃO PERMANENTE DE PROCESSO SELETIVO**

Art. 104. A Comissão Permanente de Processo Seletivo – CPPS no âmbito da UFERSA é responsável pela organização e realização de concursos para provimento de cargos efetivos, contratações temporárias, bem como de processos seletivos para ingressos de discentes de graduação. (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

§1º (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

§2º (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

§ 3º Em casos excepcionais, poder-se-á celebrar convênios e/ou efetivar contratações de mão de obra terceirizada para realização de certames, sob a coordenação geral da CPPS. (Incluído pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

Art. 105. A Comissão Permanente de Processo Seletivo é composta por 3 (três) membros, indicados pelo Reitor ao Conselho Universitário para apreciação e deliberação.

Art. 106. Compete à Comissão Permanente de Processo Seletivo:

I - adotar as medidas de natureza pedagógica e administrativa necessárias à realização do Processo Seletivo;

II - manter intercâmbio com o Ministério da Educação e outras instituições congêneres com a finalidade de aprimorar o Processo Seletivo;

III - solicitar aos departamentos as Bancas Examinadoras e encaminha-las ao CONSUNI;

IV - elaborar, publicar e expedir editais, normas e programas referentes ao Processo Seletivo, após aprovação dos Colegiados Superiores competentes, quando for o caso;

V - emitir instruções necessárias ao processo de elaboração, aplicação e fiscalização das provas em todas as fases do processo seletivo;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

VI - requisitar instalações, docentes e pessoal técnico-administrativo da Universidade, necessários à organização e trabalho durante o processo seletivo, devendo, no período de realização, serem consideradas atividades prioritárias;

VII - promover a análise crítica dos resultados obtidos nos processos seletivos anteriores, com a finalidade de aperfeiçoar o processo, em seu conteúdo e forma de execução;

VIII - programar, preparar e realizar concursos públicos e/ou processos seletivos para admissão de pessoal, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Universitário e a legislação vigente;

IX - elaborar expedientes de instrução dos respectivos processos;

X - receber e examinar os relatórios das bancas examinadoras dos concursos;

XI - preparar expedientes para apreciação e deliberação de concursos públicos;

XII - preparar relatórios finais sobre concursos públicos e demais atividades da Secção, para apreciação e deliberação do Conselho Universitário.

SECÇÃO V

DA COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO DE PESSOAL TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO – CISPTAE

Art. 107. A comissão interna de supervisão de pessoal técnico administrativo em educação tem por finalidade assessorar o Reitor e o Conselho Universitário, bem como acompanhar e supervisionar a execução da política de pessoal técnico-administrativo, observada a legislação pertinente.

Art. 108. Compete a Comissão Interna de Supervisão de Pessoal Técnico administrativo em Educação:

I - apreciar os assuntos concernentes:

a) aos processos de acompanhamento e avaliação para progressão funcional;

b) aos processos de seleção interna para efeito de ascensão funcional;

c) às dispensas e exonerações, exceto as voluntárias e as punições;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

d) aos afastamentos para realização de cursos de treinamento, aperfeiçoamento e capacitação;

e) às transferências ou movimentações, remoções e readaptações;

f) aos critérios, de caráter geral, necessários à elaboração das normas específicas sobre a realização dos concursos públicos e internos;

II - desenvolver estudos e análises que permitam fornecer subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal técnico-administrativo;

III - colaborar com os órgãos próprios das instituições no planejamento dos programas de treinamento e capacitação para pessoal técnico-administrativo;

IV - dar parecer nos recursos interpostos pelos servidores técnico-administrativos, quando a decisão couber ao Reitor ou ao Conselho Universitário.

Art. 109. Integram a comissão interna de supervisão de pessoal técnico-administrativo em educação:

I – uma Presidência;

II – uma Vice-Presidência;

III – uma Secretaria executiva.

Art. 110. A Comissão Interna de Supervisão de Pessoal Técnico-administrativo em Educação será constituída por pessoal técnico-administrativo, em efetivo exercício na Instituição, sendo 2(dois) representantes de cada grupo (níveis superior, médio e de apoio), eleitos diretamente por seus pares.

§1º Cada membro titular da Comissão Interna de Supervisão de Pessoal Técnico-administrativo em Educação terá um suplente eleito vinculadamente, na mesma época e com os mesmos critérios.

§2º O mandato dos membros da Comissão Interna de Supervisão de Pessoal Técnico-administrativo em Educação será de 2 (dois) anos, sendo permitida uma recondução.

§3º Nos casos de ausência, impedimento ou vacância de membro titular, este será substituído por seu respectivo suplente.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

§4º Não havendo membro suplente para o preenchimento de vacância, será efetuada no prazo de 30 dias, eleição específica para completar o mandato.

§5º O Presidente da Comissão Interna de Supervisão de Pessoal Técnico administrativo em Educação será eleito diretamente por votação secreta e universal entre os respectivos membros em exercício, com mandato de 01 (um) ano, permitida a recondução.

§6º Após a eleição do Presidente, pelo mesmo processo será escolhido o Vice-presidente, ficando o mesmo, na ausência do titular, sub-rogado em todas as atribuições do cargo, além de superintender as atividades da secretária.

§7º Não poderá ser membro da Comissão Interna de Supervisão de Pessoal Técnico-administrativo em educação servidor técnico-administrativo que ocupe função comissionada ou função gratificada, FG1.

Art. 111. Sessenta dias antes do término dos mandatos a secretaria da comissão interna de supervisão de pessoal técnico-administrativo em educação comunicará ao Presidente, que tomará as providências necessárias para a substituição dos membros titulares e suplentes, cuja posse deverá ocorrer no prazo de 05(cinco) dias subsequentes aos termos dos mandatos extintos.

SECÇÃO VI

DA COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE - CPPD

Art. 112. A Comissão Permanente de Pessoal Docente auxilia a Reitoria realizando a avaliação dos docentes, baseada em normas estabelecidas pelo Conselho Universitário e na legislação vigente, objetivando o estabelecimento de progressão funcional e gratificação.

§1º Compete a Comissão Permanente de Pessoal Docente, apreciar os assuntos concernentes:

- I - à alteração do regime de trabalho dos docentes;
- II - à avaliação do desempenho para progressão funcional dos docentes;
- III - aos processos de ascensão funcional por titulação;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

IV - à solicitação de afastamento para especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado.

§2º Até 15(quinze) dias antes de encerrar o prazo de estágio probatório de um docente, a Comissão Permanente de Pessoal Docente – CPPD deverá emitir parecer sobre a aprovação ou não do docente, encaminhando-o para decisão de efetivação ou não.

Art. 113. A Comissão Permanente de Pessoal Docente será constituída por quatro membros docentes internos, titulares e suplentes, e um externo à Instituição, todos com o título de doutor, indicados pelos departamentos acadêmicos e encaminhados ao Conselho Universitário para apreciação e deliberação.

§1º Os membros da Comissão Permanente de Pessoal Docente exercerão um mandato de um ano, podendo haver recondução.

§2º O presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente será escolhido dentre e pelos membros internos à Instituição.

SECCÃO VII

~~DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL~~

(Revogada pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

Art. 114. (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

Art. 115. (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

Art. 116. (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

Art. 117. (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

Art. 118. (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**SECÇÃO VIII
DAS ASSESSORIAS ESPECIAIS**

Art. 119. As Assessorias Especiais tem por finalidade auxiliar o Reitor nas questões de natureza administrativa ou de interesse geral da Instituição.

Art. 120. As Assessorias especiais serão de livre escolha do Reitor.

Parágrafo único. A nomeação de Assessores Especiais não pertencentes ao quadro efetivo da Instituição deverá seguir a legislação vigente.

Art. 121. Compete às Assessorias Especiais:

I - assessorar o Reitor nas questões administrativas ou de interesse geral da Instituição;

II - fornecer subsídios ao Reitor para as discussões e deliberações nos Órgãos Colegiados da Instituição;

III - acompanhar o Reitor, quando por ele solicitado, às Audiências Públicas e aos Órgãos Federais, Estaduais e Municipais para discussão de assuntos de interesse da Instituição;

V - emitir parecer, quando solicitado pelo Reitor, nas questões da Instituição;

Parágrafo único. O Reitor poderá estabelecer atividades especiais ao Assessor, desde que sejam de natureza administrativa ou atendam a necessidade ou interesse geral da Instituição.

**SECÇÃO IX
DA OUVIDORIA**

Art. 122. A Ouvidoria se constitui em um canal de comunicação entre a Instituição e a comunidade interna e externa, contribuindo para qualificação e otimização dos serviços prestados e do exercício da cidadania.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 123. A Ouvidoria será exercida por um Ouvidor(a), designado(a) pelo CONSUNI, devendo a sua indicação recair em um servidor técnico administrativo de nível superior ou docente, sem prejuízo de suas atribuições, em regime de 40 horas semanais.

Art. 124. A Ouvidoria funcionará em ambiente adequado, compreendendo uma secretaria e um cômodo destinado à recepção e atendimento condizente com a demanda alvo.

Art. 125. Ao Ouvidor compete:

- I – receber, encaminhar e acompanhar queixas e sugestões, reclamações e denúncias, elogios e outras questões que sejam de interesse da Comunidade;
- II – dar ciência, formalmente, ao interessado das providências tomadas;
- III – encaminhar solicitação, acompanhadas de parecer, aos órgãos competentes, para a devida formalização de procedimentos administrativos, quando se fizer necessário;
- IV – sugerir, às diversas instâncias da Administração Universitária, medidas que visem melhorar a fluência organizacional e funcional da Instituição;
- V – recomendar, aos dirigentes das unidades competentes, a apuração de denúncias de qualquer natureza na Instituição quando entender cabível;
- VI – prestar esclarecimentos e informações pertinentes ao Reitor e aos Órgãos Colegiados quando solicitado para tal fim;
- VII – apresentar mensalmente o relatório parcial de suas atividades ao Reitor e semestralmente aos Colegiados Superiores;
- VIII – guardar sigilo quanto à identidade do denunciante, informante ou denunciado, quando entender que a identificação possa-lhes trazer algum transtorno;
- IX – resguardar o direito ao silêncio do indivíduo convidado ou convocado para esclarecer fatos a ele imputados.

Art. 126. O cargo de Ouvidor será exercido por pessoa detentora de conhecimento e experiência na Administração Universitária, podendo ser comprovada pelo exercício de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

cargos na Instituição, que tenha no mínimo 05 (cinco) anos de efetivo exercício público e seja portador de conduta pessoal ética, compatível com a dignidade do cargo.

Art. 127. São assegurados à Ouvidoria, para livre exercício de suas funções:

I – plena autonomia de suas ações;

II – recursos materiais, humanos e financeiros;

III – meios de comunicação que assegurem a interatividade com rapidez e fluência com a comunidade;

Art. 128. O Ouvidor, sempre que necessário, dirigir-se-á aos Colegiados Superiores para apresentar e discutir assuntos de sua área de competência, bem como às demais Unidades Administrativas da UFERSA.

Art. 129. Fica estabelecido o prazo de sete (07) dias úteis, prorrogáveis por igual período, para que o dirigente da unidade se pronuncie por escrito sobre o teor dos documentos que lhe forem encaminhados pelo ouvidor.

Art. 130. O não cumprimento do dispositivo no artigo anterior ensejará, ainda, ao dirigente ou servidor, à apuração de sua responsabilidade, através de procedimentos administrativos pertinentes, mediante representação do Ouvidor ao seu superior, para as devidas providências.

SECCÃO X

DA ASSESSORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Art. 131. A Assessoria de Relações Internacionais, vinculada à Reitoria, é a unidade administrativa responsável por fomentar, articular e administrar a cooperação da Universidade com outras instituições e nações.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

Art. 132. Esta assessoria será exercida por um assessor designado pelo Reitor, devendo a sua indicação recair em um docente ou servidor técnico administrativo de nível superior, sem prejuízo de suas atribuições.

Art. 133. A Assessoria de Relações Internacionais funcionará em ambiente adequado, compreendendo uma secretaria e um cômodo destinados à recepção e atendimento condizente com a demanda alvo.

Art. 134. Compete à Assessoria de Relações Internacionais, como agente propulsor das atividades de internacionalização da UFERSA:

- I – induzir e consolidar a internacionalização na UFERSA, como estratégia de crescimento institucional e de qualificação das atividades acadêmicas;
- II – assessorar e dar suporte logístico e operacional às diversas unidades acadêmicas da UFERSA na implementação da cooperação internacional;
- III – elaborar, propor e coordenar a execução de políticas de cooperação internacional;
- IV – promover o intercâmbio docente e discente;
- V – acompanhar projetos e convênios interuniversitários;
- VI – apoiar docentes, pesquisadores, servidores técnicos administrativos e alunos de instituições estrangeiras em atividades na UFERSA;
- VII – divulgar as oportunidades acadêmicas internacionais junto à comunidade universitária interna e externa à UFERSA.

SEÇÃO XI

DO COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CGTI

(Incluída pela Emenda Regimental Nº 01, de 13 de setembro de 2012).

Art. 134-A. A organização e o funcionamento do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação tem por finalidade auxiliar a Administração na tomada de decisões relacionadas à Tecnologia da Informação e permitir uma gestão participativa da comunidade acadêmica na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

aplicação dos recursos de Tecnologia da Informação. (Incluído pela Emenda Regimental Nº 01, de 13 de setembro de 2012).

§1º O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação é composto por sete membros titulares, e igual número de suplentes, sendo eles:

- I - Superintendente de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- II - Representante da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração – PROPLAD;
- III - Representante da Pró-Reitoria de Recursos Humanos – PRORH;
- IV - Representante da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD;
- V - Representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC;
- VI - Representante da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPPG;
- VII - Representante da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários – PROAC.

§2º Os representantes e suplentes das unidades definidas nos incisos I a VII, serão designados pelo Reitor por meio de Portaria e terão mandatos de dois anos, sendo permitida uma recondução.

§3º A presidência do comitê cabe ao Superintendente de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Art. 134-B. Compete ao Comitê Gestor de Tecnologia da Informação: (Incluído pela Emenda Regimental Nº 01, de 13 de setembro de 2012).

I - sugerir aprimoramentos e aprovar as diretrizes e Políticas de Tecnologia da Informação propostas pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação para a melhoria contínua da gestão, alinhada à missão, às estratégias e às metas Institucionais definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI;

II - propor e revisar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, de acordo com as demandas e crescimento institucionais bem como a legislação vigente no país;

III - analisar, supervisionar e priorizar, em conformidade o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, o planejamento anual de aquisições, contratações e serviços de Tecnologia da Informação;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

IV - estabelecer estratégias e diretrizes relacionadas à gestão dos recursos de informação e tecnologias associadas, promover a sua implementação e zelar pelo seu cumprimento;

V- propor a criação de grupos de trabalho para auxiliarem nas decisões do Comitê, definindo seus objetivos, composição, regimento e prazo para conclusão de seus trabalhos, quando for o caso;

VI - avaliar e responder as solicitações, consultas e processos administrativos referentes a questões e Tecnologia da Informação advindos da comunidade de usuários e dos demais setores da Instituição.

Parágrafo único. Os procedimentos a serem adotados pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação serão definidos em seu Manual de Rotinas e Procedimentos.

CAPÍTULO III

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL

SEÇÃO I

~~DIVISÃO DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA~~

(Revogada pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

Art. 135. (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

Art. 136. (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

SEÇÃO II

DA DIVISÃO DE REGISTRO ESCOLAR

Art. 137. A Divisão de Registro Escolar, subordinada ao Reitor da UFERSA, tem por finalidade a realização e guarda dos registros e controles acadêmicos, emissão de diplomas, certificados, declarações, atestados, históricos universitários e outros documentos relativos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

aos discentes. A Divisão de Registro Escolar coordena, assina e centraliza os registros e controles acadêmicos e a emissão de documentos a eles relativos.

Art. 138. A Divisão de Registro Escolar é dirigida por um Diretor de livre escolha do Reitor da Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

Parágrafo único. Os servidores da Divisão de Registro Escolar estão obrigados ao sigilo no que concerne às suas atividades específicas.

Art. 139. Compete ao Diretor da Divisão de Registro Escolar:

- I - planejar e programar a realização de registros e controles acadêmicos;
- II - coordenar as atividades da Divisão de Registro Escolar;
- III - supervisionar as atividades dos servidores da Divisão de Registro Escolar;
- IV - emitir pareceres, elaborar minutas e anteprojetos, instruções e indicações sobre matéria de sua competência;
- V - prestar assessoria aos demais órgãos e divisões da UFERSA em matéria de sua competência;
- VI - coordenar, assinar e centralizar os registros e controles acadêmicos e a emissão de documentos a eles relativos;
- VII - atualizar o banco de dados da Divisão de Registro Escolar;
- VIII - desempenhar outras atividades no âmbito de sua competência.

Art. 140. São funções da Divisão de Registro Escolar:

- I - providenciar a matrícula dos alunos que são admitidos através de vestibular, transferência, convênio, reingresso, rematrícula, ou outra forma determinada pelos Conselhos Superiores;
- II - expedir os diplomas e certificados referentes aos cursos de graduação e pós-graduação concedidos pela UFERSA e providenciar os seus registros;
- III - expedir segundas vias de diploma de graduação;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

IV - expedir histórico escolar de curso superior para fins de colação de grau, registro de diploma ou expedição de certidão;

V - fornecer relação de concluintes aptos à colação de grau;

VI - manter controle e registro de currículos e ofertas de disciplinas;

VII - manter em arquivo as ementas das disciplinas e os conteúdos programáticos, fornecendo cópias aos interessados;

VIII - auxiliar na elaboração e controle de relatórios, questionários, consultas e outros.

SECCÃO III

DA DIVISÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS GERAIS

(Revogada pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

Art. 141. (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

Art. 142. (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

Art. 143. (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

Art. 144. (Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

SECCÃO IV

DO SISTEMA DE BIBLIOTECAS

(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

Art. 145. O Sistema de Bibliotecas é um órgão destinado a consultas e pesquisas de servidores, alunos e pessoas da comunidade, e está subordinado diretamente à Reitoria.
(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

§1º (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

§2º (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

§3º (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

§4º (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

Art. 146. O Sistema de Bibliotecas será regulamentado por meio de Resolução.

(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

I - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

II - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

III - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

IV - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

V - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

VI - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

VII - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

VIII - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

IX - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

X - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

XI - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

XII - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

XIII - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

XIV - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).

SECCÃO V

DA SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Art. 147. A Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação, vinculada à Reitoria, é a unidade administrativa responsável por planejar, implantar e manter todas as atividades relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação da UFERSA.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 148. Integram a Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação:

I - Divisão de Sistemas Computacionais; (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012).

II - Divisão de Infraestrutura Computacional; (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012).

III - Divisão de Suporte e Serviços; (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012).

IV - Divisão de Segurança da Informação; (Incluído pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012).

V - Secretaria Administrativa. (Incluído pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012).

Parágrafo único. Cada Divisão vinculada à Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação será dirigida por um chefe, com qualificação mínima de graduação, preferencialmente em Informática ou áreas afins, de livre escolha do Superintendente. (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012).

Art. 149. A Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação terá as seguintes atribuições, além de outras previstas em seu Manual de Procedimentos: (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012).

I - definir as diretrizes para obter, sistematizar e gerenciar as informações institucionais;

II - propor a política de comunicação interna da UFERSA;

III - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012).

IV - traçar políticas para o desenvolvimento, a manutenção e a instalação de *softwares*;

V - propor políticas de desenvolvimento, de uso e de integração dos sistemas corporativos da Instituição;

VI - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

VII - propor políticas de acesso, uso e segurança dos recursos de infraestrutura computacional, prezando pelo bom aproveitamento desses recursos; (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012).

VIII - trabalhar em prol da garantia da implementação das políticas de tecnologia da informação criadas na UFERSA; (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012).

IX - garantir a cooperação e a articulação entre as atividades desempenhadas por cada diretoria vinculada à superintendência em alinhamento com os objetivos da instituição;

X - coordenar a elaboração e garantir a efetivação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação bem como colaborar nos demais planos e metas da Instituição, em que houver ações que envolvam tecnologia da informação. ; (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012).

Art.150. A Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação será dirigida por um Superintendente designado pelo Reitor, escolhido entre os servidores técnico administrativos de nível superior ou docente.

Art. 151. As ações da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação serão definidas em seu Manual de Rotinas e Procedimentos. (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012).

Art. 152. A Divisão de Sistemas Computacionais é responsável por: (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012).

I - identificar a necessidade e levantar os requisitos de novos sistemas de *software* que venham a melhorar a qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFERSA;

II - identificar a necessidade e levantar os requisitos de novos sistemas de *software* que venham a melhorar a qualidade da gestão da UFERSA através do fornecimento das informações necessárias à tomada de decisão;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

III - modificar programas implantados, quando o licenciamento dos mesmos permitir, corrigindo falhas e evoluindo os sistemas;

IV - utilizar, de forma eficiente, os recursos humanos para elaborar projetos, desenvolver e manter os sistemas de *software* da UFERSA;

V - coordenar, supervisionar e administrar todas as atividades inerentes ao desenvolvimento de sistemas;

VI - coordenar, supervisionar e administrar todas as atividades inerentes à aquisição de *softwares* demandados pela UFERSA.

Art. 153. A Divisão de Infraestrutura Computacional é responsável por: [\(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012\)](#).

I - prover a infraestrutura de rede necessária às atividades de pesquisa, ensino, extensão e ao perfeito funcionamento da administração da instituição;

II - gerenciar e supervisionar a elaboração de projetos de redes;

III - planejar e traçar estratégias, com base nas previsões de crescimento da demanda por novos recursos de rede, de forma a garantir a qualidade dos serviços de rede da instituição;

IV - coordenar, supervisionar e administrar todas as atividades inerentes à aquisição e manutenção de equipamentos e infraestrutura de tecnologia da informação, formada pela rede de dados e de comunicação de voz da instituição, e dos meios de conexão destas redes com as redes externas;

V - trabalhar em prol da garantia do melhor uso dos recursos de rede da Instituição de forma a otimizar a infraestrutura existente; [\(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012\)](#).

VI - trabalhar em prol da garantia da aquisição de equipamentos de qualidade com base em uma análise de custo-benefício. [\(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012\)](#).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 154. A Divisão de Suporte e Serviços é responsável por: [\(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012\)](#).

I - instalar *software* e *hardware*;

II - dar suporte aos usuários na área de informática, propiciando a utilização eficiente dos recursos computacionais; [\(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012\)](#).

III - coordenar, supervisionar e administrar todas as atividades inerentes à prestação de serviços de apoio aos usuários finais de *softwares* e *hardwares*, no que se refere às suas manutenções, instalações e configurações;

IV - coordenar, supervisionar e administrar todas as atividades inerentes à realização de cursos de capacitação dos servidores da Instituição, quanto ao acesso e ao uso adequado e eficiente dos recursos de informática; incluindo-se a capacitação para o uso de aplicativos;

V - elaborar, orientar e participar de programas de treinamentos na área de informática, ministrando cursos;

VI - criar mecanismos para obter, sistematizar e gerenciar as informações institucionais;

VII - utilizar, de forma eficiente, os recursos humanos para elaborar projetos e manter os sistemas relacionados com a comunicação interna;

VIII - [\(Revogado pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012\)](#).

IX - [\(Revogado pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012\)](#).

X - [\(Revogado pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012\)](#).

Art. 154-A. A Divisão de Segurança da Informação é responsável por: [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012\)](#).

I - desenvolver e implementar políticas e padrões de segurança de dados e infraestrutura computacional bem como recuperação de desastres e continuidade de serviços;

II - realizar ações, extensivas a toda a comunidade, de educação acerca de segurança da informação;

III - estabelecer normas e monitorar o uso dos recursos computacionais da Instituição;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

IV - monitorar a infraestrutura e os recursos necessários em processos que envolvam pessoas ou dados;

V - mapear fragilidades e minimizar riscos às informações e sistemas computacionais;

VI - gestão de acesso a sistemas de informação e a outros aplicativos;

VII - avaliar, homologar e controlar o software e aplicativos que serão instalados nos computadores da universidade;

VIII - minimizar as possibilidades de perda de dados, informações e hardware em virtude de falhas de segurança lógica.

Art. 154-B. A Secretaria Administrativa é responsável por: [\(Incluído pela Emenda Regimental Nº 02, de 13 de setembro de 2012\)](#).

I - apoiar administrativamente as ações da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação;

II - manter o controle e registro de documentos referentes às ações da Superintendência;

III - manter o controle e registro de documentos referentes ao espaço físico e bens materiais da superintendência;

IV - intermediar a comunicação formal entre a Superintendência e os demais entes da Instituição, assim como com os entes externos;

V - tratar da comunicação entre Divisões da Superintendência.

**SECÇÃO VI
DA SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA**

Art. 155. A Superintendência de Infraestrutura, vinculada à Reitoria, é a unidade administrativa responsável por planejar, projetar e administrar obras de reformas, ampliações e de manutenção da infraestrutura física da UFERSA.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 156. Integram a Superintendência de Infraestrutura:

I - Secretaria Administrativa;

II - Diretoria de Projetos e Obras;

III - Diretoria de Manutenção e Serviços Gerais;

IV - Diretoria de Serviços de Vigilância. (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013).

Parágrafo único. Cada divisão vinculada à Superintendência de Infraestrutura será dirigida por um chefe de livre escolha do Reitor.

Art. 157. A Superintendência de Infraestrutura terá as seguintes atribuições, além de outras previstas em seu Regimento Interno:

I - assessorar, planejar, projetar e administrar obras e serviços de manutenção do espaço físico da Universidade;

II - planejar o uso do espaço físico e desenvolvimento da infraestrutura em todas as áreas da Universidade;

III - projetar, executar e administrar obras da Universidade;

IV - manter o controle e registro de documentos referentes ao espaço físico da Universidade;

V - zelar pelos bens patrimoniais e instalações gerais;

VI - manter a limpeza dos acessos, logradouros, parques esportivos, pomares, jardins e campi avançados;

VII - planejar o uso e manutenção dos veículos e equipamentos da Universidade;

VIII - planejar o uso do meio físico da Universidade, fomentando a implementação e desenvolvimento de Plano Diretor para o Campus;

IX - garantir a cooperação e a articulação com órgãos ligados ao urbanismo da municipalidade de Mossoró;

X - garantir a cooperação e a articulação com órgãos ligados ao Patrimônio Público da União, dos Estados e Municípios.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 158. A Superintendência de Infraestrutura será dirigida por um Superintendente designado pelo Reitor, escolhido entre os servidores técnicos administrativos de nível superior ou docente.

Art. 159. A Superintendência de Infraestrutura terá um Regimento Interno aprovado pelo Conselho Universitário.

Art. 160. A Secretaria Administrativa é responsável por:

- I - apoiar administrativamente as ações da Superintendência de Infraestrutura;
- II - manter o controle e registro de documentos referentes às ações da Superintendência de Infraestrutura da Universidade;
- III - manter o controle e registro de documentos referentes ao espaço físico da Universidade.

Art. 161. A Diretoria de Projetos e Obras é responsável por:

- I - projetar, executar e administrar obras da Universidade;
- II - projetar, executar e administrar obras para a manutenção do espaço físico da Universidade;
- III - subsidiar tecnicamente as ações da Superintendência de Infraestrutura no planejamento do uso e ocupação do espaço físico da Universidade;
- IV - subsidiar tecnicamente as ações da Superintendência de Infraestrutura na preservação do meio ambiente no âmbito da Universidade;
- V - coordenar, supervisionar e administrar atividades relacionadas à economia de água e energia elétrica no âmbito da Universidade;
- VI - coordenar, supervisionar e administrar todas as atividades inerentes à promoção da acessibilidade dos portadores de deficiências locomotoras aos ambientes da Universidade.

Art. 162. A Diretoria de Manutenção e Serviços Gerais é responsável por:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

I - planejar e administrar serviços de manutenção dos acessos, logradouros, parques esportivos, pomares e jardins da Universidade;

II - planejar e administrar serviços de limpeza e higienização do espaço físico da Universidade;

III - manter e prestar serviços relativos à estrutura física da Universidade, tais como serviços elétricos, hidráulicos, hidrossanitários, de carpintaria, pintura e reforma dos imóveis e outras atividades da Universidade;

IV - coordenar, supervisionar e administrar todas as atividades inerentes à manutenção e serviços gerais no âmbito da UFERSA;

V - garantir o melhor uso dos equipamentos de forma a otimizar-se a infraestrutura existente;

VI - subsidiar o setor de compras da UFERSA para garantir a aquisição de equipamentos de qualidade com base em uma análise de custo-benefício.

Art. 163. A Diretoria de Serviços de Vigilância é responsável por: [\(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013\)](#).

I - exercer a vigilância necessária à segurança da Universidade;

II - zelar pelos bens patrimoniais e instalações gerais da Universidade;

III - [\(Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013\)](#).

IV - [\(Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013\)](#).

V - [\(Revogado pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013\)](#).

VI - coordenar e supervisionar atividades relacionadas ao rodízio de vigilantes no âmbito da Universidade. [\(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 06, de 28 de junho de 2013\)](#).

**CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS SUPLEMENTARES**

Art. 164. Os Órgãos Suplementares serão criados mediante proposta da Reitoria, aprovada pelo Conselho Universitário.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Parágrafo único. A proposta de criação de um órgão suplementar deverá vir acompanhada da justificativa de sua criação, composição, atribuições e funcionamento.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**TÍTULO V
DA ADMINISTRAÇÃO DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO.**

**CAPÍTULO I
DOS DEPARTAMENTOS ACADÊMICOS**

Art. 165. O Departamento é a menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal e preferencialmente compreende disciplinas afins.

Art. 166. A administração de cada Departamento será exercida:

- I - pelo Chefe do Departamento;
- II - pela Assembléia Departamental;
- III – pela Câmara Departamental.

Art. 167. Os Departamentos compreenderão preferencialmente disciplinas afins e congregarão o pessoal docente e técnico-administrativo, para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão.

Art. 168. Cada reunião ordinária do Departamento deverá anteceder a uma reunião ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser apreciados, dentre outros, os assuntos constantes na pauta da reunião deste Conselho.

Art. 169. Especificamente nos assuntos indicados na pauta de uma reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, deverá o Chefe de Departamento levar a este Conselho, única e exclusivamente, as deliberações de seu Departamento.

Art. 170. O Departamento deverá contar com pelo menos 8(oito) membros docentes efetivos para sua implantação e no mínimo 6(seis) para a sua manutenção.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Parágrafo único. Quando menos de 6(seis) professores efetivos compuserem um Departamento, ele deverá ser agrupado a outro, preferencialmente que comporte disciplinas de áreas mais correlatas.

Art. 171. Ficará a cargo do Departamento a distribuição das tarefas didáticas e técnico-científicas entre o pessoal docente e técnico-administrativo que o integra.

Art. 172. Cada Departamento reunir-se-á mensalmente de forma ordinária, durante o período letivo e extraordinária, mediante convocação do seu chefe por iniciativa própria ou a requerimento de pelo menos 1/3(um terço) dos interessados, sendo necessária a presença de pelo menos 50% mais um de seus membros para reunir-se e deliberar.

Parágrafo único: As reuniões de departamento serão convocadas por escrito, pelo presidente ou por pelo menos metade mais um de seus membros com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas para reuniões ordinárias e de 24 (vinte e quatro) horas para as reuniões extraordinárias, mencionando-se os assuntos de pauta.

Art. 173. O Departamento tem a Assembléia Departamental como instância deliberativa sobre políticas, estratégias, rotinas administrativas, acadêmicas e a chefia como instância executiva.

§1º A Assembléia Departamental é integrada pelos docentes efetivos em exercício junto ao Departamento e por dois representantes discentes e um técnico-administrativo.

§2º O Chefe e o Vice-Chefe do Departamento serão eleitos pela Assembléia Departamental, dentre os docentes do quadro efetivo lotados no Departamento e terão mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§3º Nas faltas ou impedimentos do chefe de departamentos assumirá a chefia o Vice-Chefe.

§4º É vedada a acumulação das funções de chefe e Vice-Chefe de departamento com quaisquer outras de direção.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

§5º No caso de vacância do Chefe ou do Vice-Chefe, ocorrer durante a primeira metade do mandato, o Departamento realizará no prazo máximo de 30 (trinta) dias, eleição para a vaga faltosa, observando o disposto neste artigo.

§6º No caso da vacância ocorrer na segunda metade do mandato, o Vice-Chefe assumirá a chefia até o final do mandato. No caso da vacância ocorrer na função de Vice-Chefe, será designado pelo Reitor, para completar o mandato, o docente mais antigo no magistério da Universidade lotado no Departamento.

§7º O representante dos servidores, será eleito por seus pares lotados no Departamento e terá mandato de 02 (dois) anos permitida uma recondução.

§8º Os representantes discentes serão eleitos por eles e dentre eles, regularmente matriculados, em eleição realizada pelo Diretório Central dos Estudantes, permitida uma recondução.

§9º No caso de vacância do titular e do suplente na representação discente, ocorrer na segunda metade do mandato, o Diretório Central dos Estudantes indicará o representante para complementação do mandato. Ocorrendo a vacância na primeira metade do mandato, o Diretório Central dos Estudantes promoverá uma nova eleição no prazo máximo de 30 (trinta) dias, com os eleitos tendo o mandato de 01(um) ano, permitida uma recondução.

§10º. Nas faltas e impedimentos do Chefe e Vice-Chefe a chefia será exercida pelo docente mais antigo no magistério da Universidade, lotado no Departamento.

§11º. No caso de ocorrer fusão de Departamentos, assumirá a chefia do novo Departamento, o docente mais antigo na Instituição entre os chefes de Departamentos objetos da fusão, devendo o novo chefe promover eleição no prazo máximo de 30(trinta dias).

Art. 174. O Chefe e o Vice-Chefe dos Departamentos serão eleitos mediante escrutínio direto e secreto por 50% mais um de seus membros no mínimo, e nomeados pelo Reitor da Instituição, com posse em reunião do Departamento, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 175. Antes do fim de seu mandato, o chefe do Departamento poderá ser afastado ou destituído, mediante proposta de no mínimo 2/3(dois terços) dos membros da Assembléia Departamental ao Reitor da Instituição, com deliberação final do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 176. Compete ao Chefe de Departamento:

I - organizar os programas didáticos, bem como coordenar o trabalho dos professores das respectivas disciplinas, visando a unidade e a eficiência do ensino, em todas as fases de planejamento, execução e avaliação;

II - programar, anualmente, a aquisição de material pedagógico e equipamentos de laboratórios, bibliotecas e campos experimentais;

III - participar do planejamento global do ensino da Instituição;

IV - convocar e presidir as reuniões do Departamento;

V - representar o Departamento no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e em outras instâncias, quando solicitado;

VI - fiscalizar a rigorosa observância do regime acadêmico e a execução dos programas e planos didáticos no âmbito do seu Departamento;

VII - superintender todos os serviços técnico-administrativos do Departamento;

VIII - encaminhar ao Reitor as sugestões e pareceres aprovados pelo Departamento;

IX - fiscalizar o cumprimento do regime de trabalho dos docentes e servidores técnico-administrativo do Departamento e encaminhar os boletins mensais para o Reitor;

X - administrar e superintender as atividades do Departamento;

XI - cumprir as determinações dos órgãos da administração e cooperar com os serviços de ensino e pesquisa;

XII - elaborar o relatório semestral das atividades do Departamento, submetendo-o para apreciação e deliberação da Assembléia Departamental e encaminhar ao setor competente para aprovação;

XIII - zelar pela eficiência do ensino, da pesquisa e da extensão;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

XIV - disponibilizar as atas da Assembléia Departamental aos membros do Departamento e a todos que solicitarem através de requerimentos;

XV - tornar publico os documentos e atos do Departamento;

XVI - exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da UFERSA, por este Regimento Geral, pelos Regimentos internos e pelas legislações pertinentes.

Art. 177. São funções da Assembléia Departamental:

I - apreciar e encaminhar semestralmente ao Colegiado de curso de graduação, os programas das disciplinas sob sua responsabilidade, ou suas modificações, respeitadas as disposições pertinentes;

II - apreciar e deliberar a respeito de equivalência de disciplinas cursadas em outras Instituições para fins de aproveitamento;

III - zelar pela regularidade e qualidade do ensino ministrado pelo Departamento;

IV - aprovar os relatórios e planos de atividades dos docentes semestralmente;

V - propor ao Conselho Universitário, a contratação, a realocação, o afastamento e a dispensa de docentes;

VI - propor ao Conselho Universitário, a renovação contratual de docentes;

VII - propor ao Conselho Universitário, a criação de cargos e funções da carreira docente;

VIII - propor ao Conselho Universitário a realização de concurso da carreira docente;

IX - propor ao Conselho Universitário as disciplinas para realização dos concursos públicos;

X - julgar em primeira instancia sobre os casos disciplinares que forem propostos pelo chefe do Departamento;

XI - decidir sobre recursos interpostos contra decisões da chefia;

XII - das reuniões da Assembléia Departamental obrigatoriamente lavrar-se-á ata que será colocada para apreciação e deliberação na reunião seguinte;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

XIII - sugerir aos conselhos superiores medidas destinadas ao aperfeiçoamento do ensino;

XIV - aprovar a escala anual de férias de docentes e servidores;

XV - decidir pedido de revisão de prova;

XVI - programar, anualmente, a aquisição de material pedagógico e equipamento de laboratórios, bibliotecas e campos experimentais;

XVII - planejar as atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem executadas nas disciplinas que o integram, atendendo às peculiaridades da formação científica e técnica do pessoal docente, dando ênfase aos problemas regionais;

XVIII - participar do planejamento global do ensino da Instituição;

XIX - realizar a escolha do Chefe e Vice-Chefe na forma prevista no Estatuto da UFERSA e neste Regimento Geral;

XX - planejar o aperfeiçoamento de seu pessoal;

XXI - sugerir, ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a criação, alteração ou extinção de disciplina;

XXII - produzir ou promover meios que possibilitem a captação de recursos para o Departamento ou para a Instituição.

SECÇÃO I
DA CÂMARA DEPARTAMENTAL

Art. 178. Quando o número de docentes for igual ou superior a 30(trinta), funcionará uma Câmara Departamental, tendo como membros natos o Chefe e Vice-Chefe do Departamento, além de 6(seis) docentes escolhidos pelo departamento, e a representação do pessoal discente.

§ 1º A Câmara Departamental terá as atribuições constantes do artigo 177, exceto as previstas nos incisos "V", "VI", "VII", "VIII", "IX", "X", "XI", "XII", "XIV", "XIX" e "XXI".

§ 2º Aplica-se, no que couber, à Câmara o disposto nesta Secção, sobre o funcionamento do Departamento.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

§ 3º Os membros eleitos da Câmara Departamental terão mandato de 1(um) ano, podendo ser renovado.

Art. 179. Poderão participar das reuniões da Câmara, sem direito a voto, outros membros do Departamento.

Art. 180. A Câmara poderá convocar membros do Departamento para prestação de informações.

Art. 181. Das decisões da Câmara Departamental caberão recursos à Assembléia Departamental.

**CAPÍTULO II
DA COORDENAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Art. 182. Os cursos de graduação da UFRSA serão dirigidos pelo Pró-Reitor de Graduação, pelos Coordenadores de Cursos de graduação e pelo colegiado de curso.

Art. 183. A Coordenação de cada curso de graduação tem instância deliberativa nas estratégias didático-científicas e pedagógicas e será exercida por um Coordenador e um Vice-Coordenador.

Art. 184. O Coordenador e o Vice-Coordenador serão eleitos simultaneamente, pelos docentes efetivos do curso, e pelos estudantes regularmente matriculados no referido curso.

Art. 185. Somente podem concorrer às funções de Coordenador e de Vice-Coordenador de curso de graduação, docente do quadro permanente da universidade, estando em regime de dedicação exclusiva, com formação acadêmica no curso, e preferencialmente graduado no referido curso.

§1º As eleições não podem ser realizadas em período de recesso escolar.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

§2º O mandato do Coordenador e Vice-Coordenador do curso é de 02(dois) anos permitida uma recondução.

§3º O Coordenador e Vice-Coordenador de curso não poderá acumular a função com a de chefia de Departamento, Pró-Reitorias, Assessorias ou chefia de qualquer setor.

§4º Um docente não poderá exercer no mesmo período, mais de uma coordenação ou uma Vice-coordenação de curso.

§5º Compete ao Vice-Coordenador de curso substituir o Coordenador em suas faltas e impedimentos bem como executar tarefas que lhe tenham sido por ele delegadas.

§6º Quando da criação de novos cursos, o Reitor encaminhará para a homologação pelo Conselho Universitário, o nome do Coordenador, preferencialmente com graduação no curso, com mandato de 02(dois) anos.

§7º A votação para escolha do Coordenador e Vice-Coordenador, será uninominal, em escrutínio único, atribuindo-se o peso de 70% (setenta por cento) para manifestação docente.

Art. 186. Vagando a função de Coordenador de curso na primeira metade do mandato, o Vice-Coordenador assume imediatamente o seu exercício, devendo ser promovida em até 30(trinta) dias, a contar da data de vacância, a eleição de novo Coordenador para complementação do mandato, observando o disposto neste artigo quanto à escolha e o período das eleições.

Parágrafo único. No caso da vacância ocorrer na segunda metade do mandato, o Vice-Coordenador assumirá a Coordenação até o final do mandato. No caso da vacância ocorrer na função de Vice-Coordenador, será designado pelo Reitor, para completar o mandato, o docente mais antigo no magistério que estiver lecionando no curso, no período letivo em que ocorrer a vacância.

Art. 187. Compete ao Coordenador:

- I - encaminhar os processos, com pareceres e deliberações para Colegiado do curso;
- II - coordenar a orientação acadêmica dos alunos do curso;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

III - zelar pelo cumprimento das disposições legais e regimentais concernentes ao curso;

IV - manter atualizados os dados históricos do curso referentes a alterações curriculares e programas de disciplinas;

V - manter atualizado o banco de dados sobre os estudantes e egressos do curso, visando ao processo de avaliação;

VI - representar o curso nas estâncias que for designado;

VII - identificar as necessidades do curso e promover gestões para seu equacionamento;

VIII - elaborar o calendário acadêmico e lista de oferta de disciplina para curso e submetê-los aos colegiados de curso, aos Departamentos, e posteriormente ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IX - emitir parecer sobre aproveitamento de disciplinas para fins de aproveitamento, ouvidos os professores das disciplinas;

X - manter atualizados os programas das disciplinas do curso;

XI - propor aos órgãos competentes providências para a melhoria do ensino ministrado no curso;

XII - executar as deliberações do colegiado de curso;

XIII - cumprir as determinações dos órgãos da administração;

XIV - comunicar ao Reitor quaisquer irregularidades e solicitar medidas para corrigi-las;

XV - apresentar ao Reitor relatório semestral das atividades da coordenação;

XVI - promover a avaliação do docente junto ao corpo discente;

XVII - promover a divulgação e inscrição dos discentes no Sistema Nacional de Avaliação do INEP;

XVIII - exercer outras atribuições previstas em lei, no Estatuto da UFERSA e neste Regimento Geral.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**CAPÍTULO III
DOS COLEGIADOS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Art. 188. O colegiado de cursos terá sede junto a Pro-Reitoria de Graduação, reunindo-se, ordinariamente a cada 15(quinze) dias, e extraordinariamente, sempre que forem convocados pelo Pró-Reitor de Graduação ou por um terço de seus membros.

Art. 189. O Colegiado de Curso de Graduação está vinculado a Pró-Reitoria de Graduação.

§1º O colegiado de curso de graduação é formado pelo Pró-Reitor de Graduação, como presidente, e pelos coordenadores de curso.

§2º A convocação para as reuniões ordinárias será feita por escrito, com antecedência mínima de 48(quarenta e oito horas), nela devendo constar explicitamente a ordem do dia.

§3º No caso de reunião extraordinária a convocação devera ser realizada com antecedência de 24 (vinte quatro) horas, devendo a ordem do dia limitar-se à discussão e votação da matéria objeto da convocação.

§4º O colegiado do curso reunir-se-á com a presença da maioria de seus membros e o comparecimento terá caráter prioritário sobre outras atividades.

§5º A ausência não justificada dos membros do colegiado do curso a qualquer de suas reuniões será comunicada ao Reitor, pelo presidente do Colegiado de curso.

§6º De cada reunião do colegiado do curso lavrar-se-á ata, que será colocada para apreciação e deliberação, na sessão seguinte.

Art. 190. Ao Colegiado de Cursos de Graduação compete:

- I - promover e organizar as atividades didáticas da instituição;
- II - assessorar o corpo docente durante o planejamento, execução e avaliação de suas atividades;
- III - garantir o funcionamento dos cursos segundo o exigido pelas diretrizes curriculares vigentes;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

IV - promover atualização pedagógica para os professores;

V - promover intercâmbio com outras unidades de ensino do País;

VI - prestar serviços técnicos aos Conselhos Superiores da UFERSA;

VII - elaborar programações, bem como analisar e avaliar projetos de natureza acadêmica;

VIII - analisar e avaliar, sob o ponto de vista pedagógico, os projetos didático-pedagógicos, para melhor controle da produtividade acadêmica;

IX - assessorar o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão na análise e avaliação dos currículos dos cursos de graduação, para sua permanente adequação aos objetivos desejados.

Art. 191. O Colegiado de Cursos apresentará relatório semestral de suas atividades ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

CAPÍTULO IV

DA COORDENAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*

Art. 192. A Coordenação de cada Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* terá por função o planejamento e acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão do respectivo curso.

Parágrafo único. A Coordenação de cada programa de mestrado e doutorado será exercida, no plano deliberativo e consultivo, pelo colegiado do curso e no plano executivo, pelo Coordenador do curso.

Art. 193. A coordenação didático-científica de cada curso ou programa de pós-graduação será exercida por um Colegiado de Curso, constituída por:

I - 1(um) Coordenador, como seu Presidente, eleito dentre os membros do colegiado do curso ou programa e nomeado pelo Reitor, com mandato de 2(dois) anos, permitida uma recondução.

II – 5(cinco) professores, eleitos por seus pares;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

III - 1(um) representante discente do curso ou programa, eleito por seus pares, com mandato de 1(um) ano.

Parágrafo único. O Vice-Coordenador será eleito junto com o coordenador do curso ou programa.

Art. 194. Os Colegiados dos Cursos ou de Programas de Pós-Graduação, órgãos deliberativos e normativos no seu âmbito de atuação, têm sua organização e funcionamento disciplinados pelo Estatuto da UFERSA, por este Regimento Geral, nos respectivos Regimentos internos e na legislação pertinente.

Art. 195. Os Colegiados reunir-se-ão mensalmente, em caráter ordinário, e, em caráter extraordinário, sempre que necessário.

§1º As reuniões serão convocadas pelas Presidências dos Colegiados ou por requerimento de metade mais um de seus membros, indicados os motivos da convocação.

§2º O Coordenador do Curso ou Programa presidirá as reuniões do Colegiado, sem direito ao voto de qualidade.

§3º Os Colegiados dos Cursos reunir-se-ão com quorum mínimo de metade mais um de seus membros e deliberarão por maioria de votos.

Art. 196. Compete ao Colegiado do programa de pós-graduação:

I - definir as disciplinas da área de concentração, bem como as do domínio conexo, estabelecendo a sua natureza, obrigatória ou optativa, para posterior aprovação dos órgãos competentes;

II - estabelecer requisitos específicos do programa;

III - indicar os professores orientadores do programa;

IV - organizar instruções, normas, planos ou projetos relativos ao programa e submetê-los à apreciação dos órgãos competentes;

V - criar disciplinas necessárias ao programa;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

VI - opinar a respeito do programa das disciplinas da área de concentração ou obrigatórias, sugerindo modificações, quando isso se fizer necessário ao alcance dos objetivos do programa;

VII - selecionar candidatos qualificados para admissão no programa;

VIII - aprovar a constituição das Comissões Orientadoras;

IX - propor ou opinar a respeito da exclusão de estudantes do programa, por motivos acadêmicos ou disciplinares;

X - indicar candidatos a bolsas de estudo selecionados através de critérios que deverão estar estabelecidos nos regimentos internos devidamente aprovados nos colegiados superiores;

XI - apreciar ou propor convênios ou ajustes de cooperação de caráter acadêmico ou financeiro, para suporte ou desenvolvimento do programa;

XII - receber, apreciar, deliberar ou encaminhar, se necessário, sugestões, reclamações, representações ou recursos, dos discentes ou docentes, sobre qualquer assunto de natureza didático-científica, pertinentes ao programa;

XIII - atuar como órgão informativo e consultivo para o que se fizer necessário ao bom desenvolvimento do curso de Pós-Graduação;

XIV - aprovar a constituição das bancas para defesa de dissertação e tese para o exame de qualificação dos estudantes do Programa;

XV - elaborar, acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico do curso;

XVI - sugerir procedimentos a serem adotados na matrícula em disciplinas do Curso, respeitadas as instruções da Divisão de Registro Escolar;

XVII - constituir comissão para análise técnica dos pedidos de revalidação de diplomas e encaminha-las ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

XVIII - adotar e sugerir providências para melhoria do nível de ensino do curso;

XIX - decidir sobre equivalência de seminários, cursos intensivos, palestras e outras atividades paradidáticas para efeito de compensação de aulas, por solicitação justificada de aluno, comunicando aos interessados;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

XX - prestar assessoramento de ordem didático-pedagógica, quando solicitado por outros órgãos;

XXI – Aprovar o encaminhamento das dissertações e teses para as bancas;

XXII - exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo Estatuto da UFERSA, por este Regimento Geral e em legislação pertinente.

Art. 197. São funções do Coordenador do programa:

I - convocar e presidir as reuniões do Colegiado de curso ou do programa;

II - assinar, quando necessário, processos ou documentos submetidos ao julgamento do Colegiado de curso ou do Programa;

III - encaminhar os processos e deliberações do Colegiado de curso ou Programa às autoridades competentes;

IV - exercer a orientação pedagógica aos discentes do programa, subsidiariamente ao Orientador;

V - submeter os planos de estudos dos discentes do programa a comissão coordenadora;

VI - promover entendimentos, com a finalidade de obter recursos humanos e materiais para suporte do desenvolvimento do programa;

VII - representar o curso ou programa de Pós-Graduação;

VIII - coordenar a matrícula no âmbito do Curso, em articulação com o setor competente;

IX - coordenar o processo de acompanhamento e avaliação do curso, respeitadas as diretrizes emanadas do órgão de avaliação institucional permanente da UFERSA;

X - apreciar os processos de adaptação e aproveitamento de estudos, ouvindo os professores das disciplinas e encaminha-las ao colegiado de curso;

XI - emitir parecer para o colegiado do curso sobre os pedidos de trancamento de matrícula;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

XII - adotar, em caso de urgência, medidas que se imponham em matéria da competência do Colegiado de Curso ou programa, submetendo-as à homologação na primeira reunião subsequente;

XIII - manter atualizados os dados cadastrais dos alunos vinculados ao curso, encaminhando-os, quando necessário, à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação;

XIV - elaborar e encaminhar relatórios semestrais sobre as atividades do curso e enviá-los aos órgãos competentes para apreciação e deliberação.

Art. 198. Das decisões do Colegiado de curso caberá recurso ao Colegiado do Programa, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da ciência do interessado.

**CAPÍTULO V
DA CONGREGAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Art. 199. A Congregação dos Programas de Pós-graduação terá sede junto a Pró-Reitoria de Pós-Graduação, reunindo-se, ordinariamente mensalmente, e extraordinariamente, sempre que forem convocados pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação ou por um terço de seus membros.

Art. 200. A Congregação dos Programas de Pós-graduação está vinculada a Pró-Reitoria de Pós-Graduação.

§1º A Congregação dos Programas de Pós-graduação é formada pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação, como presidente, e pelos coordenadores dos Programas de pós-graduação.

§2º A convocação para as reuniões ordinárias será feita por escrito, com antecedência mínima de 72(setenta e duas horas), nela devendo constar explicitamente a ordem do dia.

§3º No caso de reuniões extraordinárias a convocação deverá ser realizada com 24(vinte quatro) horas, devendo a ordem do dia limitar-se à discussão e votação da matéria objeto da convocação.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

§4º De cada reunião do colegiado do curso lavrar-se-á ata, que será colocada para apreciação e deliberação, na sessão seguinte.

Art. 201. À Congregação dos Programas de Pós-graduação compete:

I – assessorar a Pró-Reitoria de Pós-Graduação no cumprimento da política de pesquisa e pós-graduação traçada pela UFERSA;

II – orientar a obtenção e indicação de bolsas e financiamentos para alunos de pós-graduação;

III – sugerir meios que favoreçam a captação de recursos para a pesquisa e pós-graduação na UFERSA;

IV – prestar serviços técnicos aos Conselhos Superiores da UFERSA;

V – assessorar o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão na análise e avaliação dos currículos dos cursos de pós-graduação, para sua permanente adequação aos objetivos desejados.

Art. 202. A Congregação dos Programas de Pós-graduação apresentará relatório semestral de suas atividades ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

**CAPÍTULO VI
DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO “LATO SENSU”**

Art. 203. As formas de administração e as normas de criação e funcionamento de cada curso de pós-graduação *Lato sensu* serão estabelecidas em regimentos próprios, obedecendo ao Estatuto da UFERSA, este Regimento Geral, o Regimento interno dos Programa de Pós-Graduação e a legislação pertinente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**TÍTULO VI
DOS CURSOS**

Art. 204. A Universidade manterá as seguintes modalidades de cursos:

I - de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ensino médio ou equivalente;

II - de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em curso de graduação que preencham as condições prescritas em cada caso;

III - de especialização e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes;

IV - cursos sequenciais, por campo de saber específico, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que preencham aos requisitos estabelecidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e atendam a legislação em vigor;

§1º A Universidade ministrará cursos presenciais e à distância, de acordo com a legislação vigente.

§2º A Universidade poderá oferecer outros cursos e programas, visando a atender a demandas sociais e/ou econômicas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 205. O processo de criação de curso será iniciado pelo colegiado de curso, enviada para o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para expedir parecer que será enviado para apreciação e homologação do Conselho Universitário.

Art. 206. O processo de criação do curso deveser obrigatoriamente acompanhado do projeto político pedagógico, sendo esta condição indispensável para a criação, estruturação e funcionamento do curso, tornando-se a diretriz do curso implantado.

Art. 207. Os cursos de graduação habilitam à obtenção de grau acadêmico ou profissional e em atividade técnica ou científica.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 208. Os Cursos de graduação são abertos à admissão no limite de vagas pré-estabelecido conforme parecer do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e homologação do Conselho Universitário.

Art. 209. As integralizações curriculares dos cursos de graduação serão aprovadas pelo Conselho Universitário, mediante proposta do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e publicadas no Diário Oficial da União, de acordo com a legislação vigente.

Art. 210. As disciplinas de cada curso de graduação serão lecionadas através de aulas teóricas e práticas, ou teórico-práticas, adequadas à natureza dos temas e às possibilidades dos Departamentos.

Art. 211. Os Cursos de Graduação da UFERSA, por meio do Colegiado de Cursos e com anuência da Pró-Reitoria de Graduação, representante legal da UFERSA junto ao Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil, poderá receber discentes de Cursos de Graduação de outras IFES signatárias para cursar atividades acadêmicas curriculares, desde que observados a legislação vigente, o estatuto da UFERSA, este Regimento Geral e o Regimento Interno da Pró-Reitoria de graduação.

Art. 212. Os Cursos de Graduação da UFERSA, por meio do Colegiado de Cursos da UFERSA e com anuência da Pró-Reitoria de Graduação, representante legal da UFERSA junto ao Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil, poderá permitir o afastamento de discentes de Graduação da UFERSA para cursar disciplina(s) em outra IFES signatária do Programa ANDIFES de Mobilidade Estudantil, sem perda de vínculo institucional, desde que observados a legislação vigente, o estatuto da UFERSA, este Regimento Geral e o Regimento Interno da Pró-Reitoria de graduação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 213. Nos cursos de graduação e pós-graduação, a avaliação do rendimento escolar será feita por disciplinas, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e verificação de aprendizagem, sendo ambos eliminatórios.

Art. 214. O currículo de cada curso de graduação e de cada curso de mestrado e de doutorado abrangerá uma sequencia ordenada de disciplinas hierarquizadas e outras atividades acadêmicas, cuja integralização dará direito ao correspondente diploma ou certificado.

Parágrafo único. O programa de cada disciplina será aprovado pelo Departamento a que esteja ligado, e, em função do qual, deverá ser elaborado o plano de ensino pelo respectivo docente ou grupo de docente, devendo ser apreciado e aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 215. Os cursos de pós-graduação *Stricto sensu* têm como objetivo a formação de docentes, pesquisadores e profissionais de alta qualificação.

Art. 216 A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, ouvidos os Departamentos, o colegiado de curso, estabelecerá a estrutura, as integralizações curriculares e os regulamentos dos cursos de pós-graduação, que serão propostos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e posteriormente ao Conselho Universitário, para apreciação e deliberação.

Art. 217. Os cursos de especialização e de aperfeiçoamento destinar-se-ão a graduados de cursos superiores, tendo os primeiros por objetivo preparar especialistas em setores estritos de estudos e os últimos atualizar e melhorar conhecimentos e técnicas de trabalho.

Art. 218. Os cursos de extensão têm como objetivos difundir e atualizar conhecimentos, sendo abertos à participação da comunidade em geral, conforme requisitos estabelecidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a fim de elevar a eficiência e os padrões culturais da comunidade.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

Art. 219. As normas para o funcionamento dos cursos de especialização, extensão e aperfeiçoamento serão apreciadas e deliberadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 220. O ano letivo comportará períodos, de acordo com o que dispuser o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e sua duração obedecerá à legislação vigente.

Art. 221. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá critérios obedecendo à legislação específica para:

- a) Revalidação de diploma estrangeiro;
- b) Validade e aproveitamento de estudo em outros cursos, quando haja identidade ou equivalência;
- c) Abreviação da duração de estudos;
- d) Formação continuada de seus discentes nos cursos de pós-graduação.

**CAPÍTULO I
DA ADMISSÃO AOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Art. 222. Na forma estabelecida no Estatuto da UFERSA, neste Regimento Geral e obedecendo a legislação pertinente, o ensino de graduação na UFERSA ocorre em períodos letivos e obedece ao regime de créditos e conteúdo programático.

Art. 223. A admissão nos cursos de graduação que se ministram na Instituição é feita mediante processo de seleção ou através de critérios e normas específicas de seleção definidas em resoluções do Conselho Universitário, dentro de suas obrigações regimentais.

Art. 224. O processo de seleção, diferenciado em função das áreas de conhecimento nas quais se situam os diversos cursos, abrange os conhecimentos referentes ao ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade e tem como objetivos:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

I - aferir conhecimentos e habilidades intelectuais adquiridas pelos candidatos e que possibilitem a realização de curso superior;

II - classificar os candidatos até o limite de vagas estabelecido para cada curso.

Parágrafo único. O processo de seleção só tem validade para o período letivo a que esteja expressamente referido.

Art. 225. A fixação de vagas para a admissão nos cursos de graduação é determinada pelo Conselho Universitário, após parecer do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, mediante proposta encaminhada pela Reitoria, obedecida à legislação vigente.

Parágrafo único. Na fixação de vagas são observados os seguintes critérios:

I - prioridades estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e nos respectivos Planos Anuais de Ação da UFERSA;

II - capacidade de absorção de candidatos pelos cursos.

Art. 226. Cabe à UFERSA, sob a orientação do colegiado de curso, dos Coordenadores de cursos, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e apreciado e homologado pelo Conselho Universitário definir a forma de elaboração, aplicação e julgamento de provas para a seleção de candidatos aos cursos de graduação, seja por processo seletivo ou outra forma de acesso que venha a ser criada.

**CAPÍTULO II
DAS INTEGRALIZAÇÕES CURRICULARES**

Art. 227. A integralização curricular de cada curso abrange uma sequência ordenada de disciplinas, hierarquizadas por meio de pré-requisitos, cuja integralização confere direito ao correspondente diploma ou certificado.

§1º Para efeito do que dispõe este artigo, disciplina é o conjunto de atividades programadas para serem desenvolvidas em período letivo com os mínimos de horas-aulas e conteúdo programático pré-fixados.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

§2º O ensino das disciplinas constantes do currículo de cada curso será ministrado através de aulas teóricas e práticas, seminários, discussões em grupo, estudos dirigidos, trabalhos de pesquisa e quaisquer outras técnicas pedagógicas.

§3º Pré-requisito, para os fins legais, é a aprovação em disciplina exigida para inscrição em outra disciplina.

§4º O controle de integralização curricular é feito pelo sistema de carga horária e conteúdo programático.

§5º A integralização curricular de todo e qualquer curso da Instituição deverá ser obrigatoriamente revista a cada 5 anos.

Art. 228. Também compreenderão a formação do currículo dos cursos de graduação aquelas disciplinas obrigatórias de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 229. Os currículos poderão ainda ter componentes complementares, devendo ser cumpridos pelo discente mediante escolha, totalizando uma carga horária mínima para a integralização curricular estabelecida no projeto político pedagógico.

Art. 230. Os cursos serão desenvolvidos dentro dos prazos máximos e mínimos, em termos de anos e horas-aula, permitidos pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 231. Em todas as integralizações curriculares serão fixadas as cargas horárias mínimas a serem obtidas pelos alunos, para se habilitarem ao recebimento do grau respectivo.

Art. 232. As integralizações curriculares dos cursos de graduação ou suas alterações serão sugeridas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão observadas as diretrizes curriculares gerais ou específicas, existentes ou que vierem a ser estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, ao Conselho Universitário para apreciação e homologação, devendo as



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

alterações ser publicadas no Diário Oficial da União, entrando em vigor no período letivo seguinte ao da publicação, de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. Toda e qualquer alteração em disciplina de uma integralização curricular deverá receber o parecer do coordenador de curso, ou dos coordenadores de curso, quando se tratarem de disciplinas que atendam a mais de um curso, que devera ser enviado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e posteriormente ao Conselho Universitário.

Art. 233. O conteúdo de cada disciplina inclui uma ementa dos temas nele contidos, que se incorpora ao enunciado da disciplina para efeito de sua inclusão em lista de ofertas.

Parágrafo único: As disciplinas novas ou modificações de conteúdos programáticos deveram ser elaboradas pelo professor ou grupo de professores que ministrem a disciplina aprovadas no Departamento no semestre anterior ao seu funcionamento enviadas ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para apreciação e deliberação.

Art. 234. O plano de ensino elaborado pelo professor, ou pelo grupo de professores que a ministram deverá ser aprovado, antes do início do período anterior, pelo departamento respectivo e apreciado e deliberado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Parágrafo único. Será responsabilizado o professor que, sem justa causa, deixar de cumprir Programa ou plano de ensino em sua totalidade, sendo obrigação do Departamento assegurar, em qualquer caso, a integralização do ensino de cada disciplina, nos termos do programa e plano correspondentes.

**CAPÍTULO III
DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO**

Art. 235. O estágio supervisionado dos Cursos de Graduação da UFERSA constitui-se, em uma atividade acadêmica obrigatória de treinamento e qualificação profissional, de caráter integrador, que visa complementar o ensino teórico-prático, recebido no curso acadêmico.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

Art. 236. O estágio supervisionado será classificado em duas modalidades:

a) pesquisa: nesta modalidade será conduzido um trabalho científico cujos dados serão analisados e discutidos fornecendo conclusões. O objetivo é desenvolver o espírito criativo, científico e crítico do aluno de graduação, capacitando-o no estudo de problemas e proposição de soluções.

b) extensão: nesta modalidade será desenvolvida uma atividade que propicie ao aluno adquirir experiência profissional específica e que contribua, de forma eficaz, para a sua absorção pelo mercado de trabalho. O objetivo é proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, possibilitando-lhe o exercício de atitudes em situações vivenciadas e a aquisição de uma visão crítica de sua área de atuação profissional.

§1º O estágio supervisionado, quando envolver entidade externa a UFERSA, deve se realizar em um sistema de parceria institucional, mediante credenciamentos, na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

§2º Até a data de ajuste de matrícula definida no calendário acadêmico, os discentes que se interessarem em desenvolver atividades em entidade externa à UFERSA deverão encaminhar requerimento à Pró-Reitoria de Graduação manifestando o interesse. Na ocasião deverão informar qual o tipo de estágio que pretendem cursar.

**CAPÍTULO IV
DA COORDENAÇÃO DO TRABALHO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE
GRADUAÇÃO**

Art. 237. A coordenação do trabalho de estágio supervisionado da graduação dos Cursos da UFERSA será exercida pelo colegiado de cursos de graduação, órgão auxiliar da Pró-Reitoria de Graduação, no que se refere ao cumprimento das normas aprovadas.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**SECCÃO I
DA ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE
GRADUAÇÃO**

Art. 238. A todo aluno será garantida a orientação para o desenvolvimento de seu estágio supervisionado.

Art. 239. A orientação de que trata o artigo anterior estará condicionada à aprovação do Departamento e será exercida por docentes ou servidores do quadro técnico administrativo de nível superior da UFERSA, que passará a ser denominado como “Orientador”.

Art. 240. Anualmente, será elaborado pelo colegiado de cursos, calendário com os prazos relativos ao estágio supervisionado, que constará no calendário escolar da UFERSA.

§1º Quando o estágio for realizado na UFERSA, caberá a Instituição garantir as condições necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

§2º Estágios em outras instituições serão avaliados pelo Colegiado de Cursos, conforme a área de interesse.

Art. 241. Os alunos deverão efetuar a inscrição em estágio supervisionado junto a Divisão de Registro Escolar, no período de matrícula estipulado no calendário escolar.

Art. 242. O aluno inscrito no estágio supervisionado deverá desenvolver integralmente o plano de pesquisa e as atividades programadas, obedecendo às determinações de serviços e normas locais.

Art. 243. Qualquer modificação do plano proposto deverá ser aprovada pelo Departamento que, em seguida, fará a comunicação do fato ao colegiado de cursos, através de documento protocolado.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

Art. 244. O orientador que vier a se afastar ou se desligar de seu vínculo empregatício, por qualquer motivo, será substituído por indicação do Departamento ou da Instituição.

Art. 245. O orientado deverá expor ao orientador, em tempo hábil, problemas que dificultem ou impeçam a realização do estágio supervisionado, para que possa buscar soluções, junto ao colegiado de cursos.

SECÇÃO II

DA APRESENTAÇÃO, JULGAMENTO E ENTREGA DO TRABALHO

Art. 246. A forma de apresentação do relatório final seguirá as normas gerais aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 247. O Relatório Final será entregue em 3(três) vias, encadernado, ao colegiado de cursos, através de ofício do aluno, com visto do orientador, composição da banca, data e horário da defesa, dentro do prazo estipulado no calendário acadêmico, para ser encaminhado à banca examinadora.

Parágrafo único. Somente os trabalhos entregues dentro do prazo estabelecido serão julgados no respectivo semestre letivo.

Art. 248. O orientador juntamente com o orientado encaminhará a constituição da banca examinadora para aprovação do departamento. A presidência da banca caberá ao orientador.

Parágrafo único. A banca examinadora de que trata o caput deste artigo será composta por 3 (três) membros titulares e 1 (um) suplente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

Art. 249. O orientador encaminhará à divisão de registro escolar, uma cópia da Ata de defesa de estagio supervisionado com a nota média atribuída pela banca examinadora, que para aprovação do aluno deverá ser igual ou superior a 7,0(sete).

Art. 250. A versão final, obedecendo às normas estabelecidas neste regulamento, já corrigida e revisada pelo orientador, deverá ser entregue em 1 (uma) via impressa e 1 (uma) em meio eletrônico (CD ROM), a divisão de registro escolar, dentro do prazo estabelecido pelo calendário escolar.

Parágrafo único. O aluno só estará apto à colação de grau mediante o cumprimento de que trata o caput deste artigo.

**CAPITULO V
DO ESTAGIO PÓS-DOCTORAL**

Art. 251. O Programa de Pós-Graduação oferece estágio pós-doutoral no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Este estágio será oferecido a docentes e/ou pesquisadores doutores, preferencialmente vinculados a Instituições brasileiras, em dois níveis:

§1º Estágio Pós-Doutoral Júnior (PDJ), para candidato que possui título de doutor há menos de 7 anos, quando da implementação da proposta do estágio aprovada.

§2º Estágio Pós-Doutoral Sênior (PDS), para candidato que possui título de doutor há mais de 7 anos, quando da implementação da proposta do estágio aprovada.

§3º Entende-se o estágio pós-doutoral como o desenvolvimento de atividades visando à atualização e consolidação de conhecimentos e à cooperação nacional e internacional envolvendo docentes e pesquisadores, sempre inseridas no contexto institucional do Programa de Pós-Graduação da UFERSA.

§4º O estágio pós-doutoral será realizado pelo docente ou pesquisador mediante o desenvolvimento de projetos de pesquisa junto a grupos de reconhecido nível de excelência na sua área de atuação na instituição.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

§5º O estágio pós-doutoral deverá privilegiar as áreas e linhas de pesquisa prioritárias e estratégicas da UFRSA, aquelas adotadas pelo Programa de Pós-Graduação.

**SECÇÃO I
DA FINALIDADE DO ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL**

Art. 252. A finalidade do estágio pós-doutoral é permitir que o docente e/ou pesquisador possa desenvolver atividades conjuntas com seu(s) colega(s) ou grupo congênere na instituição, das quais resulte em produção inserida no seu contexto institucional de atuação, ou que possibilite, na Instituição, a consolidação e atualização dos conhecimentos ou o eventual redirecionamento da linha de pesquisa do candidato.

**SECÇÃO II
DOS CRITÉRIOS PARA INTEGRAR O CORPO DE SUPERVISORES DO ESTÁGIO
PÓS-DOCTORAL**

Art. 253. O estágio fundamentar-se-á na participação ativa e atuante de professores pesquisadores, enquanto supervisores credenciados pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação /UFERSA.

Art. 254. A indicação do supervisor de Estágio Pós-Doutoral será orientada pelos seguintes critérios:

- I- ser professor doutor efetivo do Programa de Pós-graduação/UFERSA;
- II- ter reconhecida competência científica como pesquisador na sua área de atuação e comprovada capacidade de supervisão de doutorado e estágio pós-doutoral e experiência na formação de recursos humanos;
- III- ser o proponente e responsável por uma ou mais propostas;
- IV- não poderá ser o orientador de doutorado do candidato.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

V- ser integrante efetivo de grupo de pesquisa do Programa de Pós-graduação /UFERSA. O grupo de pesquisa deverá possuir proposta de oferta de estágio Pós-Doutoral (renovada anualmente), contemplando os seguintes aspectos:

- a) descrição da infraestrutura disponível com área física que assegure o desenvolvimento de pesquisas e outras atividades;
- b) relação da equipe integrada por doutores efetivos da UFERSA (pelo menos dois), doutorandos, mestrandos, bolsistas e outros participantes;
- c) definição da vinculação à linha de pesquisa produtiva do Programa de Pós-graduação /UFERSA;
- d) relação das possibilidades de inserção do candidato ao Estágio Pós-Doutoral; pesquisas/estudos em andamento ou que poderão ser desenvolvidos pelo grupo em articulação com o candidato.

VI- possuir projeto de pesquisa registrado e aprovado pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação da UFERSA, além daqueles relativos aos trabalhos de dissertações e teses, destacando as fontes de financiamento.

SECÇÃO III

DOS CRITÉRIOS PARA INTEGRAR O ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL

Art. 255. Os candidatos ao estágio pós-doutoral serão selecionados considerando a adequação de suas propostas às linhas de pesquisa do Programa de Pós-graduação da UFERSA e a integração a um grupo de pesquisa do Programa, atendendo os seguintes critérios específicos:

- I- ter título de doutor de instituição reconhecida ou recomendada pela CAPES;
- II- ter uma linha de trabalho/pesquisa reconhecida, identificada por meio de produção científica e que se articule com a do grupo de pesquisa em que pretende se inserir;
- III- apresentar uma Proposta de Trabalho com:
 - a) explicitação da aderência a, pelo menos, uma das linhas de pesquisa oferecidas pelo programa;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

b) definição da inserção no grupo de pesquisa e em outras atividades didático pedagógicas do PP da UFRSA;

c) indicação da produção científica pretendida como resultado do estágio pós-doutoral; além de um projeto de pesquisa a ser desenvolvido durante o período do estágio, do qual resultará uma perspectiva global de formação;

d) ter seu projeto aprovado pelo docente-supervisor, pelo coordenador do grupo de pesquisa e pelo Colegiado do Programa.

§1º O candidato poderá, porém, permanecer com o mesmo orientador de doutorado se este tiver sido desenvolvido em programa de pós-graduação com conceito 5, 6 ou 7 da CAPES.

§2º O candidato deverá dedicar-se integralmente às atividades programadas.

§3º Recomenda-se ao candidato estrangeiro, o domínio da língua portuguesa.

SECÇÃO IV

DO PERÍODO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL

Art. 256 O Estágio Pós-Doutoral terá a duração de seis a doze meses, com possibilidades de prorrogação por até doze meses, para bolsistas que estejam desenvolvendo estudos com supervisores em cursos com conceito 6 e 7.

SECÇÃO V

DA AVALIAÇÃO

Art. 257. O discente do Estágio Pós-Doutoral será avaliado durante o Estágio considerando sua participação nas diferentes atividades, onde possam ser identificadas suas competências específicas.

Art. 258. O aproveitamento final do aluno será efetuado pelo respectivo supervisor em função do andamento e finalização da proposta apresentada, considerando as atividades



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

realizadas, os trabalhos finalizados e enviados para publicação e as participações em atividades científicas.

Parágrafo Único. É obrigatória a elaboração do relatório final de todas as atividades desenvolvidas durante o Estágio Pós-Doutoral e consequente produção científica a ser encaminhado para o supervisor, Programa de Pós-graduação/UFERSA e ao órgão financiador do estágio.

**SECÇÃO VI
DA CERTIFICAÇÃO**

Art. 259 Um certificado será expedido pelo Registro Escolar, depois de cumpridas as exigências da avaliação do Estágio Pós-Doutoral.

**SECÇÃO VII
DA INSCRIÇÃO DE CANDIDATOS**

Art. 260. O processo de inscrição ocorrerá mediante apresentação de uma carta de intenção dirigida ao coordenador do grupo de pesquisa, na qual o candidato manifeste seu interesse e o período do Estágio Pós-Doutoral. Havendo concordância, o coordenador do grupo de pesquisa encaminhará um documento ao Colegiado do Programa de Pós-graduação para aprovação ou não do estágio. Além disso, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- I- diploma de doutor ou documento comprobatório de término do Curso de Doutorado;
- II- *Curriculum Vitae* na Plataforma Lattes, atualizado e comprovado;
- III- carta de aceitação do supervisor do Estágio Pós-Doutoral;
- IV- projeto de pesquisa a ser desenvolvido pelo candidato durante o seu Estágio Pós-Doutoral, proposto pelo supervisor;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

V- carta de concordância da instituição de destino, aceitando a permanência do candidato no decorrer do período previsto para o estágio;

Parágrafo Único. Toda a documentação deverá ser entregue na Coordenação do Programa de Pós-graduação em Fitotecnia, que enviará ao Colegiado do Programa para aprovação e posterior formalização junto ao Registro Escolar.

**SECÇÃO VIII
DA CONGREGAÇÃO DO PROGRAMA**

Art. 261. As solicitações para realização do Estágio Pós-Doutoral serão aprovadas ou não pela Congregação do Programa em função do mérito científico do supervisor e do mérito da proposta bem como da pertinência de sua execução na instituição e grupo escolhido. Elas serão classificadas em comparação com as demais solicitações.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**TITULO VII
DA PESQUISA**

Art. 262. A política de pesquisa da UFERSA tem como objetivo produzir, estimular e incentivar a investigação científica, de forma articulada com o ensino e a extensão, visando a produção do conhecimento e ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia, da cultura e das artes, com o propósito precípuo de resgatar seu caráter público e sua função social.

Parágrafo único. A elaboração e execução dos programas de pesquisa estarão a cargo dos Departamentos, isolada ou conjuntamente, e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Art. 263. A pesquisa será incentivada por todos os meios, entre os quais:

I - concessão de bolsas especiais em categorias diversas, principalmente na de iniciação científica;

II - concessão de auxílios para execução de projetos específicos;

III - formação de pessoal em cursos de pós-graduação da Universidade, ou de outras instituições nacionais ou estrangeiras;

IV - realização de convênios com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, visando ao programa de investigação científica;

V - intercâmbio com outras instituições científicas, estimulando os contatos entre professores e o desenvolvimento de projetos comuns;

VI - divulgação em caráter prioritário dos resultados das pesquisas realizadas;

VII - promoção de congressos, simpósios e seminários para estudo e debate de temas científicos, bem como participação em iniciativas semelhantes de outras instituições.

Art. 264. Os projetos de pesquisa tomarão, quando possível, como ponto de partida, os dados da realidade local, regional e nacional, com ênfase para o semiárido, sem, perder de vista as generalizações, em contextos mais amplos, dos fatos descobertos e de suas interpretações, devendo ser estimulada à aplicação de seus resultados através da extensão.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 265. A UFERSA poderá alocar recursos compatíveis com suas disponibilidades orçamentária, financeira e de recursos humanos, junto às Fundações de apoio às universidades, para financiar projetos de pesquisa e outras necessidades, respeitando a legislação vigente.

Art. 266. Haverá um plano de pesquisa anual, ouvidos os Departamentos, elaborado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, auxiliada pela congregação dos Programas de Pós-Graduação e aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 267. Cada projeto de pesquisa terá um responsável que devera ser o autor do projeto e a ele caberá a sua coordenação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

TITULO VIII

DA EXTENSÃO

Art. 268. A política de extensão universitária constitui-se em um processo educativo, artístico-cultural, científico e tecnológico, articulado de forma indissolúvel à pesquisa e ao ensino, e tem por finalidade:

I - estimular o conhecimento dos problemas mundiais, nacionais, e, em particular regionais e locais;

II - prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta, uma relação de reciprocidade;

III - promover o intercâmbio técnico-científico e gerencial das atividades afins.

Art. 269. Cabe a Universidade assegurar o desenvolvimento de programas e projetos de extensão e consignar em seu orçamento, de acordo com sua disponibilidade financeira, recursos para esse fim.

Art. 270. A extensão universitária será realizada abrangendo cursos, estágios, serviços e outras atividades afins, e, estará a cargo da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, dos Departamentos, dos docentes, dos discentes e técnicos ou profissionais designados pela autoridade competente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**TÍTULO IX
DO REGIME DA ADMINISTRAÇÃO DOS CURSOS E PROGRAMAS
DO ANO LETIVO**

Art. 271. O calendário acadêmico, organizado pela Pró-Reitoria de Graduação e aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, deverá prever o ano letivo dividido em dois períodos regulares.

§1º Cada período letivo regular, para os Cursos de Graduação, terá um mínimo de 100(cem) dias de atividades escolares efetivas, excluindo-se os reservados a exames finais, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação.

§2º O período letivo regular prolongar-se-á, após aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, sempre que necessário, para permitir o cumprimento integral do conteúdo e da carga horária estabelecidos pelos programas das disciplinas ofertadas.

§3º Os cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de extensão poderão ser também oferecidos pela metodologia de módulos e tutoria à distância, realizados em qualquer época e ministrados em convênios com outras Instituições de ensino superior ou outras entidades.

**CAPÍTULO I
DO PLANEJAMENTO DO ENSINO**

Art. 272. Todas as atividades didáticas a serem desenvolvidas na Instituição estarão previstas no planejamento semestral, elaborado pela Pró-Reitoria de Graduação, com as colaborações dos departamentos e dos coordenadores de cursos, que deverá ser encaminhada para apreciação e deliberação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, antes do início de cada período letivo.

Parágrafo único. A lista de disciplinas a serem oferecidas, os programas destas disciplinas, o calendário escolar, os horários de aulas, a utilização do espaço físico e demais



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

elementos pertinentes ao desenvolvimento das atividades didáticas integrarão o planejamento global semestral.

**CAPÍTULO II
DO CADASTRAMENTO E MATRÍCULA**

Art. 273. Cadastramento é o ato de registro dos dados pessoais dos candidatos selecionados para ingresso em um dos cursos de graduação da Instituição.

Art. 274. O cadastramento na Instituição é concedido aos que tenham concluído o ensino médio e classificados em processo de seleção realizado na própria Instituição, ou nos casos especiais definidos neste Regimento Geral.

§1º No ato de cadastramento será disponibilizado ao aluno o Catálogo de Cursos de Graduação.

§2º O Catálogo será disponibilizado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração, devendo ser publicado anualmente no *site* da UFERSA.

§3º Após o cadastramento o aluno é automaticamente vinculado à integralização curricular mais recente do curso para o qual foi classificado no processo de seleção.

§4º É vedada a vinculação simultânea a dois ou mais cursos de graduação ou de Pós-Graduação *Stricto sensu* ou *Lato sensu*.

Art. 275. Considera-se matrícula institucional, o ato pelo qual o estudante cadastrado se vincula, em determinado ano ou semestre, a uma integralização curricular de um dos cursos de graduação ou de pós-graduação.

Art. 276. Será permitido ao aluno, a partir do 2º período, requerer à Divisão de Registro Escolar, trancamento de sua matrícula, salvo se indiciado em processo disciplinar que possa ensejar a sua exclusão da Universidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Parágrafo único. O trancamento da matrícula na instituição acarretará a perda da condição de aluno, respeitada a carga horária já obtida, e a liberação de todos os deveres e obrigações, exceto os contraídos com a biblioteca ou de danos causados ao patrimônio público.

Art. 277. O trancamento de matrícula institucional poderá ser concedido, observando-se os seguintes critérios, dentre outros a serem baixados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão:

I - por um período máximo, consecutivo ou não, igual a 3(três) semestres;

II - a não renovação do trancamento e não inscrição em disciplina no semestre, será caracterizado abandono de curso, sendo o aluno automaticamente desligado da instituição.

Art. 278. Considera-se inscrição em disciplina a vinculação do aluno a uma disciplina oferecida para o período letivo, adquirindo o direito de frequência às aulas e aos trabalhos de avaliação universitária.

Parágrafo único. A sistemática do processo de matrícula em disciplinas será regulamentada em normas específicas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 279. É permitido ao aluno requerer à divisão de registro escolar o cancelamento em uma ou mais disciplinas, implicando o deferimento na sua desvinculação.

§1º O pedido de cancelamento de que trata o caput deste artigo não será deferido se formulado depois de decorrido 1/3(um terço) da carga horária da disciplina ou o aluno estiver reprovado por falta.

§2º Não será permitido o cancelamento da mesma disciplina mais de uma vez.

§3º O discente devesse manter-se inscrito em no mínimo 7(sete) créditos.

§4º A inobservância deste artigo e seus parágrafos implica em reprovação.

Art. 280. Semestralmente, nos prazos fixados no calendário acadêmico, o aluno fará sua inscrição, escolhendo as disciplinas a serem cursadas no período letivo subsequente,



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

observando os pré-requisitos e compatibilidade de horário, e as demais normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 281. O pedido de inscrição em disciplina ou de renovação do trancamento de matrícula na Instituição será recusado, quando se caracterizar abandono de curso ou quando a não integralização curricular exceder o prazo máximo possível.

**CAPÍTULO III
DAS TRANSFERÊNCIAS**

Art. 282. Além da transferência obrigatória, prevista em legislação específica, a transferência voluntária para a Instituição, condicionada à existência de vagas, é permitida aos alunos regularmente matriculados em cursos congêneres de estabelecimento de ensino superior, nacionais ou estrangeiros.

§1º O processo de transferência seguirá normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§2º Os candidatos transferidos serão matriculados mediante apresentação dos documentos exigidos para matrícula na Instituição, bem como do histórico escolar do curso de origem, programas e cargas horárias nele cursadas com aprovação.

§3º A documentação pertinente à transferência, deverá ser original, não se admitindo cópia de qualquer natureza, e tramitará diretamente entre as instituições.

§4º A Instituição somente aceitará transferência de alunos provenientes de cursos regularmente autorizados ou reconhecidos.

§5º A Instituição não aceitará e nem concederá transferência a alunos que estejam cursando o primeiro ou o último período do curso, exceto os casos excepcionais previstos em lei.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**CAPÍTULO IV
DO APROVEITAMENTO DE ESTUDOS**

Art. 283. O aluno que tenha cursado, com aproveitamento, qualquer disciplina em estabelecimento de ensino superior autorizado ou reconhecido, poderá solicitar à Divisão de Registro Escolar o seu aproveitamento.

§1º A Divisão de Registro Escolar encaminhará a solicitação ao Departamento a que estiver vinculada a disciplina, objeto do pedido de aproveitamento, que, em função das compatibilidades do conteúdo e da carga horária, retornará o seu parecer conclusivo.

§2º A Divisão de Registro Escolar submeterá o parecer do Departamento ao visto do Coordenador do Curso a que o requerente esteja vinculado ou se vinculará, de forma a manter a coerência de pareceres sobre o mesmo conteúdo programático.

§3º Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrado por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas dos sistemas de ensino.

§4º O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá normas que poderão permitir o aproveitamento de disciplina cujo conteúdo contemple conhecimento adquirido anteriormente pelo discente, considerado, após avaliação, satisfatório para a integralização da disciplina.

**CAPÍTULO V
DA VERIFICAÇÃO DO RENDIMENTO ACADÊMICO**

Art. 284. A verificação do rendimento acadêmico será feita por disciplina, abrangendo sempre os aspectos de assiduidade e verificação de aprendizagem, sendo ambos eliminatórios.

§1º Entende-se por assiduidade a frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas desenvolvidas dentro da carga horária



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

integralizada de uma disciplina, ficando automaticamente reprovado aquele que deixar de comparecer a mais de 25% desta carga horária, vedado qualquer abono de faltas.

§2º A verificação da aprendizagem em qualquer disciplina é feita através de trabalhos escolares e de uma prova final, cujas normas de realização são definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§3º São considerados trabalhos escolares:

- I - relatórios;
- II - elaboração ou execução de projetos;
- III - trabalhos práticos;
- IV - arguições escritas e orais;
- V - exercícios;
- VI - realização de seminários;
- VII - pesquisas;
- VIII - provas;
- IX - outros.

§4º A verificação de aprendizagem será registrada através de pontos nos trabalhos escolares, em cada disciplina, expressos numa escala de 0(zero) a 10(dez), em números com uma casa decimal.

§5º Estará automaticamente aprovado na disciplina, o aluno que obtiver a frequência mínima e uma média parcial igual ou superior a 7,0(sete) nos trabalhos escolares concernentes às 3(três) avaliações parciais, respectivamente, com pesos 2, 3 e 4, para as primeira, segunda e terceira avaliações.

§6º Se o aluno não obtiver, nos trabalhos escolares referidos no parágrafo anterior, média parcial igual ou superior a 7,0(sete), para ser aprovado, na respectiva disciplina, além da frequência mínima exigida, ele deverá submeter-se a uma prova final e obter nesta um total de pontos suficiente que culmine, em conjunto com a média parcial, em uma média ponderada igual ou superior a 5,0(cinco), sendo considerados pesos 7 e 3, respectivamente, para a média parcial e para a prova final.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

§7º Estará automaticamente reprovado em uma disciplina o aluno que não obtiver a frequência mínima exigida e/ou obtiver uma média parcial menor que 3,5(três vírgula cinco) nos trabalhos escolares concernentes às 3(três) avaliações parciais.

§8º Todas as avaliações terão caráter acumulativo.

Art. 285. É obrigatória a divulgação dos resultados das verificações até 10 (dez) dias corridos após a sua realização.

Art. 286. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecerá normas para medir a eficiência acadêmica do estudante por meio de coeficiente de rendimento escolar.

Art. 287. A Divisão de Registro Escolar procederá as anotações que se fizerem necessárias à vida acadêmica do aluno, evitando dúvidas quanto a diferentes critérios de avaliação ocorridos durante o seu curso, estabelecendo as devidas correlações.

Art. 288. A verificação do rendimento escolar nos cursos de pós-graduação será definida de acordo com normas aprovadas pelos respectivos Colegiados de curso e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

I - na duração do curso, quanto ao mínimo, as prescrições fixadas pelo Conselho Federal de Educação e, quanto ao máximo, as previstas no respectivo regimento;

II - na execução do programa de pós-graduação, além de elaboração de tese, dissertação ou trabalho equivalente, o aluno deverá cursar certo número de matérias relativas à sua área de concentração e ao domínio conexo;

III - por área de concentração entende-se o campo específico de conhecimentos que constituirá objeto de estudos, e por domínio conexo, o conjunto das disciplinas não pertencentes àquele campo, mas consideradas convenientes ou necessárias para completar sua formação;

IV - os cursos deverão oferecer elenco variado de disciplinas, a fim de que o candidato possa exercer opção;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

V - os programas de trabalho caracterizar-se-ão pela flexibilidade, deixando-se liberdade de iniciativa ao aluno, que receberá assistência de um orientador;

VI - as atividades do curso constarão de aulas, seminários, trabalhos de pesquisa e, nos casos que o comportarem, de atividades de laboratório.

Art. 289. Para obtenção do grau de mestre o regimento interno estabelecerá, entre outras, as seguintes condições:

I - aprovação em todas as disciplinas exigidas pelo plano curricular;

II - apresentação de dissertação ou trabalho equivalente em que o aluno revele o domínio do tema escolhido, capacidade de sistematização e pesquisa bibliográfica;

III - aprovação da dissertação ou trabalho equivalente por 03(três) doutores, especialistas na área, um dos quais poderá ser o orientador;

IV - prova de capacidade de tradução de um texto específico em língua estrangeira.

Art. 290. Para obtenção de grau de doutor, o regimento deverá estabelecer, entre outras, as seguintes exigências:

I - aprovação em todas as disciplinas exigidas pelo plano curricular;

II - apresentação de tese que constitua contribuição significativa para conhecimento do tema;

III - aprovação em defesa de tese por 5(cinco) doutores, especialistas na área;

IV - prova de capacidade de tradução de textos em duas línguas estrangeiras.

§1º Deverão participar da comissão examinadora especialistas externos à Universidade.

§2º O orientador do candidato poderá a critério do colegiado do curso, fazer parte da comissão, sendo os demais membros indicados pelo colegiado do curso.

Art. 291. A defesa de tese ou dissertação realizar-se-á em sessão pública.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**CAPÍTULO VI
DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO**

Art. 292. Os cursos de especialização e aperfeiçoamento distinguem-se dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, mestrado e doutorado, por não conferirem grau acadêmico e destinam-se aos graduados em nível superior.

Art. 293. Os cursos de especialização têm origem no processo de aperfeiçoamento e experiência do candidato no estudo, pesquisa e trabalho intensivo em área específica de conhecimento, alcançando alto grau de proficiência e entendimento.

Art. 294. Os cursos de aperfeiçoamento, emergentes de processo contínuo e progressivo de aprimoramento, abrangem uma ou mais áreas de estudos básicos, complementares ou específicos, realizados sob a forma de ensino e pesquisa.

Art. 295. Os cursos de especialização e aperfeiçoamento, orientados pelos princípios básicos da educação permanente, têm por objetivos:

- I - especializar e aperfeiçoar graduados em nível superior;
- II - desenvolver atividade científica no trabalho, bem como aprimorar o espírito de cooperação no exercício da profissão e da própria vida.

Art. 296. Os cursos de especialização e aperfeiçoamento serão de caráter permanente ou transitório e constituem categoria específica de formação, tendo por objeto o domínio científico ou técnico de uma área limitada do saber.

Art. 297. Nos cursos de especialização $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos docentes deverão fazer parte do quadro da UFERSA.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

Art. 298. Caberá ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, emitir parecer sobre a criação dos cursos de especialização e aperfeiçoamento e sobre suas normas gerais, e enviar ao CONSUNI para apreciação e deliberação.

**CAPÍTULO VII
DOS CURSOS DE EXTENSÃO E OUTROS**

Art. 299. Os cursos de extensão serão oferecidos à comunidade com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com o seu conteúdo e o sentido que assumam em cada caso.

Art. 300. A Universidade poderá instituir outros cursos exigidos pelo desenvolvimento da cultura de interesse e necessidade local ou regional, observado o disposto no Capítulo anterior.

**CAPÍTULO VIII
DO SISTEMA DE CRÉDITOS**

Art. 301. O crédito corresponde a quinze horas de preleção teórica, a trinta horas de trabalho de laboratório, aulas práticas, seminários, simpósios, estudos dirigidos, leituras programadas e pesquisas bibliográficas e a quarenta e cinco horas quando se tratar de estágios supervisionados.

Art. 302. Compete aos departamentos, ouvido o colegiado de curso, fixar o número de créditos conferidos pelas disciplinas que os integram, submetendo a matéria para apreciação e deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e posteriormente ao Conselho Universitário.

Parágrafo único. Em nenhum caso será atribuído crédito às horas correspondentes a:

I - provas e exames;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

II - estudos e exercícios de iniciativa individual;

III - disciplinas ou estágios supervisionados em que o aluno haja sido reprovado, quer por não aproveitamento, quer por falta de frequência, ou ambos.

CAPÍTULO IX
DAS VAGAS

Art. 303. As vagas por disciplina serão distribuídas de modo a:

I - assegurar o início e prosseguimento do curso a alunos da Universidade;

II - facultar, quando possível, a matrícula de:

- a) alunos matriculados em curso da Universidade, interessados no enriquecimento do currículo;
- b) alunos que não conseguiram êxito na disciplina em semestres anteriores;
- c) candidatos externos aos cursos da Universidade.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**TÍTULO X
DA COMUNIDADE ACADÊMICA**

Art. 304. A comunidade acadêmica é constituída por docentes, discentes e técnico-administrativos, diversificados nas suas funções e atribuições e unificados nas finalidades e objetivos da Universidade.

Art. 305. Os membros da comunidade acadêmica devem pautar sua convivência nos princípios institucionais, de humanização e respeito às pessoas, na legislação superior vigente, bem como nas normas emanadas no Estatuto da UFERSA, neste Regimento Geral, nas Resoluções e demais documentos institucionais.

**CAPÍTULO I
DO CORPO DOCENTE**

Art. 306. O Corpo Docente da Universidade é constituído por integrantes do magistério superior que exerçam atividades de ensino, pesquisa e extensão ou ocupem cargos administrativos ou técnicos, na qualidade de docente.

Art. 307. O estabelecimento de categorias, o ingresso, a nomeação, a posse, o regime de trabalho, a promoção, a avaliação, deveres, direitos, penalidades e vantagens, o acesso à aposentadoria e a dispensa, obedecerão ao disposto no Estatuto da UFERSA, neste Regimento Geral e na legislação vigente.

Art. 308. Entende-se por atividade do pessoal docente do ensino superior as:

- I - pertinentes às atividades de ensino;
- II - pertinentes às atividades de pesquisa que visem a produção, ampliação e a produção do conhecimento e de novas tecnologias;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

III - pertinentes à atividade de extensão, que estendam à comunidade sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e o resultado das pesquisas;

IV - atividades inerentes à direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria Universidade e em órgãos do Ministério da Educação;

Parágrafo único. As atividades de orientação educacional e supervisão pedagógica são consideradas como assessoramento.

Art. 309. São privativas da carreira do magistério superior, as funções de administração acadêmica.

Art. 310. Independente dos docentes integrantes da carreira do magistério poderá haver o Professor Especial, profissional com saber acadêmico, científico, político, comunitário e técnico, que se disponha a prestar serviços voluntários, sem ônus para a instituição.

Parágrafo único. A admissão do Professor Especial deverá ser feita através de normas estabelecidas pelo Conselho Universitário, e desde que seja assegurada a inexistência de vínculo empregatício com a Instituição, poderá esse ter seus rendimentos vinculados a projetos ou serviços prestados, enquanto ministram aulas na Universidade.

Art. 311. Ao entrar em exercício no serviço público o servidor nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por um período de 36(trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores:

- I - assiduidade;
- II - disciplina;
- III - capacidade de iniciativa;
- IV - produtividade;
- V - responsabilidade.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 312. A efetivação de um docente, após o seu estágio probatório, ficará sujeita à comprovação de sua qualificação didático-pedagógica em cursos que totalizem no mínimo 75 horas/aulas, promovidos pela Universidade ou não, e ainda sujeito à análise do relatório da Comissão Permanente de Pessoal Docente.

Art. 313. Poderá haver contratação de professor visitante na forma determinada pela lei vigente.

Parágrafo único. O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado, regulamentado pelo Conselho Universitário.

Art. 314. Poderá haver contratação de professor temporário na forma determinada pela legislação vigente, para substituições eventuais de docentes da carreira de Magistério Superior.

Parágrafo único. O recrutamento será feito mediante processo seletivo simplificado, regulamentado pelo Conselho Universitário.

Art. 315. Caberá ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão obedecida à legislação vigente, a opção pelo regime de trabalho do professor temporário a ser contratado.

SECÇÃO I
DA CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Art. 316. A carreira de Magistério Superior compreende as seguintes classes de professores:

- I - professor titular;
- II- professor associado;
- III - professor adjunto;
- IV - professor assistente;
- V - professor auxiliar.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

Parágrafo único. Cada classe compreende quatro níveis, numerados de 1(um) a 4(quatro), exceto a de professor titular, que possui nível único.

Art. 317. É vedado ao pessoal docente:

I - deixar de cumprir programa sob seu encargo ou horário de trabalho a que esteja obrigado a observar, sem motivo considerado justo pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

II - faltar, sem motivo justificado, a provas e a exames cuja aplicação lhe caiba;

III - faltar, sem motivo justificado, a aulas e a compromissos acadêmicos sob seu encargo;

IV - deixar de apresentar, nos prazos fixados, planos de ensino, relatórios e trabalhos sob seu encargo, bem como os diários de classe encerrados com os respectivos resultados das avaliações e frequências lançados;

V - recusar-se, sem motivo justificado, a fornecer informações quando formalmente solicitadas por autoridade competente.

SECÇÃO II

DO CONCURSO PÚBLICO PARA DOCENTES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR

Art. 318. O ingresso na Carreira de Magistério Superior dar-se-á mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, com nomeação e posse na classe e/ou nível para a qual tenha concorrido o candidato, observadas, em qualquer caso, as prescrições da Lei nº 12.772/2012 e demais legislações pertinentes. [\(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014\).](#)

Art. 319. O concurso para carreira de magistério superior da UFERSA deverá ser coordenado pela Comissão Permanente de Processo Seletivo, que deverá considerar o seguinte:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Parágrafo único. Para inscrição no concurso a que se refere este artigo, serão exigidos os seguintes itens:

- I - diploma de graduação em curso superior, para a classe de professor auxiliar;
- II - grau de Mestre, para a classe de professor assistente;
- III - título de Doutor ou de livre-docente, para as classes de professor adjunto, associado e titular.

Art. 320. O provimento nos cargos da Carreira de Magistério Superior será feito de acordo com a legislação vigente, observando-se, ainda, as normas expressas neste Regimento Geral, dentre outras que venham a ser baixadas pelo Conselho Universitário. [\(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014\).](#)

§1º Os atos de provimento, de exoneração ou de demissão nos cargos da Carreira de Magistério Superior serão da competência do Reitor. [\(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014\).](#)

§2º A redistribuição de docente para a Instituição, ou dela para outra, deverá ser aprovada pelo Conselho Universitário, baseado em parecer do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 321. Os concursos serão divulgados através de edital, afixado no âmbito da Instituição e publicado na imprensa, onde estarão determinados prazos, datas de inscrições, calendário e demais informações necessárias.

Parágrafo único. O edital deverá ser publicado no Diário Oficial da União e seu extrato em jornal de grande circulação da região ou do estado, de acordo com a legislação vigente, devendo haver ampla divulgação nacional, especialmente nas Universidades e Empresas de Pesquisa.

Art. 322. Serão realizadas provas de títulos, didática e escrita nos concursos para todas as classes da carreira do magistério superior.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 323. A prova de títulos constará de apreciação do *Curriculum Vitae* do candidato dando-se preferência aos seguintes elementos comprobatórios de seu mérito:

I - (Revogado pela Emenda Regimental N° 09, de 31 de janeiro de 2014).

II - realizações de natureza técnica ou profissional, particularmente as de interesse coletivo e as relacionadas com a disciplina do concurso;

III - trabalhos científicos ou estudos e pareceres relacionados com a disciplina do concurso;

IV - outras atividades didáticas e de administração acadêmica;

V - titulação acadêmica;

Parágrafo único. A prova de título não tem caráter eliminatório.

Art. 324. A prova didática, perante a banca examinadora, constará de uma aula, podendo ser expositiva e/ou prática, de acordo com as peculiaridades da disciplina, apresentada em um tempo entre 40(quarenta) e 60 (cinquenta) minutos, sobre o ponto sorteado com 24(vinte e quatro) horas de antecedência dentre uma lista de temas compreendendo assuntos do programa de ensino da disciplina.

Parágrafo único. A lista de pontos referida neste artigo constará de 10(dez) assuntos sobre a disciplina do concurso.

Art. 325. A prova escrita visará aferir profundidade de conhecimentos teóricos do candidato sobre a disciplina do concurso.

Art. 326. A banca examinadora deverá abrir o envelope lacrado da prova escrita e efetuar o julgamento dos originais sem que quaisquer observações ou anotações sejam ali inseridas, salvo a rubrica de cada um dos seus membros nas páginas de cada prova examinada. (Redação dada pela Emenda Regimental N° 04, de 27 de setembro de 2012).

Parágrafo único. Cada prova será avaliada pelos membros da comissão julgadora, individualmente em uma ficha de avaliação fornecida pela comissão, que deverá ser entregue a Comissão Permanente de Processo Seletivo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 327. As bancas examinadoras, compostas de 03 (três) membros que ministrem ou tenham ministrado disciplina da área objeto do concurso ou, ainda, que tenham graduação ou mestrado ou doutorado na área objeto do concurso, devem ser aprovadas pelo Conselho Universitário. (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).

I - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).

II - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).

III - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).

IV - (Revogado pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).

Parágrafo único. Os membros de Bancas Examinadoras deverão possuir, no mínimo, a mesma titulação acadêmica do candidato com maior titulação no certame. (Incluído pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).

Art. 328. O julgamento da prova didática deverá ser feito por cada membro individualmente em fichas de avaliação fornecida pela Comissão Permanente de Processo Seletivo que deverão ser entregues a Comissão imediatamente após a apresentação dos candidatos.

Art. 329. O julgamento dos concursos para provimento dos cargos da Carreira de Magistério Superior será feito de acordo com as leis vigentes, o Estatuto da UFERSA, o Regimento Geral e normas estabelecidas pelo Conselho Universitário. (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).

§1º Serão aprovados os candidatos com nota final mínima igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero), em uma escala de 0 a 10 (zero a dez), com uma casa decimal.

§2º Em caso de empate, deve-se considerar para o desempate, em ordem decrescente de importância:

- a) a maior nota na prova escrita;
- b) a maior a nota na prova didática;
- c) o maior número de pontos decorrentes de atividades didáticas na área;
- d) o maior número de pontos em trabalhos publicados na área;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

e) a maior titulação;

f) o mais idoso.

§3º (Revogado pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).

Art. 330. Findo o concurso, a Comissão Permanente de Processo Seletivo emitirá um parecer fundamentado e minucioso de todas as suas ocorrências, classificando os candidatos por ordem decrescente da nota final, que deverá ser encaminhado ao Conselho Universitário, para homologação.

Art. 331. Após a publicação do resultado de cada etapa concurso, caberá interposição de recurso contra os atos da Banca Examinadora, devidamente dirigidos à Comissão Permanente de Processo Seletivo, que deverá encaminhá-lo imediatamente à Banca Examinadora para fins de análise e julgamento. (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).

§ 1º Após a divulgação do resultado de cada etapa do concurso, o candidato terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para interposição de recurso. (Incluído pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).

§ 2º O Edital do Concurso poderá prescrever a interposição de recurso apenas por meio eletrônico. (Incluído pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).

§ 3º O julgamento da Banca Examinadora será, em qualquer caso, devidamente fundamentado por meio de uma decisão clara, explícita e congruente. (Incluído pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).

Art. 332. Homologado o concurso, o Reitor providenciará a nomeação e efetivação do candidato ou candidatos para a vaga ou vagas anunciadas no edital, observada a ordem de classificação.

§1º O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período. (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

§2º Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas, ou de provas e títulos, será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo na Carreira de Magistério Superior. (Redação dada pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).

§3º (Revogado pela Emenda Regimental Nº 09, de 31 de janeiro de 2014).

**SECÇÃO III
DA PROGRESSÃO**

Art. 333. Para os docentes integrantes da Carreira de Magistério Superior haverá progressão funcional de acordo com a legislação em vigor.

§1º A progressão funcional, em qualquer caso ou classe docente, dependerá de parecer favorável da Comissão Permanente de Pessoal Docente.

§2º As normas que estabelecem os critérios para progressão funcional devem ser revistas e adequadas pelo Conselho Universitário a cada 4(quatro) anos.

**SECÇÃO IV
DO REGIME DE TRABALHO**

Art. 334. O professor do Magistério Superior será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

I - dedicação exclusiva, com obrigação de prestar 40(quarenta) horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada;

II - tempo integral de 40(quarenta) horas semanais de trabalho;

III - tempo parcial de 20(vinte) horas semanais de trabalho.

§1º No regime de Dedicção Exclusiva admitir-se-á:

a) participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de magistério;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

b) participação em comissões julgadoras ou verificadoras, relacionadas com o ensino ou a pesquisa;

c) colaboração esporádica, com tempo determinado, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela Instituição, de acordo com as normas aprovadas pelo Conselho Universitário.

§2º A jornada correspondente a cada regime de trabalho destinar-se-á ao desempenho de atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração acadêmica ou da Universidade, conforme plano de trabalho aprovado pelo Departamento em que o professor tenha exercício.

Art. 335. O pessoal docente terá direito a 45(quarenta e cinco) dias de férias anuais, feitas as competentes escalas de modo a assegurar o funcionamento contínuo da Instituição, sem prejuízos dos programas de ensino, pesquisa e extensão, que serão gozadas na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. Os docentes cedidos pela Instituição a órgãos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, fazem jus a 30 dias de férias.

Art. 336. Ao pessoal docente é vedado o gozo de férias durante período letivo.

Art. 337. O professor da Carreira do Magistério Superior da Instituição poderá ser redistribuído para outra Instituição Federal de Ensino Superior, de acordo com a legislação em vigor e a aprovação do Conselho Universitário.

**SECÇÃO V
DOS AFASTAMENTOS E AUSÊNCIAS**

Art. 338. Além dos casos previstos na legislação vigente, o ocupante de cargo ou emprego do magistério superior poderá ausentar-se de suas atividades normais, assegurados



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão da docência, observada resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Universitário que contenha:

I - para realização de cursos de pós-graduação, ao nível de aperfeiçoamento ou especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado em instituições de ensino superior nacionais ou estrangeiras;

II - para prestar colaboração temporária a outra instituição de pesquisa ou de ensino superior;

III - para participação em congresso ou reuniões relacionadas com atividades acadêmicas;

IV - para participar de órgãos de deliberação coletiva ou de outros relacionados com as funções acadêmicas;

V - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança em um outro órgão ou entidade dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§1º O prazo de autorização do afastamento previsto no inciso I deste artigo será regulamentado pelo Conselho Universitário e dependerá da natureza da proposta de aperfeiçoamento ou especialização, não podendo exceder, em nenhuma hipótese, o prazo de 4(quatro) anos, após o qual o servidor perderá o cargo ou emprego na Instituição.

§2º A concessão do afastamento a que se refere o inciso I importará no compromisso de, ao seu retorno, o docente permanecer, obrigatoriamente, na Instituição, por tempo igual ao do afastamento, incluídas as prorrogações, sob pena de indenização de todas as despesas.

§3º A solicitação de afastamento para aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado deverá ser apreciada pela Comissão Permanente de Pessoal Docente.

§4º Aplica-se o disposto neste artigo, no que couber, ao docente da UFERSA que realizar curso de pós-graduação no âmbito da Instituição.

**SECÇÃO VI
DOS DIREITOS E DEVERES**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 339. Constituem deveres e atribuições do professor da carreira de magistério superior:

- I - cumprir o regime de trabalho a que estiver afeto;
- II - cumprir integralmente o programa de trabalho sob sua responsabilidade, de acordo com as determinações do respectivo Departamento;
- III - ministrar os programas de ensino das disciplinas sob sua responsabilidade;
- IV - ser avaliado de acordo com a legislação em vigor e por seus alunos, nas disciplinas em que ministrar aulas, de acordo com normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- V - dirigir e orientar alunos nos trabalhos e na elaboração de projetos;
- VI - dirigir e orientar trabalhos de pesquisas;
- VII - participar das reuniões dos Órgãos Colegiados da Instituição quando a eles pertencer;
- VIII - fazer parte das comissões examinadoras e de comissões especiais quando for designado ou eleito;
- IX - cumprir as disposições regimentais da Instituição;
- X - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- XI - ser leal à Instituição;
- XII - observar as normas legais e regulamentares;
- XIII - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- XIV - atender com presteza;
- XV - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- XVI - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público sob a guarda da Instituição;
- XVII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;
- XVIII - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- XIX - ser assíduo e pontual ao serviço;
- XX - tratar com urbanidade as pessoas;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

XXI - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

**SECÇÃO VII
DAS PENALIDADES APLICÁVEIS AO CORPO DOCENTE**

Art. 340. O pessoal docente estará sujeito às seguintes sanções disciplinares:

- a) advertência;
- b) suspensão de 1(um) a 8(oito) dias;
- c) suspensão de 9(nove) a 30(trinta) dias;
- d) afastamento temporário
- e) demissão.

§1º As sanções previstas neste artigo serão aplicadas na seguinte forma:

I - advertência:

- a) por transgressão de prazos regimentais ou falta de comparecimento a atos da Universidade para os quais tenha sido convocado, salvo causa justificada;
- b) pelo não comparecimento aos trabalhos na Universidade e aos exames aprazados sem justificativas;
- c) pelo não cumprimento integral do programa ou carga horária de disciplina de sua responsabilidade;
- d) pelo atraso na entrega das notas, diários de classe e programa de disciplina;
- e) por desrespeito a qualquer disposição explícita no estatuto da UFERSA, neste Regimento, nas normas e resoluções emanadas do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e do Conselho Universitário;

II - suspensão de 1(um) a 8(oito) dias:

- a) por reincidência nas faltas previstas no inciso I;
- b) por falta de acatamento às determinações das autoridades Universitárias ou constantes em Lei e neste Regimento Geral;

III - suspensão de 9(nove) a 30(trinta) dias ocorrerá por reincidência nas faltas previstas no inciso II;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

IV - afastamento temporário por reincidência nas faltas previstas no inciso III;

V - demissão:

a) por reincidência nas faltas previstas no inciso IV;

b) por abandono das funções, sem licença, durante mais de 30(trinta) dias consecutivos;

c) por incompetência científica, incapacidade no desempenho de suas funções ou prática de atos incompatíveis com a moralidade e a dignidade da vida acadêmica;

d) quando condenado por infração legal que implique na perda do emprego.

§2º Em todos os casos devera ser instaurado um processo administrativo disciplinar garantindo a ampla defesa.

§3º As penas de advertência e suspensão de 1(um) a 8 (oito) dias é de competência do Reitor da Instituição.

§4º Nos casos de suspensão entre 9(nove) e 30(trinta) dias, afastamento temporário e demissão, a pena será imposta mediante processo administrativo, no qual atuará uma comissão de três docentes indicados pelo Conselho Universitário, cujo resultado está sujeito à apreciação deste Colegiado.

§5º Contra a decisão que aplicar a penalidade prevista no parágrafo anterior caberá recurso administrativo, no prazo de 10(dez) dias, para o Conselho Universitário.

CAPÍTULO II
DO CORPO DISCENTE

Art. 341. O corpo discente é constituído por estudantes regulares, não regulares e especiais.

§1º O estudante regular é aquele matriculado nos cursos de graduação, pós-graduação e cursos sequenciais, com inscrição em disciplinas no semestre.

§2º O estudante não regular é aquele com matrícula institucional, sem inscrição em disciplinas no semestre, nos cursos de graduação, pós-graduação e cursos sequenciais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

§3º O estudante especial é aquele matriculado em disciplinas isoladas, em curso de extensão, aperfeiçoamento ou atividades correlatas, tendo direito a certificado de estudo cabíveis à atividade desenvolvida por este.

Art. 342. O ato de matrícula na Universidade importará em compromisso formal do discente de respeito ao presente Estatuto da UFERSA, Regimentos, Resoluções e Portarias, constituindo falta punível o seu desatendimento ou transgressão.

Art. 343. Os estudantes regulares terão representação com direito a voz e voto nos Colegiados da Universidade, junto aos Departamentos, na forma do Estatuto da UFERSA e dos Regimentos.

Art. 344. A Universidade prestará, de acordo com suas disponibilidades financeiras e orçamentárias, assistência ao corpo discente, sem prejuízo de suas responsabilidades com os demais membros da comunidade acadêmica, fomentando dentre outras iniciativas:

- I - programa de alojamento;
- II - promoção de natureza cultural, artística, comunitária, recreativa e esportiva;
- III - programa de bolsas de: estudo, atividade, trabalho, extensão, iniciação científica, estágio e monitoria;
- IV - programas voltados para atividades políticas e ações democráticas, pressupostos para a formação do cidadão;
- V - condições para participação dos discentes em cursos, seminários e congressos que venham acrescentar algo à sua cidadania e ou formação profissional;
- VI - programa de monitoria selecionando monitores dentre os alunos dos cursos de graduação, que demonstrem capacidade de desempenho em atividades já cursadas;
- VII - programa de bolsas que objetivem assegurar aos alunos de graduação, de renda familiar mais baixa, o custeio parcial de suas despesas pessoais, durante o período regular de conclusão do curso, mediante o exercício de uma atividade, nas áreas administrativa, de pesquisa, de produção e de extensão, em setores específicos da Instituição.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

§1º A seleção de alunos para as bolsas será feita dentre os alunos de graduação, de acordo com os recursos disponíveis, exclusivamente para os mais carentes e que não participam do programa de monitoria ou outro da Instituição.

§2º A seleção de bolsistas dar-se-á de acordo com normas estabelecidas pelo Conselho Universitário.

§3º A seleção dos monitores dar-se-á de acordo com normas estabelecidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Universitário.

Art. 345. Para representar o corpo discente será organizado pelos estudantes um Diretório Central e Centros Acadêmicos dos Cursos, com plena autonomia de exercício, sendo assegurado espaço físico com adequada condição de funcionamento para os mesmos.

**SECÇÃO I
DOS DIREITOS E DEVERES DOS DISCENTES**

Art. 346. São deveres do corpo discente:

I - frequentar obrigatoriamente as aulas das disciplinas em que esteja inscrito no período letivo, não podendo o total das faltas ultrapassar o limite estabelecido na legislação vigente;

II - concluir o curso até o prazo máximo fixado pela legislação para a integralização do seu currículo;

III - atender aos dispositivos regimentais no que se refere à organização didática, especialmente a frequência, execução dos trabalhos escolares e provas;

IV - zelar pelo asseio e conservação do patrimônio da Instituição;

V - abster-se de atos que possam importar em perturbações da ordem, ofensa aos costumes e desrespeito aos professores e às autoridades acadêmicas;

VI - contribuir, na esfera de sua ação, para o prestígio da Instituição;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

VII - acatar as disposições do Estatuto da Ufersa, deste Regimento Geral e dos Regimentos Internos, zelando pela sua fiel execução, bem como resoluções e decisões dos Conselhos, atos da Direção e da Legislação Vigente.

Art. 347. São direitos do aluno:

I - receber o ensino referente aos cursos em que se matriculou;

II - participar, com direito a voz e voto, dos Órgãos Colegiados que constituem a administração da Instituição, na forma do Estatuto da Ufersa e deste Regimento Geral;

III - participar das atividades promovidas pela Instituição, como membro da comunidade Universitária, constituída de professores, alunos e pessoal técnico-administrativo;

IV - fazer parte de Centro Acadêmico e de sua Associação Atlética, ou equivalentes, na Instituição;

V - fazer parte de outras associações que venham a ser constituídas ao nível do corpo discente.

Art. 348. O aluno da Ufersa goza de gratuidade em seus estudos de graduação e pós-graduação.

SECCÃO II

DAS PENAS APLICÁVEIS AO CORPO DISCENTE

Art. 349. Os membros do corpo discente da Instituição estão sujeitos às seguintes sanções disciplinares:

I - repreensão;

II - suspensão de 1(um) a 8(oito) dias;

III - suspensão de 9(nove) a 30(trinta) dias;

IV - trancamento da Matrícula na Instituição.

Art. 350. As penalidades são aplicáveis na seguinte forma:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

I – repreensão, por desobediência às determinações da Reitoria da Instituição ou dos colegiados Superiores;

II - suspensão de 1(um) a 8(oito) dias, por:

a) causar prejuízo material ao patrimônio da Instituição, ficando ainda o aluno na obrigação de substituir, ou de indenizar o objeto danificado, feita a necessária avaliação, independentemente das sanções criminais, caso cabíveis;

b) inutilização de avisos ou editais fixados pela administração ou retirada, sem prévia permissão da autoridade competente, de objeto ou documento em qualquer dependência da Instituição;

c) improbidade na execução dos trabalhos escolares, tal como dar ou receber "cola" e outros;

d) prática de atos incompatíveis com o decoro ou a dignidade da vida acadêmica;

e) desrespeito ou injúria ao Reitor da Instituição ou a qualquer membro dos corpos docente e técnico-administrativo;

f) ofensa de qualquer natureza ou agressão a outro discente ou a servidor da Instituição, no recinto de qualquer espaço da mesma;

g) perturbação do andamento normal dos trabalhos escolares ou administrativos;

h) tentativa de quebra de sigilo de provas e exames.

III - suspensão de 9(nove) a 30(trinta) dias na reincidência das alíneas anteriores;

IV - trancamento de matrícula na Instituição por um semestre em:

a) atos desonestos, incompatíveis com a dignidade da Instituição;

b) delitos sujeitos à ação penal, desde que comprovada a culpabilidade e aplicada pena de no mínimo 1(um) ano;

c) reincidência de suspensão entre 9(nove) e 30(trinta) dias.

§1º A colação de grau será postergada para o semestre posterior ao previsto, por delitos cometidos após o cumprimento das exigências necessárias para a conclusão do curso.

§2º A aplicação das penas de repreensão e de suspensão de 1(um) a 8(oito) dias é de competência do Reitor.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

§3º As aplicações das penas de suspensão de 9(nove) até 30(trinta) dias, de trancamento de matrícula na instituição, e de postergação da colação de grau, são de competência do Conselho Universitário.

§4º As penas disciplinares constarão do histórico escolar do aluno.

§5º As aulas perdidas no período em que o aluno estiver suspenso serão computadas como faltas.

§6º Aos trabalhos escolares que o aluno perder em virtude de suspensão serão atribuídas notas zero.

Art. 351. Na aplicação das sanções, serão observadas as seguintes prescrições:

I - a repreensão será feita por escrito;

II – as aplicações das penas de competência do Reitor serão feitas mediante Portaria e as de competência do Conselho Universitário por meio de decisão, seguida de Portaria do Reitor.

§1º A suspensão de 1(um) a 8(oito) dias independe de instauração de processo, devendo, porém, a autoridade administrativa conceder oportunidade para que o estudante ofereça justificativa.

§2º As penas de suspensão de 9(nove) a 30(trinta) dias, de trancamento de matrícula na instituição e postergação da colação de grau, demandam prévia abertura de processo administrativo, ordenada pelo Reitor, procedido por comissão de dois docentes e um discente, um dos quais indicado para Presidente, assegurando-se ao indiciado defesa plena.

§3º Será de 30(trinta) dias o prazo de conclusão do processo administrativo disciplinar, prorrogável somente por mais 30(trinta) dias, por motivo de força maior, pela autoridade que tiver determinado sua instauração.

§4º A convocação para qualquer ato de processo disciplinar será feita por escrito e, ao revel, por edital interno à Instituição.

§5º Durante o processo disciplinar, o acusado não poderá trancar matrícula e nem ter a sua transferência concedida para outra instituição de ensino superior.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

§6º Ultimada a instrução, citar-se-á o indiciado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar defesa, sendo-lhe facultada vista do processo na própria Instituição e se houver mais de um indiciado, o prazo será comum de 15(quinze) dias.

§7º Achando-se o indiciado em lugar incerto, será citado por edital, com prazo de 15 (quinze) dias.

§8º Para o indiciado revel será designado "ex-ofício" um defensor.

§9º A pena disciplinar será comunicada ao aluno, por escrito ou por edital, caso revel, com indicação dos artigos infringidos, e deverá ser aplicada em período letivo.

Art. 352. Qualquer docente, discente ou servidor técnico-administrativo poderá, de forma fundamentada, representar contra aluno reputado faltoso.

Art. 353. Das penalidades impostas pelo Reitor da Instituição, caberá recurso para o Conselho Universitário, no prazo de 5(cinco) dias úteis, contados a partir da data do ato administrativo.

**SECÇÃO III
DA REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL**

Art. 354. O corpo discente terá representação, com direito à voz e voto, nos Órgãos Colegiados e em comissões cuja constituição assim o preveja, na forma do Estatuto da UFERSA e deste Regimento Geral.

Art. 355. Os representantes junto aos Órgãos Colegiados acadêmicos e Departamentos da Instituição deverão ser alunos regularmente matriculados.

**SECÇÃO IV
DOS ÓRGÃOS ESTUDANTIS**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

Art. 356. O Diretório Central dos Estudantes e os Centros Acadêmicos, serão regulamentados por Estatutos próprios, elaborados e aprovados de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. Constituem as finalidades precípua do Diretório Central dos Estudantes, ou equivalente:

I - promover a aproximação e a solidariedade entre o corpo discente, docente e técnico-administrativo deste estabelecimento;

II - preservar as tradições estudantis, a probidade da vida universitária, o patrimônio moral e material da Instituição e a harmonia entre os diversos organismos da estrutura universitária;

III - organizar reuniões e assembleias gerais de caráter cívico social, cultural, científico, técnico, artístico e desportivo, visando à complementação e ao aprimoramento da formação acadêmica;

IV - realizar intercâmbio e colaboração com entidades congêneres.

**CAPÍTULO III
DO CORPO SERVIDOR**

Art. 357. Entende-se por corpo servidor os docentes e servidores técnico-administrativo da UFERSA.

Art. 358. O Corpo Técnico administrativo é constituído dos servidores integrantes do quadro permanente, que exerçam atividades de apoio técnico-administrativas e operacionais, necessárias ao cumprimento dos objetivos da Universidade.

Art. 359. O Pessoal Técnico-administrativo compreende os servidores de nível auxiliar, nível intermediário e nível superior cujos direitos e deveres são regulamentados pela legislação em vigor.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 360. O Corpo Técnico-administrativo pode ter exercício em qualquer unidade acadêmica, administrativa ou em órgão suplementar da Instituição, observados a formação profissional e o cargo que ocupa.

Art. 361. A Instituição, dentro de suas possibilidades, deverá promover o aperfeiçoamento de seus servidores capacitando-os de modo a permitir seu desenvolvimento e qualificação, objetivando a melhoria dos serviços prestados e promoção funcional.

Art. 362. O provimento de emprego técnico-administrativo no quadro funcional da Instituição far-se-á ao nível inicial mediante habilitação em concurso público de acordo com a legislação vigente.

§1º O provimento de emprego também poderá ser feito através do processo de redistribuição ou remoção, observada a legislação pertinente.

§2º No concurso público deverá ser exigido um grau de instrução mínimo compatível para a função a ser exercida, de acordo com a legislação em vigor, cabendo ao Conselho Universitário estabelecer os requisitos mínimos que os candidatos deverão apresentar para exercerem suas funções.

§3º Cabe a Comissão Permanente de processo Seletivo de acordo com a legislação vigente realizar o concurso para admissão de servidor técnico-administrativo.

Art. 363. Todos os aspectos da vida funcional dos servidores, inclusive o regime disciplinar, são regulamentados por legislação específica que, para este efeito, se incorpora ao presente Regimento Geral.

Art. 364. O regime de trabalho e a progressão funcional dos servidores técnico-administrativos dar-se-ão de acordo com legislação específica vigente.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

Art. 365. Os servidores, que ocupam cargos ou funções de direção e cargos de natureza especial, terão substitutos indicados na mesma Portaria do Reitor pela qual foram nomeados os titulares.

Parágrafo único. A substituição será automática nos afastamentos ou impedimentos legais do titular, tendo o substituto direito à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia.

**SECÇÃO I
DA REDISTRIBUIÇÃO**

Art. 366. A Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo poder, com prévia apreciação do órgão central, de acordo com a legislação vigente, observados os seguintes preceitos:

- I - interesse da administração;
- II - equivalência de vencimentos;
- III - manutenção da essência das atribuições do cargo;
- IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;
- V - mesmo nível universitário, especialidade ou habilitação profissional;
- VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.

**SECÇÃO II
DO AFASTAMENTO**

Art. 367. O afastamento de ocupante de cargo ou emprego técnico-administrativo far-se-á na forma da legislação vigente e em observância às normas estabelecidas pelo Conselho Universitário.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**SECÇÃO III
DA DISPENSA E DA EXONERAÇÃO**

Art. 368. A dispensa dos servidores será a pedido ou de ofício, nos termos das normas legais e regulamentares pertinentes.

**SECÇÃO IV
DAS ATIVIDADES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS**

Art. 369. São consideradas atividades do Corpo Técnico-administrativo:

I - as relacionadas com a permanente manutenção e adequação de apoio técnico, administrativo e operacional, necessárias ao cumprimento dos objetivos institucionais, observadas as atribuições do cargo que ocupa;

II - as inerentes ao exercício de direção, chefia, coordenação, assessoramento, assistência e consultoria na própria instituição.

**SECÇÃO V
DA PROGRESSÃO FUNCIONAL**

Art. 370. A progressão funcional dos servidores Técnico-administrativos se faz de acordo com resolução do Conselho Universitário, respeitada a legislação vigente.

§1º A progressão funcional, em qualquer caso ou classe, dependerá de parecer favorável da CISPTAE.

§2º As normas que estabelecem os critérios para progressão funcional devem ser revistas e adequadas pelo Conselho Universitário no máximo a cada 4(quatro) anos.

**SECÇÃO VI
DO REGIME DISCIPLINAR DO SERVIDOR**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 371. A autoridade administrativa que tiver conhecimento de irregularidade no âmbito de sua responsabilidade é obrigada a promover a sua imediata apuração, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurando ao servidor ampla defesa.

Parágrafo único. As sanções disciplinares aplicadas não isentarão o infrator da apuração da sua responsabilidade civil e criminal, quando for o caso.

Art. 372. As denúncias sobre irregularidades no âmbito da Instituição podem ser formuladas por qualquer pessoa e serão apuradas com observância da legislação vigente, inobstante seja necessário para início de processo formal que contenha a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, a fim de ser confirmada a sua autenticidade.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada por falta de objeto.

Art. 373. O servidor responderá a sindicância ou a processo administrativo disciplinar, quando exercer irregularmente as suas atribuições, deixar de cumprir com os seus deveres e responsabilidades e incorrer nas proibições pertinentes ao seu cargo, emprego ou função pública, conforme previsto na lei vigente.

Art. 374. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de servidores efetivos, observadas as disposições legais em vigor.

§1º É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§2º O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§3º Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**SECÇÃO VII
DOS DEVERES**

Art. 375. São deveres do servidor:

- I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;
- II - ser leal à Instituição;
- III - observar as normas legais e regulamentares;
- IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- V - atender com presteza;
- VI - levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;
- VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público sob a guarda da Instituição;
- VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;
- IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X - ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI - tratar com urbanidade as pessoas;
- XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representado ampla defesa.

Art. 376. Ao servidor é proibido:

- I - ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do chefe imediato;
- II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III - recusar fé a documentos públicos;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário;

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

XX - recusar-se a atender designação de relocação funcional, quando se tratar de funções compatíveis com o cargo que ocupa.

SECÇÃO VIII
DAS PENALIDADES

Art. 377. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - destituição de cargo em comissão;

VI - destituição de função comissionada.

Art. 378. Na aplicação das penalidades serão considerados: a natureza e gravidade da infração, personalidade do agente e os danos que provierem para o Serviço Público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

§1º A aplicação da pena será, obrigatoriamente, precedida de sindicância ou processo administrativo disciplinar, de modo a assegurar o direito de defesa do acusado.

§2º O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

Art. 379. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do artigo 376, incisos I a VIII, XIX e XX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou outra norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 380. A suspensão será aplicada em casos de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder a 90(noventa) dias.

§1º Será punido com suspensão de até 15(quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos ou outra autoridade administrativa, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§2º Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50 % (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, a critério da autoridade administrativa competente, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 381. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados após o decurso de 3(três) a 5(cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, cometido nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento de penalidade não surtirá efeito financeiro retroativo.

Art. 382. A demissão do servidor será aplicada nos seguintes casos:

- I - crime contra a administração pública;
- II - abandono de cargo;
- III - inassiduidade habitual;
- IV - improbidade administrativa;
- V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;
- VI - insubordinação grave em serviço;
- VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VIII - aplicação irregular de dinheiro público;
- IX - revelação de sigilo do qual se apropriou em razão do cargo;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio da Instituição;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - transgressão dos incisos IX e X do art. 376.

Art. 383. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de 30(trinta) dias consecutivos.

Art. 384. Inassiduidade habitual é a falta ao serviço, sem causa justificada, por 60(sessenta) dias, interpoladamente, durante o período de 12(doze) meses.

Art. 385. Será cassada a aposentadoria ou disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com demissão.

Art. 386. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata o *caput* deste artigo, a exoneração efetuada de ofício ou a pedido será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 387. As penalidades serão aplicadas:

I - pelo Reitor, após aprovação do Conselho Universitário, quando se tratar de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

II - pelo Reitor, nos demais casos.

Art. 388. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

Art. 389. O processo disciplinar será regido pelos princípios gerais do Direito Administrativo, pela Legislação especial, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

relativas a tal procedimento no Regime Jurídico Único dos Servidores Civis da União (Lei Nº 8.112/90 c/c a Lei 9.527/97), ou outras normas que venham a ser introduzidas no ordenamento jurídico pátrio.

Art. 390. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, observada a legislação em vigor, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade.

SECÇÃO IX
DOS RECURSOS

Art. 391. Das decisões proferidas pelas autoridades administrativas e pelos órgãos Colegiados cabe:

- I - pedido de reconsideração;
- II - recurso em sentido estrito.

Art. 392. Entende-se por pedido de reconsideração, para os fins deste Regimento Geral, o pedido de reexame da decisão feito pela parte interessada à própria autoridade ou Órgão Colegiado que expediu o ato ou proferiu decisão, não podendo ser renovado.

Art. 393. Considera-se recurso em sentido estrito, o pedido de reforma da decisão dirigido à autoridade imediatamente superior a que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

Parágrafo único. O recurso das decisões proferidas pelas autoridades que presidam Colegiados é dirigido ao plenário respectivo.

Art. 394. Caberá recurso em sentido estrito:

- I - do indeferimento do pedido de reconsideração;
- II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 395. O pedido de reconsideração e o recurso de que tratam os artigos 392 e 393 deverão ser despachados no prazo de 5(cinco) dias e decididos dentro de 30(trinta) dias.

Art. 396. O pedido de reconsideração e o recurso serão encaminhados por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 397. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 5(cinco) dias, a contar da data de publicação da decisão no Diário Oficial da União.

Art. 398. O recurso pode ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão imediatamente à data do ato impugnado.

Art. 399. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 400. Para o exercício do direito de petição, é assegurado vistas ao processo ou documento, na repartição, ao servidor ou aos procuradores por ele constituídos.

Art. 401. Os requerimentos de que trata este Capítulo serão apresentados por escrito, contendo a fundamentação em que consiste o pedido de reforma da decisão.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**TÍTULO XI
DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS**

Art. 402. A UFERSA outorgará os graus e expedirá os correspondentes diplomas aos discentes que concluírem os cursos sequenciais, de graduação e pós-graduação, com observância das exigências contidas no presente Estatuto, no Regimento Geral e nos respectivos planos curriculares.

§1º Os diplomas relativos a cursos sequenciais, de graduação e pós-graduação serão conferidos pelo Reitor.

§2º A expedição e conferição de certificados e declarações relativas aos cursos e ou atividades de extensão e de pesquisa, serão conferidos pelo Pró-Reitor específico e Coordenador do curso ou atividade.

Art. 403. A UFERSA expedirá certificados ou atestados de frequência, aos estudantes que venham a concluir cursos de especialização, de aperfeiçoamento e de extensão, bem como o estudo de disciplinas isoladas, com observância das exigências constantes nos respectivos planos ou programas.

Art. 404. A UFERSA poderá outorgar títulos para distinguir profissionais de alto mérito e personalidades eminentes, na forma do seu Estatuto e do Regimento Geral.

Art. 405. Será concedido o prêmio “Jerônimo Rosado”, ao discente que obtiver média igual ou superior a 9,0 (nove vírgula zero) em pelo menos 90% (noventa por cento) das disciplinas cursadas, a ser conferido na ocasião da colação de grau.

**CAPÍTULO I
DOS DIPLOMAS E CERTIFICADOS**

Art. 406. A UFERSA conferirá os seguintes diplomas de:

I - graduação;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

II - mestre;

III - doutor;

IV - cursos Sequenciais por área de saber.

Parágrafo único. Os registros dos diplomas serão providenciados pela Pró-Reitoria de Graduação, Pró-Reitoria de Pós-graduação e Divisão de Registro Escolar, exceto os relativos a cursos de extensão, que deverá ser da competência da Pro-reitoria de Extensão e Cultura, obedecida a legislação vigente.

Art. 407. Os diplomas relativos a Cursos de Graduação conferem títulos especificados em cada currículo.

Parágrafo único. Antes de conferir o grau, o Reitor tomará o juramento dos graduandos, que será prestado de acordo com a legislação vigente.

Art. 408. O ato de colação de grau será público e configurara a Assembléia Geral da UFERSA.

Parágrafo único. O ato de colação de grau é realizado em reunião solene em dia, hora e local previamente designados, e será presidido pelo Presidente da Assembléia Geral da UFERSA.

Art. 409. Os diplomandos que não colarem grau solenemente, poderão fazê-lo em dia e hora designados pelo Reitor da Instituição, que conferirá o grau por delegação do Conselho Universitário.

Parágrafo único. A referida colação de grau somente poderá ser realizada com autorização do Conselho Universitário, que deverá estabelecer as suas normas.

Art. 410. Estão sujeitos a registro os diplomas expedidos pela Instituição, relativos a:

I - cursos de graduação correspondentes a profissões reguladas em lei;



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

II - outros Cursos de Graduação criados pela Instituição, com aprovação do Ministério da Educação, para atender às exigências de sua programação específica ou em face de peculiaridades do mercado de trabalho regional;

III - cursos credenciados de Pós-Graduação;

IV - cursos de Graduação e Pós-Graduação obtidos em instituições estrangeiras e revalidados pela Instituição;

Art. 411. Os diplomas relativos aos cursos de graduação e pós-graduação serão conferidos pelo Reitor e registrados em livro próprio.

Art. 412. Aos alunos que concluírem curso de especialização ou de aperfeiçoamento, com observância das exigências constantes nos respectivos planos ou programas, a Instituição expedirá os correspondentes certificados, assinados pelo Reitor e pelo Pro-Reitor de Pesquisa e Pós-graduação e pelo Coordenador de cada curso, que serão também devidamente registrados em livro próprio.

Parágrafo único. Os certificados expedidos pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, para cursos de extensão, serão assinados pelo respectivo Pró-Reitor e pelo Reitor.

CAPÍTULO II

DOS TÍTULOS HONORÍFICOS E DIGNIDADES ACADÊMICAS

Art. 413. A Instituição outorgará os títulos honoríficos de Professor Emérito e de Doutor *Honoris Causa*.

§1º O título de Professor Emérito será concedido pelo Conselho Universitário, mediante proposta justificada do Reitor, ou do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, a professor ou a pesquisador, aposentados, que tenham se distinguido no ensino, na pesquisa e na extensão.

§2º O título de Doutor *Honoris Causa* será concedido mediante indicação justificada do Reitor ou do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com aprovação mínima de 2/3



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

(dois terços) dos membros do Conselho Universitário, a professores ou cientistas ilustres, ou de qualquer outra profissão ou função, não pertencentes aos quadros da Instituição, que tenham prestado relevantes serviços à mesma.

Art. 414. Os diplomas correspondentes aos títulos honoríficos serão assinados pelo Reitor e pelos homenageados fazendo-se a sua outorga em reunião solene do Conselho Universitário.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**TÍTULO XII
DO PATRIMÔNIO, DOS RECURSOS E DO REGIME FINANCEIRO**

**CAPÍTULO I
DO PATRIMÔNIO**

Art. 415. O patrimônio da Universidade, administrado pelo Reitor, com obediência dos preceitos legais e regulamentares, é constituído:

I - pelos bens e direitos que atualmente integrem o patrimônio da Escola Superior de Agricultura de Mossoró – ESAM – os quais foram automaticamente transferidos; sem reservas ou condições, à Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, nos termos da Lei nº 11.555 de 29 de julho de 2005;

II - pelos bens e direitos que a UFERSA vier a adquirir ou incorporar;

III - pelas doações ou legados que receber;

IV - por incorporação que resultarem de serviços realizados pela UFERSA.

Parágrafo único. Os bens e direitos da UFERSA serão utilizados ou aplicados exclusivamente na consecução de seus objetivos vedada a alienação, salvo nos casos e nas condições pertinentes em lei e aprovadas pelo Conselho Universitário.

**CAPÍTULO II
DO REGIME FINANCEIRO**

Art. 416. A UFERSA rege-se financeiramente pela Constituição Federal, pelas Leis Federais específicas, pelo Estatuto, por este Regimento Geral e por normas do Conselho Universitário.

Art. 417. São instrumentos essenciais ao desenvolvimento das atividades financeiras da Instituição: o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 418. São pontos fundamentais para o desenvolvimento do exercício financeiro: a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o orçamento anual, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Parágrafo único. Pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

Art. 419. A escrituração da Receita, da Despesa e do Patrimônio é realizada na Divisão de Finanças e Orçamento.

§1º A Divisão de Finanças e Orçamento deverá apresentar mensalmente, ao Reitor e ao Presidente do Conselho de Curadores, um relatório gerencial das demonstrações contábeis, que deverá ser fixado no mural da Reitoria e publicado no *site* da Instituição.

§2º Um demonstrativo, que apresente cada natureza de despesa e o respectivo gasto, referente a um exercício, deverá ser publicado no *site* da Instituição, até o final do mês de março do ano posterior, e mantido por cinco anos.

Art. 420. As Pró-Reitorias, os Departamentos e outros órgãos acadêmicos interessados em que a Universidade firme convênios, acordos, protocolos ou contratos com entidades financiadoras, devem elaborar os projetos em que serão aplicados os recursos financeiros pretendidos.

Art. 421. Os recursos financeiros da UFERSA serão provenientes de:

I - dotações consignadas no orçamento geral da União, créditos especiais e créditos adicionais, transferências e repasses que lhe sejam conferidos;

II - auxílios e subvenções que venham concedidas pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;

III - convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais ou internacionais;

IV - resultados de operações de crédito e juros bancários nos termos da Lei;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

V - remuneração por serviços prestados, decorrentes de acordos e contratos de assistência técnica;

VI - receitas eventuais;

VII - saldo de exercícios anteriores.

Art. 422. A movimentação dos recursos financeiros e a sua contabilização ficarão a cargo do Reitor e obedecerá a legislação pertinente, ao que dispõe o Regimento Geral e Resoluções específicas.

Art. 423. O Reitor apresentará, anualmente, ao Conselho Universitário, o processo de prestação de contas anual, com os pareceres da Unidade de Auditoria Interna e do Conselho de Curadores. Após homologação, será remetido aos órgãos de controle interno e externo do poder público federal.

Art. 424. O orçamento-programa da UFERSA, que integrará a proposta orçamentária, consistindo em um conjunto de ações a serem desenvolvidas pela administração, será elaborado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Administração e da Divisão de orçamento, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), resultando em um plano de trabalho onde serão detalhados os programas e despesas que se pretende realizar durante o exercício financeiro.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**TÍTULO XIII
DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA**

Art. 425. A Unidade de Auditoria Interna terá um Auditor Chefe, devendo a sua indicação recair em um servidor com formação na área de Ciências Contábeis ou Economia ou Direito. *(Redação dada pela Emenda Regimental Nº 03, de 13 de setembro de 2012).*

Parágrafo único. A unidade de auditoria interna poderá, excepcionalmente, solicitar, ao Reitor, servidores de outras áreas, com elevados conhecimentos técnicos, para participarem de missões conjuntas específicas.

Art. 426. A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do chefe da Unidade de Auditoria Interna deverá ser submetida, pelo Reitor da UFERSA, ao Conselho Universitário, e após para aprovação a Controladoria Geral da União.

Art. 427. A Unidade de Auditoria Interna tem como objetivos o assessoramento ao Reitor da UFERSA e a fiscalização dos atos da gestão em todos os níveis administrativos.

§ 1º No exercício da função, aos auditores internos são assegurados o acesso irrestrito a pessoas, registros, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes à execução de suas auditorias e a possibilidade de obter apoio necessário dos servidores das unidades submetidas à auditoria, bem como, a assistência de especialistas e profissionais, de dentro e fora da UFERSA, quando considerado necessário. *(Incluído pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).*

§ 2º É vedada à participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão, bem como, prejudiquem a autonomia dos trabalhos de auditoria. *(Incluído pela Emenda Regimental Nº 08, de 20 de agosto de 2013).*

Art. 428. As atividades da Unidade de Auditoria Interna são programadas no Plano Anual de Atividades da Unidade de Auditoria Interna, aprovado pelo Conselho Universitário e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

submetido à manifestação sobre o cumprimento das normas pela Controladoria Geral da União do Rio Grande do Norte, em prazo estabelecido pela legislação vigente.

Art. 429. São atribuições específicas da Unidade de Auditoria Interna:

I - acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual no âmbito da entidade, visando a conformidade de sua execução;

II - assessorar os gestores da instituição no acompanhamento da execução dos programas, visando comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;

III - verificar a execução do orçamento da instituição, visando comprovar a execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;

IV - acompanhar o desempenho da gestão da instituição, visando auxiliar no cumprimento da legalidade e a legitimidade dos atos quanto à economicidade, à eficácia, eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e demais sistemas administrativos operacionais;

V - orientar subsidiariamente os dirigentes da instituição quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;

VI - examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da instituição e tomadas de contas especiais;

VII - propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações de sua instituição, quando couber, bem como a adequação dos mecanismos de controle social em funcionamento no âmbito de sua organização;

VIII - acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos/unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

IX - comunicar, tempestivamente, sob pena de responsabilidade solidária, os fatos irregulares que causaram prejuízo ao erário, à Secretaria Federal de Controle Interno, após dar ciência à direção da instituição e esgotadas todas as medidas corretivas do ponto de vista administrativo;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

X - elaborar o Plano Anual de Atividades da Unidade de Auditoria Interna do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividades da Unidade de Auditoria Interna, a serem encaminhados ao órgão ou à unidade de controle interno a que estiver jurisdicionada, para efeito de integração das ações de controle, nos prazos estabelecidos;

XI - verificar a consistência e a fidedignidade dos dados e informações que compõem as contas da UFERSA.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL**

**TÍTULO XIV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 430. As alterações ou reforma no Regimento Geral serão válidas após publicação no Diário Oficial da União, salvo àquelas feitas para adequação à legislação superior vigente.

Art. 431. O Conselho Universitário e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão expedirão, sempre que necessário, resoluções, decisões e pareceres destinados a complementar as disposições do Estatuto da UFERSA e deste Regimento Geral, dentro dos limites de suas respectivas competências.

Art. 432. O Conselho de Curadores expedirá apenas pareceres e decisões de suas deliberações, sempre que necessário.

Art. 433. Os Órgãos Colegiados da UFERSA, sejam os Conselhos Superiores, Departamentos Acadêmicos e Comissões Permanentes, só poderão se reunir e deliberar com a presença de metade mais um de seus membros, excetuando-se a Assembléia Geral e o Conselho Consultivo.

Art. 434. As deliberações dos órgãos colegiados ou comissões serão tomadas por maioria simples dos votos, excetuando-se as decisões com exigência de *quorum* qualificado, previsto especialmente.

Art. 435. Mediante convênio, a Universidade poderá utilizar os serviços existentes na comunidade, públicos ou privados, para estágios de discentes e/ou treinamento do seu servidor.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
REGIMENTO GERAL

Art. 436. Em qualquer cargo ou função que exija processo eletivo, havendo empate usar-se-á como critério para desempate a seguinte ordem: anterioridade na Instituição, anterioridade no serviço público, tempo de participação anterior em conselhos superiores da instituição, idade e a titulação mais elevada.

Art. 437. Os casos omissos de natureza didática serão resolvidos pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e os de natureza administrativa pelo Conselho Universitário.

Art. 438. O presente Regimento Geral só poderá ser emendado por iniciativa do Reitor ou por proposta de 1/3(um terço), no mínimo, dos membros do Conselho Universitário.

Art. 439. A emenda regimental pretendida, através de proposta, terá que contar com a aprovação de, no mínimo, 2/3(dois terços) dos votos do total de seus membros, arredondado para o inteiro superior.

Parágrafo único. A emenda regimental entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Universitário.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 440. Este Regimento Geral entra em vigor após a aprovação pelo Conselho Universitário revogadas as disposições em contrário.